



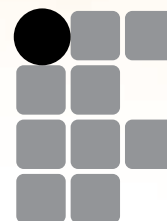
Extensão Pesquisadora

João Dias Machado

Geraldo Batista Martins

Patrícia de Souza Machado

Marisela García Hernández



INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ
Educação à Distância

Curitiba-PR
2011

Presidência da República Federativa do Brasil

Ministério da Educação

Secretaria de Educação a Distância

© INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - PARANÁ -
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Este Caderno foi elaborado pelo Instituto Federal do Paraná para o Sistema Escola
Técnica Aberta do Brasil - e-Tec Brasil.

Prof. Irineu Mario Colombo
Reitor

Profª. Mara Chistina Vilas Boas
Chefe de Gabinete

Prof. Ezequiel Westphal
Pró-Reitoria de Ensino - PROENS

Prof. Gilmar José Ferreira dos Santos
Pró-Reitoria de Administração - PROAD

Prof. Paulo Tetuo Yamamoto
**Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação -
PROEPI**

Neide Alves
**Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Assuntos
Estudantis - PROGEPE**

Prof. Carlos Alberto de Ávila
**Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento
Institucional - PROPLADI**

Prof. José Carlos Ciccarino
Diretor Geral de Educação a Distância

Prof. Ricardo Herrera
**Diretor de Planejamento e Administração
EaD - IFPR**

Profª Mércia Freire Rocha Cordeiro Machado
**Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão
EaD - IFPR**

Profª Cristina Maria Ayroza
**Coordenadora Pedagógica de Educação a
Distância**

Prof. Otávio Bezerra Sampaio
Coordenador do Curso

Profª. Marisela García Hernández
Vice-coordenadora do Curso

Patrícia Machado
Assistência Pedagógica

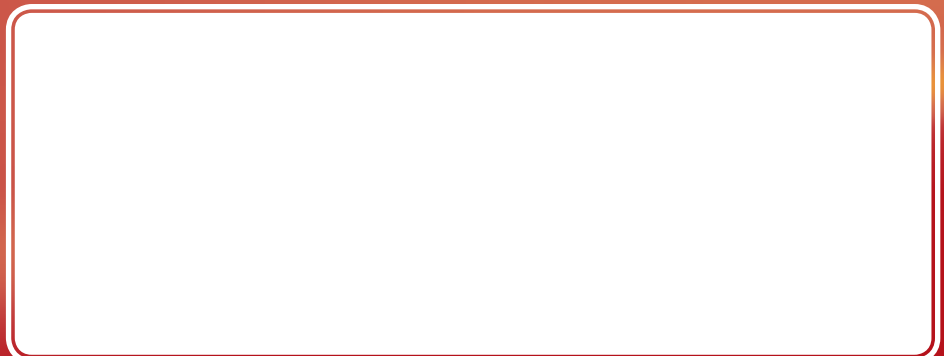
Profª Ester dos Santos Oliveira
Jaime Machado Valente dos Santos
Profª Maria Ângela da Motta
Revisão Editorial

Profª. Rosângela de Oliveira
Análise Didática Metodológica - PROEJA

Paula Bonardi
Diagramação

e-Tec/MEC
Projeto Gráfico

**Catálogo na fonte pela Biblioteca do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia - Paraná**



Apresentação e-Tec Brasil

Prezado estudante,

Bem-vindo ao e-Tec Brasil!

Você faz parte de uma rede nacional pública de ensino, a Escola Técnica Aberta do Brasil, instituída pelo Decreto nº 6.301, de 12 de dezembro 2007, com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino técnico público, na modalidade a distância. O programa é resultado de uma parceria entre o Ministério da Educação, por meio das Secretarias de Educação a Distância (SEED) e de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), as universidades e escolas técnicas estaduais e federais.

A educação a distância no nosso país, de dimensões continentais e grande diversidade regional e cultural, longe de distanciar, aproxima as pessoas ao garantir acesso à educação de qualidade, e promover o fortalecimento da formação de jovens moradores de regiões distantes, geograficamente ou economicamente, dos grandes centros.

O e-Tec Brasil leva os cursos técnicos a locais distantes das instituições de ensino e para a periferia das grandes cidades, incentivando os jovens a concluir o ensino médio. Os cursos são ofertados pelas instituições públicas de ensino e o atendimento ao estudante é realizado em escolas-polo integrantes das redes públicas municipais e estaduais.

O Ministério da Educação, as instituições públicas de ensino técnico, seus servidores técnicos e professores acreditam que uma educação profissional qualificada – integradora do ensino médio e educação técnica, – é capaz de promover o cidadão com capacidades para produzir, mas também com autonomia diante das diferentes dimensões da realidade: cultural, social, familiar, esportiva, política e ética.

Nós acreditamos em você!

Desejamos sucesso na sua formação profissional!

Ministério da Educação
Janeiro de 2010

Nosso contato
etecbrasil@mec.gov.br

Indicação de ícones

Os ícones são elementos gráficos utilizados para ampliar as formas de linguagem e facilitar a organização e a leitura hipertextual.



Atenção: indica pontos de maior relevância no texto.



Saiba mais: oferece novas informações que enriquecem o assunto ou “curiosidades” e notícias recentes relacionadas ao tema estudado.



Glossário: indica a definição de um termo, palavra ou expressão utilizada no texto.



Mídias integradas: sempre que se desejar que os estudantes desenvolvam atividades empregando diferentes mídias: vídeos, filmes, jornais, ambiente AVEA e outras.



Atividades de aprendizagem: apresenta atividades em diferentes níveis de aprendizagem para que o estudante possa realizá-las e conferir o seu domínio do tema estudado.

Sumário

Palavra dos professores-autores.....	9
Aula 1 – Tecendo as características da pesca artesanal.....	11
Aula 2 – Os homens das redes fazem parte da história	15
Aula 3 – Conhecendo a cultura dos povos da água	21
Aula 4 – Tecendo a nossa própria história.....	27
Aula 5 – A nossa palavra de ordem é participação e organização.....	37
Aula 6 – A história hoje.....	43
Aula 7 – Missão e objetivos do MPA.....	47
Aula 8 – A extensão pesqueira no Brasil.....	51
Aula 9 – Construindo uma nova forma de pensar e fazer a extensão pesqueira e aquícola no Brasil	59
Aula 10 – Diretrizes do Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola.....	61
Aula 11 – Perfil e desafios do técnico extensionista de pesca	65
Aula 12 – Paulo Freire	71
Aula 13 – Pedagogia extensionista	79
Aula 14 – Extensão rural e desenvolvimento local.....	87
Aula 15 – Diagnóstico participativo, o que é?	91
Aula 16 – Como elaborar um diagnóstico participativo	97
Aula 17 – Cooperação.....	101
Aula 18 – Associativismo.....	107

Aula 19 – Políticas públicas para o setor da pesca	113
Aula 20 – Recapitulando	119
Referências	127
Atividades autoinstrutivas	129
Currículo dos professores-autores	151

Palavra dos professores-autores

Prezados estudantes, até aqui foi longa a nossa caminhada nas trilhas do conhecimento. Você começou o curso com toda a experiência da prática da atividade pesqueira, e ganhou mais conhecimentos teóricos que agregaram valor à sua atividade profissional.

Este livro foi construído com o objetivo de resgatar algumas das temáticas já conversadas nas disciplinas anteriores e também com o de acrescentar outros conhecimentos importantes a respeito da extensão pesqueira.

Trilharemos um longo caminho na história, começando com a era colonial até os dias atuais, conhecendo a trajetória dos trabalhadores do setor pesqueiro desde o tempo em que eram forçados a destinar parte da sua produção para a coroa, passando pelo período de organização setorial com a criação das colônias de pescadores, associações e movimentos sociais, culminando com a criação de um Ministério próprio- MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura) bem como as políticas públicas disponibilizadas ao setor por parte deste Ministério.

Será um caminhar compensador, pois iremos conversar sobre os principais atores do setor pesqueiro, que são os PESCADORES PROFISSIONAIS ARTESANAIS, ou seja, você poderá vislumbrar a real identidade destes trabalhadores. Conhecendo a história do despertar da consciência crítica destes trabalhadores, do processo de mobilização e organização dos trabalhadores como uma categoria, bem como algumas práticas de trabalho que potencializaram e qualificaram a sua rotina de trabalho cotidiano.

Como é sempre bom conhecer quem nos representa, iremos também estudar em especial o MPA, desde o processo de implementação da extinta SEAP (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca) até a fundação deste Ministério, conhecendo a sua missão e o trabalho que vem desenvolvendo em prol da categoria dos pescadores artesanais.

Enfim, temos uma excelente caminhada pela frente, avançando a cada dia rumo à conclusão do nosso Curso Técnico em Pesca. Você já chegou até aqui, portanto com certeza já possui um vasto conhecimento, vamos construir mais um pouco de história estudando a EXTENSÃO PESQUEIRA.

Bom curso!

Aula 1 – Tecendo as características da pesca artesanal

A atividade pesqueira existe há muitos anos, desde a época dos índios até os dias atuais. Inicialmente, ainda no século XVI, os portugueses utilizavam o pescado para o consumo dos reis. Para isto, eles o tiravam dos índios, que obrigatoriamente deviam destinar parte da sua produção para a Coroa: era o chamado “dízimo do pescado”.

Nesta aula estudaremos como, ao longo da história, foram tecidas as características sócio-organizacionais do setor pesqueiro artesanal, em particular o vínculo de dependência dos pescadores em relação ao Estado. Para isso, faremos um breve percurso histórico desde a Colônia até o século XIX.

No Brasil, durante o período colonial, a mesma Coroa passou a explorar a mão de obra dos índios visando diversos fins, entre eles o seu abastecimento de pescado. Conforme o Brasil ia crescendo a atividade pesqueira começou a ganhar visibilidade aos olhos dos governantes. Os “homens do poder” começaram a entender a importância da população que vivia na costa como “protetores” de seus interesses no litoral brasileiro.

Uma das medidas adotadas pelos governantes foi a de organizar “os envolvidos” com a atividade pesqueira, isto é os habitantes do litoral, em pequenas “colônias”, a fim de controlar o litoral brasileiro e a atividade pesqueira. Inicialmente, os moradores do litoral foram recrutados em agrupamentos humanos, visando aproveitar o conhecimento que estes tinham sobre a costa brasileira. Isso nos mostra porque as primeiras colônias foram criadas no litoral brasileiro. Neste período os pescadores ainda não tinham nenhuma forma de organização. Assim, isoladamente, um a um, sofriam os danos causados pela exploração.

Ainda no século XVIII, as autoridades criaram instrumentos para cadastrar os pescadores, tais como as capitânicas dos portos e costa. Os pescadores foram denominados de “gente do mar”. Também foram criados os Distritos de Pesca, que permitiam o controle dos pescadores, que a cada primeiro domingo do mês tinham que se apresentar, pois se não o fizessem corriam o risco de serem presos.

Relatos da época dizem que o objetivo principal dos governantes era o de manter o controle das pescarias e o conhecimento da costa brasileira. Para poder exercer o controle sobre os pescadores de maneira mais eficiente, os governantes ofereciam benefícios aos agrupamentos nas áreas da educação e da saúde. Assim é iniciado um processo de “troca”, que ao longo do tempo iria gerar um vínculo de **dependência dos pescadores para com os governantes**. Este foi o início da **política de paternalismo e assistencialismo que reinou durante séculos, mantendo a categoria dos pescadores sob o controle do governo central**.

Estes mecanismos de controle das comunidades litorâneas criaram ao longo dos anos uma atitude submissa por parte dos pescadores, a sorte dos pescadores era decidida pelos representantes do Governo. A cultura da submissão permitia que o “líder” ou representante do governo tomasse todas as iniciativas **sem discutir com o restante de seu agrupamento**.

Esta história nos permite entender por que muitas das vezes um presidente de Colônia age desta forma, isto é decide sozinho sem discutir com sua base, ficando subentendido que a decisão é tomada pensando no “melhor” para os pescadores. Infelizmente nem sempre é a realidade, e inclusive mesmo tomando a melhor decisão para os pescadores, a falta de discussão entre os mesmos não permite seu crescimento organizacional e político, pois outros pensam, opinam e decidem por ele.

Para melhor controle, estes agrupamentos foram congregados em regionais, chamando-os de Federações, que se reuniam num grupo maior único chamado de Confederação. Destaca que na maioria destas entidades, os dirigentes não eram pescadores. Diziam os governantes que aquele modelo de agrupamento era para “nacionalizar” a pesca e usar os homens como instrumento de defesa nacional.

Já no século XIX, os governantes criaram um órgão federal denominado Diretoria de Pesca, com o objetivo de dirigir o setor pesqueiro. Este órgão determinava que as Colônias aglutinassem os (as) pescadores (as) por “laços de solidariedade e fraternidade”, ocultando o seu real interesse: o controle dos pescadores e da atividade pesqueira.

Resumo

Na aula de hoje conhecemos brevemente a história dos pescadores brasileiros desde a época da Colônia até o século XIX. Nessa história destacam as diversas formas utilizadas pelo governo para controlar o setor pesqueiro e criar uma cultura de submissão e dependência, por meio de políticas paternalistas e assistencialistas.

Atividades de aprendizagem

- Junto com seus companheiros, pesquise como foi a formação das colônias de pesca na sua região.



Anotações

Aula 2 – Os homens das redes fazem parte da história

Nesta aula continuaremos o nosso percurso histórico, visando conhecer a articulação institucional do setor pesqueiro, assim como as primeiras iniciativas de organização dos pescadores artesanais na década de 70, do século XX.

Na metade do século XX, o setor pesqueiro passa por uma terrível crise econômica e social, devido, entre outras causas, à falta de política pública voltada para este setor. Tentando mudar esta situação, um grupo de pescadores do nordeste viaja do Ceará até o Rio de Janeiro para uma audiência com o então Presidente da República, Sr. Getúlio Vargas. Nesta audiência manifestam todo o descontentamento e evidenciam a situação de dificuldade que o setor vivia. Como fruto desta audiência, o governo acaba com as Federações e Confederação, e cria a Comissão Executiva da Pesca (CEP), com objetivo de organizar cooperativas em todo o país, visando melhorar a situação econômica das comunidades pesqueiras que, descontentes, poderiam se organizar e ser um problema para o governo.

A Comissão Executiva da Pesca (CEP) obrigava os pescadores a entregarem toda a produção para as cooperativas, que eram controladas pelo governo. Assim, o novo formato de organização do setor acabou também sendo uma forma de controle dos pescadores por parte do governo. Destaca-se que mesmo em períodos diferentes, altos mandatários da Marinha ficam a frente de algumas destas entidades – naquelas em que regia a cultura Militar.

Devido aos inúmeros problemas enfrentados na organização das cooperativas, derivados da venda do produto para o governo, entre outras causas, logo a iniciativa acabou. Durante um grande período o setor ficou “desnor-teado”, ficando “à deriva”, particularmente porque os pescadores, em função das características de submissão forjadas ao longo da sua história, não possuíam uma cultura de auto-organização e de luta, para alterar a difícil situação pela qual passavam.

Ainda na segunda metade do século XX, o Ministério da Agricultura publica uma Portaria, criando um novo Estatuto para as Colônias, Federações e Confederação, definindo-as como organizações da Sociedade Civil de Classe. No entanto sabemos que nenhuma verdadeira organização de classe nasce e se

desenvolve a partir de uma iniciativa externa, e menos do governo. Na metade da década de 60 é criada a Superintendência da Pesca - SUDEPE, que tem o objetivo de desenvolver a atividade pesqueira por meio de incentivos para a pesca em alto Mar.

Nesse período, o governo impulsionou pescarias com foco no aumento da produção, particularmente na atividade pesqueira industrial. Esta iniciativa, por não ter nenhum cuidado na preservação do meio ambiente, o que após vários anos derivou numa importante queda do estoque pesqueiro. Os reflexos desta política são sentidos até os dias de hoje, em particular pelos pescadores artesanais, para os quais a diminuição dos estoques pesqueiros traz maiores prejuízos.

Na década de 1970, após muitos anos, em meio de uma profunda crise, começou um forte movimento dos pescadores, puxado pela região do nordeste brasileiro. Este movimento é organizado a partir da Igreja Católica, que elege a pesca como uma prioridade dentro das suas ações, criando a Comissão Pastoral dos Pescadores – CPP.

Essa comissão tinha o objetivo de organizar e conscientizar a categoria na busca de seus direitos e de uma vida digna.



Figura 2.1: Evento religioso envolvendo pescadores do município de Rio Grande-RS.

Fonte: Acervo pessoal de João Dias.

Esta comissão cresce e começa a espalhar-se por todo o nordeste brasileiro. A partir dela surge o Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE. Nesse momento, os pescadores começaram a se identificar como uma categoria, despertando para um processo de conscientização. Os integrantes do setor começaram a questionar fortemente a organização tradicional, fomentada ao longo dos séculos pelos governantes. É o início de uma longa luta por seus direitos de uma maneira mais organizada. Diversas organizações dos pescadores nascem a partir de então.

Nesse período, os empresários investiram na atividade pesqueira estimulados pelos grandes incentivos do governo federal. De maneira paralela, os pescadores artesanais, devido à falta histórica de equipamentos e infraestrutura, assim como de políticas públicas adequadas para este setor, começaram a enfrentar problemas devido à falta de pescado, decorrente da grave diminuição dos estoques pesqueiros.

Diante da drástica diminuição dos estoques pesqueiros, em função da tecnologia usada na exploração do pescado e o profundo desequilíbrio ambiental, o governo “muda o rumo” e adota no setor pesqueiro a “preocupação ambiental” como foco. Nesse momento o setor pesqueiro passa a ser responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente - MMA, junto ao recém criado Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA.

Mas essa mudança não gera frutos, pois as políticas de governo passam a ter um caráter predominantemente “preservacionista”, contribuindo pouco para a solução do enorme problema que se fazia presente no setor. Assim, na década de 1970 presenciamos a existência de grandes parques industriais sem uso, grandes “elefantes brancos”, e um setor pesqueiro desarticulado, em cuja base reinava a pobreza.

Você sabia?

“É tudo verdade em ‘Cidadão Jacaré”

Carlos Gustavo Yoda, Carta Maior.

Em 1942, Orson Welles veio ao Brasil para filmar o mito inacabado *It's All True*. Welles era uma espécie de embaixador da cultura estadunidense. A proposta de vir para o Brasil fazia parte da política de boa vizinhança do birô latino-americano comandado por Nelson Rockefeller. O filme acabou sendo abandonado pelo jovem Welles e pelos estúdios RKO e só ganhou uma montagem em 1993, oito anos depois da morte do diretor.

Welles já era o famoso garoto-prodígio de Cidadão Kane e tinha rodado um segundo longa-metragem, *Soberba*, quando recebeu convite do governo americano para rodar o documentário na América Latina. Filmou no México e acabou no Brasil, onde dividiria as filmagens em duas partes. Uma seria sobre o Carnaval carioca, a outra sobre pescadores cearenses.

Fato é que os rolos de filme que eram enviados para os Estados Unidos não satisfizeram os produtores. Afinal, o documentário fazia parte da política da boa vizinhança de Roosevelt. Welles no Brasil passou a registrar as favelas cariocas, a pobreza e o drama dos jangadeiros do Ceará. Encomendaram uma Disneylândia para atrair o turismo e o diretor entregava os problemas sociais da região.

O mais trágico protagonista de *It's All True* é Jacaré, que foi como se tornou conhecido o célebre jangadeiro cearense Manuel Olímpio Moura. Sua morte por afogamento durante uma filmagem com Welles alimentou por décadas uma teoria da conspiração em torno do fracasso do filme. De fato, foi logo após a morte do pescador que Welles foi chamado de volta aos Estados Unidos.

Ativo presidente de uma colônia de jangadeiros em Fortaleza, Jacaré liderou com três outros companheiros de pesca, em setembro de 1941, uma viagem de jangada do Ceará ao Rio de Janeiro, que era então a capital da República. O objetivo era apresentar reivindicações da categoria a Getúlio Vargas. Todo o poderio propagandístico do Estado Novo e o intenso acompanhamento da imprensa sobre o fato tentaram neutralizar o potencial crítico da viagem, apresentando os quatro jangadeiros como “heróis do mar”. No fundo, cada passo dos quatro líderes era controlado.

Não é doce morrer no mar

Cidadão Jacaré revela que Dorival Caymmi estava errado. Não é doce morrer no mar, mesmo que se faça a cama no colo de Iemanjá. A viuvez precoce, o trabalho infantil, a falta de moradia, a impossibilidade da aposentadoria, a dificuldade em conseguir crédito para a compra de equipamentos, são alguns dos problemas dos pescadores artesanais cearenses.

O ponto de partida do documentário é o livro de Firmino Holanda, *Orson Welles no Ceará* (edições Demócrito Rocha, 2001), reconstituindo as passagens de Welles por Fortaleza. No livro Holanda já revela parte da política interna americana contrárias aos rumos que *It's All True* tomou. Já no filme, ele e Cariry procuram compor a importância e a dimensão política da liderança de Jacaré, não apenas para o jangadeiro cearense, mas para os pescadores excluídos de todo o Brasil.



Entre depoimentos de historiadores, antropólogos e registros de Welles, destacam-se as vozes dos próprios jangadeiros. A figura do trabalhador marginalizado, predominando o desconforto depois de mais de 60 anos. A certeza de que desde a ditadura de Getúlio à redemocratização do país, a precarização das condições do trabalho e a pobreza apenas aumentam.

E o Brasil que conhecemos hoje já era profetizado por Welles no pouco período que por aqui ficou. Em conversa com Vinícius de Moraes, que o guiava para conhecer uma favela no Rio de Janeiro, registrou o comentário mais do que profético: “Isso (a favela) é um Frankenstein. É um monstro que vai se voltar contra vocês”. It’s All True, cidadão Welles.

Texto disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=12002

Resumo

Na metade do século XX, o setor pesqueiro passa por uma terrível crise socioeconômica devido, entre outras causas, à falta de política pública voltada para este setor. Tentando mudar esta situação, um grupo de pescadores do nordeste viaja do Ceará até o Rio de Janeiro para uma audiência com o então Presidente da República, Sr. Getúlio Vargas.

O governo acaba com as Federações e Confederação, e cria a Comissão Executiva da Pesca (CEP), com objetivo de organizar cooperativas em todo o país, visando melhorar a situação econômica das comunidades pesqueiras, que descontentes poderiam se organizar e ser um problema para o governo.

Na segunda metade do século XX, o Ministério da Agricultura cria um novo Estatuto para as Colônias, Federações e Confederação, definindo-as como organizações da Sociedade Civil de Classe. No entanto sabemos que nenhuma verdadeira organização de classe nasce e se desenvolve a partir de uma iniciativa externa, e menos do governo.

Na metade da década de 1960 é criada a Superintendência da Pesca – SUDEPE, que tem o objetivo de desenvolver a atividade pesqueira por meio de incentivos para a pesca em alto Mar. Neste período, o governo impulsionou pescarias

com foco no aumento da produção, particularmente na atividade pesqueira industrial. Esta iniciativa por não ter nenhum cuidado na preservação do meio ambiente, o que após de vários anos derivou numa importante queda do estoque pesqueiro.

Neste período, os empresários investiram na atividade pesqueira estimulados pelos grandes incentivos do governo federal. De maneira paralela, os pescadores artesanais, devido à falta histórica de equipamentos e infraestrutura, assim como de políticas públicas adequadas para este setor, começaram a enfrentar problemas devido à falta de pescado, decorrente da grave diminuição dos estoques pesqueiros.

O governo “muda o rumo” e adota no setor pesqueiro a “preocupação ambiental” como foco. Neste momento o setor pesqueiro passa a ser responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente – MMA, junto ao recém criado Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA.

Na década de 1970, após muitos anos, em meio de uma profunda crise, começou um forte movimento dos pescadores puxado pela região nordeste do Brasil. Este movimento é organizado a partir da Igreja Católica, que elege a pesca como uma prioridade dentro da suas ações, criando a Comissão Pastoral dos Pescadores – CPP. Esta comissão tinha o objetivo de organizar e conscientizar a categoria na busca de seus direitos e de uma vida digna.



Atividades de aprendizagem

- Dialogue com a sua comunidade de pescadores e resgate a história dos pescadores a partir da década de 1950 até a década de 1980. Identifique qual foi o período mais difícil, considerando inclusive o ponto de vista econômico, explicando o porquê dessa dificuldade.

Aula 3 – Conhecendo a cultura dos povos da água

Você já se perguntou por que os pescadores são culturas importantes para enfrentar os problemas de ordem ambiental e sociocultural na sociedade atual? Será que a resposta está relacionada com a intimidade, muito pronunciada, entre o pescador e seu habitat?

Já se perguntou porque a nossa costa se caracterizou, e ainda se caracteriza, por um tipo de ocupação com trechos de denso povoamento, ao lado de outros apenas escassamente ou nunca povoados? Por que os pescadores continuam utilizando tecnologias herdadas dos indígenas e portugueses? Por que as condições sanitárias, de habitação e de alimentação são tão precárias? Nesta aula vamos conhecer e/ou lembrar alguns dos aspectos socioculturais dos povos do mar e da água doce, isto é, dos pescadores.

Sem dúvida nenhuma, os aspectos socioculturais e econômicos – a serem estudados em breve na disciplina de Socioeconomia – necessariamente devem ser bem compreendidos quando pensarmos na realização de atividades de extensão pesqueira, como por exemplo, a organização e articulação das comunidades pesqueiras e aquícolas, ou a assistência técnica sob um paradigma tecnológico adequado às características socioculturais destas comunidades. A presente aula também tem por objetivo convidar, incitar o nosso estudante pescador ao conhecimento e, ainda mais importante, à melhor compreensão das características da sua categoria.

Para a abordagem sucinta dos aspectos socioculturais dos pescadores, utilizaremos o texto de Angelo Brás Fernandes Callou, intitulado “Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil”. Ressaltamos que apesar do título se referir unicamente aos povos do mar, muitas das características citadas neste texto fazem parte dos pescadores de água doce.

Povos do Mar: Herança Sociocultural e Perspectivas no Brasil

Comunidades pesqueiras, cultura marítima, comunidades humanas marítimas, gentes do mar, comunidades tradicionais de pesca, comunidades costeiras ou, simplesmente, povos do mar, representam, no Brasil, um contingente populacional de aproximadamente 800 mil pescadores e pescadoras, envolvendo 2 milhões de pessoas que produzem cerca de 55% da produção pesqueira nacional.

Habitantes tradicionais das áreas costeiras, os pescadores artesanais – também chamados de praieiros, jangadeiros, caiçaras e açorianos, a depender da região onde habitam e de seus artefatos socioculturais e técnicos – são reconhecidos como “trabalhadores que se dedicam a captura de pescado e que exercem as funções de membros de tripulações dos barcos pesqueiros, executando diversas tarefas de pesca de altura – no caso dos pescadores marítimos – ou tarefas específicas da pesca de água doce e águas costeiras”.

Abordar os aspectos socioculturais dos povos do mar, como aqui pretendemos, não é tarefa fácil, tendo em vista a reduzida produção acadêmica brasileira no âmbito das culturas populares da pesca. Só a partir dos anos 1960/70 é que essa produção começou efetivamente a tomar fôlego. Mas não se tem, ainda hoje, estudos monográficos substanciais que possibilitem contar, a partir de itinerários diversificados, a história cultural da pesca no país. Há, porém, contribuições vindas das décadas de 1940/50, e mesmo de períodos anteriores que, somadas à produção contemporânea, nos auxiliam a pensar os povos do mar como culturas importantes para enfrentar os problemas de ordem ambiental e sociocultural da pesca artesanal no Brasil.

Entretanto, os trabalhos encontrados ao se dedicarem às peculiaridades culturais e sociais das comunidades pesqueiras da costa nacional, tais como aspectos geográficos, climáticos, ou relacionados aos processos de colonização, poderiam sugerir certa dificuldade à caracterização geral pretendida, não fosse a observação de Gioconda Mussolini em **Aspectos da cultura e da vida social no litoral brasileiro** (1972). A autora, embora reconheça no litoral distinções na vida das populações humanas, verifica “que existem elementos culturais e sociais comuns a todo ele”, explicados, sobretudo, “pelas mesmas influências que contribuíram para sedimentar as primitivas bases culturais da vida litorânea (...)”. Ou seja, a portuguesa, a indígena, a africana e suas combinações. Nesse sentido, embora não se esqueça aqui e acolá de tais distinções, considerou-se sua abordagem mais adequada para o objetivo deste trabalho.

Baseada na análise de Caio Prado Junior sobre a Formação do Brasil Contemporâneo (1945), Mussolini nos informa que, em razão do caráter agrícola da colonização, sobretudo voltado para produtos de valor comercial no exterior. A nossa costa se caracterizou, e ainda se caracteriza, por um tipo de ocupação com trechos de denso povoamento, ao lado de outros apenas escassamente ou nunca povoados.

Nesse processo de ocupação das áreas economicamente mais promissoras, segundo ainda Caio Prado, citado por Mussolini, criar-se-iam pequenas zonas populacionais “de vida mais ou menos vegetativa”. Desse processo de colonização se configuraria um “tipo de vida fechada” na costa brasileira, que resultaria num “aproveitamento intensivo, quase exclusivo (...) dos recursos do meio, criando-se, por assim dizer, uma intimidade muito pronunciada entre o homem e seu habitat”. A citação de Mussolini a seguir, nos dá uma ideia dessa configuração sociocultural:

“Conhece o homem muito bem as propriedades das plantas ao seu redor – para remédios, para construções, para canoas, para jangadas – bem como os fenômenos naturais presos à terra e ao mar e que os norteiam no sistema de vida anfíbia que leva, dividindo suas atividades entre a pesca e agricultura de pequeno vulto, com poucos excedentes para troca ou para venda: os ventos, os ‘movimentos’ das águas, os hábitos dos peixes, seu periodismo, a época e a lua adequadas para por abaixo uma árvore ou lançar à terra uma semente, ou uma muda, ou colher o que plantou.” Vê-se, de antemão, que toda uma cultura desenvolvida na costa brasileira manteria muito dos seus vínculos mais autênticos da colonização, da influência indígena e africana, do que sofreria os processos de “invasão cultural”, como se referiu Paulo Freire, dos vetores mais dinâmicos da colonização no trato das culturas de exportação. Aspecto mais nítido, sobretudo, no tocante à atividade pesqueira. Mais nítido porque as atividades de pesca, por não adquirirem significação histórica na economia brasileira, permaneceriam praticamente inalteradas em seus aspectos social, cultural e tecnológico, particularmente até o surgimento de intervenções públicas para o desenvolvimento do setor pesqueiro, como veremos adiante.

No que diz respeito à influência indígena nas atividades de pesca, Mussolini registra particularmente o uso do timbó (ervas que provocam efeitos entorpecentes nos peixes, quando jogadas fragmentadas na água, podendo-se, assim, apanhá-los com a mão), de uso hoje proibido; das tapagens (barreiras de varas montadas nos rios e estuários para capturar o peixe); e dos currais-de-peixe (espécies de cercados construídos junto às praias), ainda bastante usados no litoral brasileiro. A conservação do pescado através do moquém (espécie de grelha onde o peixe é colocado para assar) é um outro aspecto, apontado por Mussolini, da cultura indígena, que permanecem na atualidade, especialmente na Amazônia. Quanto às embarcações, a autora registra a canoa feita de um único tronco escavado como uma herança indígena ainda encontrada praticamente em toda a costa brasileira. A jangada, embora mais restrita ao Nordeste, é um outro exemplo.

Da influência portuguesa na pesca tem-se a incorporação, dentre outros apetrechos, do anzol de ferro, incorporado pelos índios, em substituição ao espinho torto, abordado por Luiz Geraldo Silva; do espinhel, usado desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul; e das redes de emalhar ou tresmalho, bastante utilizadas na pesca da tainha, atividade ainda comum no litoral brasileiro. A preparação do pescado salgado e seco é outra influência da colonização de uso corrente na nossa costa.

Mas não é apenas nos aspectos técnicos da pesca que se encontraria o relevo da herança indígena e portuguesa nas comunidades do nosso litoral. A atividade pesqueira, como bem salienta Mussolini, “transcende os limites meramente familiares para se converter em atividade comunitária”. É “(...) ao redor da rede, que se estabelece toda uma série de interações entre moradores de um bairro, unindo-os em cooperação, e fazendo com que constituam, realmente, um grupo local”. Dentro desse contexto social adquirem realce também outros aspectos da cultura, nas tradições orais e folclóricas, sobretudo portuguesa. Escreve Mussolini:

É um folclore cheio de ‘almas penadas’ dos pescadores que perderam a vida no mar e voltam a aborrecer os vivos e para cujo exorcismo existem os ensalmos e os ‘benzementinos’ de defesa; são as lendas de tesouros que ficaram enterrados da época da pirataria em nossa costa; são as crenças nas ‘mães d’água’ ou ‘mães de ouro’, cuja presença indica a existência de ouro na região, aparecendo repentinamente a pentear-se nos rios litorâneos com pentes de ouro, mas desaparecendo logo em seguida; são benzimentos para os mais variados fins, principalmente para a cura das moléstias, os quais, se bem que estropiados, ainda permitem captar fielmente o antigo modelo português. (MUSSOLINI)

Embora Mussolini não aprofunde detalhes dessas tradições folclóricas do litoral brasileiro, outros autores trazem algumas contribuições nesse sentido, que ajudam a caracterizar melhor os povos do mar no Brasil. Luis da Câmara Cascudo, ao estudar a jangada nordestina, traz aspectos interessantes sobre o assunto. As superstições dos pescadores, olhadas de maneira enviesada pelos projetos públicos de desenvolvimento do setor pesqueiro, são abordadas por Câmara Cascudo em várias passagens do seu livro **Jangada, uma pesquisa etnográfica (1964)**. Ele afirma que os pescadores são supersticiosos “tanto quanto as demais criaturas do mundo. Nem mais nem menos. E a superstição nada tem com o nível de uma civilização”. Diz ainda que, em suas pesquisas, pouco encontrou acerca de superstições “que igualasse ao habitante das cidades, do Rio de Janeiro ou de São Paulo”.

A atividade do pescador no mar é carente de conversas e cantigas, pois afugenta os peixes, dizem os pescadores. Talvez, por isso, o pescador seja “lacônico, reservado, bisonho, pondo lentamente as palavras, em raro impressiona no vagar remorado do seu desenho verbal”. Observa ainda Cascudo que o pescador “dá somente os elementos, expressivos e ricos, mas sem calor, sem intenção comovedora, sem comunicabilidade. Cabe ao ouvinte a química pessoal determinante da emoção”. Entretanto, seus divertimentos são ricos em vivacidade: “O jangadeiro ama o violão e a sanfona”, escreve Câmara Cascudo. Por outro lado, não é afeito a compor cantigas, diferenciando-se, portanto, do caiçara paulista, como veremos a seguir. As canções típicas de beira de praia são compostas por gente da cidade. “Canções praieiras que nunca viram o mar”, afirma Câmara Cascudo. O coco de roda é a brincadeira mais comum de praia. Nos casamentos e bailes dança-se frevo, marcha e samba, acompanhado da sanfona, às vezes do violão. A ciranda também é uma dança muito comum nas comunidades pesqueiras do Nordeste.

As festas religiosas são encontradas praticamente em todas as comunidades pesqueiras do litoral brasileiro e, muitas vezes, se misturam com as festas profanas. Além das festas específicas do santo padroeiro de cada região, em geral são comuns em todas elas a de São João, a de Santo Antônio, a dos Navegantes, a de São Pedro, a do Espírito Santo, entre outras. As festas, as danças e os cantos também estão presentes na realidade do caiçara paulista. Entretanto, diferencia-se do jangadeiro nordestino, sobretudo porque, neste caso, pode-se falar de uma produção musical caiçara. Kilza Setti afirma que 75% dos músicos entrevistados em seu estudo “Ubatuba nos cantos das praias” são pescadores. De influência basicamente portuguesa, seja nos elementos vocais e coreográficos, seja nos elementos instrumentais, essa produção musical manteve-se sem grandes modificações até a década de 1950, mas ainda hoje é predominante o repertório caiçara na região estudada por Setti. Os encontros musicais entre os caiçaras são acompanhados ou não de danças, e “constituem-se em um dos elementos de ligação de sociabilidade e de solidariedade na vida das comunidades (...)”. Entre os instrumentos mais utilizados nos encontros musicais estão a viola, o pandeiro, a caixa e o acordeão. E dentre as formas musicais mais praticadas hoje estão a canoa, a ciranda, a cana-verde e a xiba. Todas, categorias do fandango. Algumas delas também podem ser encontradas no litoral do Paraná e Rio Grande do Sul. É importante observar no estudo de Setti, que a manutenção e difusão dessa cultura popular se realiza oralmente, observando-se nesse processo, segundo ela, poucas modificações na produção musical. E, quando isso acontece, se limitam, segundo a autora, ao âmbito dos textos.

As habitações dos pescadores da costa têm sido, em geral, ao longo do tempo, os casebres de taipa ou de folha de coqueiro, as construções com tábuas

de madeira sobrepostas, cobertas de palha, as palafitas, do Nordeste e da Amazônia e, com exceção, as casas de tijolos com telha-vã ou mesmo de palha. Diversos problemas de saúde das comunidades pesqueiras estão relacionados às condições sanitárias e de habitação, agravados pela alimentação deficiente e pelo pouco hábito de higiene. Sem falar das doenças relativas à própria atividade profissional do pescador e da pescadora, como a cegueira e os problemas de pele, devido à constante exposição ao sol durante a atividade.

A falta de uma educação básica nas comunidades de pesca, no passado e no presente, a despeito dos problemas dali decorrentes, reforça a ideia de uma cultura oral fortemente desenvolvida entre os pescadores brasileiros. É nessas pequenas experiências culturais portuguesas, indígenas e, de maneira controversa, africanas, que se construíram os modos de vida dos povos do mar no Brasil. Ricos em elementos da cultura folclórica, nem por isso parados no tempo – pois se hibridizam no contato com outras culturas contemporâneas –, esses povos desenvolveram formas particulares de conhecimento e de organização social para utilização dos recursos naturais e conservação dos ecossistemas marinhos.

Fonte: Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. Angelo Brás Fernandes Callou. Ciência e Cultura, vol.62, no.3, São Paulo, 2010.

Resumo

Nesta aula foram expostas diversas características sociais e culturas dos pescadores brasileiros. O conhecimento aprofundado destas e outras características nos permitem compreender a forma de pensar e ser das comunidades, facilitando o trabalho junto a elas.



Atividades de aprendizagem

- Após a leitura do texto desta aula, em grupo, destaque as informações novas, assim como aquelas que mais chamaram sua atenção, e justifique sua escolha.
- a) Cite cinco aspectos de caráter social, cultural, econômico ou político característicos das comunidades pesqueiras que você gostaria de compreender melhor. Onde você poderia encontrar essas informações?

Aula 4 – Tecendo a nossa própria história

“[...] embora os oprimidos possam precisar da história para [buscarem] identidade e inspiração, precisam acima de tudo da verdade acerca do que o mundo fez deles e do que [eles] ajudaram fazer do mundo.”

Eugene Genovese

A participação ativa dos pescadores na construção da sua história inicia de forma franca no Nordeste brasileiro. Na presente aula, estudaremos como os pescadores artesanais, no final do século passado, construíram e organizaram sua luta em busca de melhores condições de vida.

Como observamos nas aulas anteriores, no final da década de 1970, a Igreja Católica elegeu entre seus serviços prioritários o trabalho junto aos pescadores. Essa iniciativa foi possível graças à mobilização de algumas lideranças sociais que junto aos pescadores demandaram este serviço da Igreja, cuja principal função, por meio da Comissão Pastoral dos Pescadores – CPP, foi assessorar as colônias de pescadores. No princípio a mobilização foi pequena, mas aos poucos foi se expandindo por todo o Nordeste, espalhando-se também por alguns estados do Norte.

Assim, fomentados pela CPP e outros grupos organizados, os pescadores começam a articular-se em um nível mais abrangente e começam a intervir na Constituição da República, para a qual criam a Constituinte da Pesca. Nesse período, as colônias se equiparam aos sindicatos, possibilitando a luta pelos interesses econômicos dos pescadores artesanais.

Como no Sul do Brasil não existia nenhuma iniciativa desta natureza, um pequeno grupo ligado a CPP partiu para esta região com o objetivo de iniciar a assessoria dos pescadores em cinco estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro. O trabalho tinha como objetivo principal assessorar as colônias de pesca nas questões de legislação pesqueira. A sede de atuação era em São Paulo, na região de Santos, Registro e Cananeia.

Na década de 1980, no município de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, a Igreja Católica, principalmente por iniciativa dos padres franciscanos, iniciou um trabalho de inserção das comunidades pesqueiras na igreja, iniciativa realizada através das Pastorais, a saber: a Pastoral da Criança e a Pastoral Operária.

Resgatando a história dos lutadores do povo

No desenvolvimento dos trabalhos da CPP junto aos pescadores do Sul, destacam três lutadores do povo: a Irmã Cecília, o padre João “Trinta” e a Sonia, agente de pastoral dos pescadores. Este grupo também contava com o apoio do bispo responsável por esta pastoral e contribuiu de forma extraordinária para a organização dos pescadores, com uma forte atuação na região de Registro, Cananeia, Peruíbe e outros municípios do entorno. Mais tarde foi construído um mercado do peixe. Graças à Irmã Cecília as iniciativas de organização dos pescadores foram se espalhando para outros estados como Rio de Janeiro. Sônia também levou essa iniciativa para o Mato Grosso do Sul.

Várias bases de apoio foram formadas nos municípios de Santa Catarina. Outros padres se interessaram pela causa, e formaram a Pastoral dos Pescadores em outros municípios, sendo muito forte a atuação no município de Laguna. Mas tarde as iniciativas foram se espalhando para outros estados como Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

Nesta época, no Brasil, foram realizadas muitas reuniões e encontros nos quais eram promovidos processos visando à organização e conscientização dos pescadores. Os pescadores começaram a articular-se, formaram cooperativas, participaram de eleições de colônias de pescadores, entre outras atividades.

Conhecendo a história dos pescadores do sul do Brasil

Neste período, no Sul do Brasil a pesca passava por uma crise muito grande devido à falta de peixe, à exploração por parte dos atravessadores e a um desmando muito grande por parte dos governantes da época.

Foi em uma assembleia diocesana que algumas lideranças destas comunidades, que se reuniam para discussão de fé e vida, levantaram as dificuldades que os pescadores estavam vivenciando e não tinham a quem recorrer. Assim sendo, solicitaram ao bispo diocesano para iniciar um trabalho com os pescadores. Foi a partir daí que foi dado encaminhamento para que algumas pessoas ligadas às pastorais sociais dedicassem seu tempo na formação de um serviço da igreja em favor dos pescadores. Então padre José Cafarati, nomeado pela Igreja Católica para dar suporte nessa iniciativa, convidou outras lideranças com ligação aos pescadores e foi dado início à pastoral dos pescadores no Rio Grande do Sul.



Figura 4.1: Padre José Cafarati (segundo da esquerda para a direita) em reunião com lideranças de pescadores na comunidade São Miguel, na cidade de Rio Grande/RS.

Fonte: Acervo pessoal de João Dias.

Nas comunidades pesqueiras foram formados grupos de base da pastoral, o trabalho foi se expandindo para outros municípios em torno do município de Rio Grande. As reuniões aconteciam na própria comunidade de pesca e os assuntos eram variados, tratava-se desde a vida cotidiana dos pescadores até os problemas de legislação da pesca. As reuniões sempre tinham a Bíblia como reflexão e era através da palavra cristã que eram trazidos os temas para os dias de hoje.



Figura 4.2: Reunião de pescadores para a fundação de cooperativa em Rio Grande/RS.

Fonte: Acervo pessoal de João Dias.

A iniciativa no Rio Grande do Sul começou a aparecer e chegou até a pastoral dos pescadores. Articulado com o pessoal de São Paulo, o Padre José começou a ter contato e participar dos encontros regionais e nacionais, sempre levando consigo pescadores para participar das reuniões, por meio dos quais foi criada a coordenação da pastoral do pescador do Sul do Brasil.

Enquanto isso, no município de Rio Grande, um grupo de pescadores de várias comunidades iniciaram um debate para melhorar a sua participação na comercialização do pescado, com a ajuda da Cáritas Diocesana, lideranças de outras pastorais e alguns vereadores de esquerda. Como resultado dessa iniciativa, foi organizada uma cooperativa, construído um prédio com câmara fria e fábrica de gelo, cujo objetivo era eliminar o atravessador para aumentar o valor recebido pelo pescado: os próprios pescadores limpavam seu produto e o comercializavam.

Você sabia?

Cáritas Diocesana

A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural.

Fundada no Brasil em 12 de novembro de 1956, a Cáritas Brasileira faz parte da Rede Cáritas Internationalis, presente em 165 países e territórios. Reconhecida como entidade de utilidade pública federal, ela também é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Atualmente a Cáritas Brasileira conta com mais de 170 entidades-membro espalhadas por todo país e atua em 12 regionais: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Norte II (Amapá e Pará), Maranhão, Piauí, Ceará, Nordeste II (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e Nordeste III (Bahia e Sergipe).

Texto disponível em <http://caritas.org.br/novo/sobre/>

Desde o ponto de vista da organização e articulação dos pescadores artesanais, essa iniciativa trouxe importantes aprendizados, mas também enfrentou grandes desafios e dificuldades.

Alguns associados foram cooptados, passando a tirar proveito pessoal no processo de comercialização do pescado, mostrando a necessidade de um maior controle dos processos organizacionais e administrativos da cooperativa por parte dos pescadores, mas também revelava a falta de mecanismos para trabalhar e superar os vícios comuns à construção de qualquer tipo de iniciativa que envolva um coletivo. Com o passar do tempo a cooperativa foi desfeita, o que provocou um recuo na prática do comércio coletivo, no entanto, o trabalho de organização das comunidades pesqueiras ficou mais forte na região.



Figura 4.3: Celebração pela fundação da cooperativa em Rio Grande/RS

Fonte: Acervo pessoal de João Dias.

Os frutos da história

Ao longo da década de 1980 acontecem muitas reuniões de pescadores por todo o Brasil. Eles começaram a tecer sua própria história e a conquistar vitórias, como por exemplo, a **conquista da direção** de Colônias e Federações. Em 1985, já na nova República, a Confederação convocou a Constituinte da Pesca, que após várias reuniões elaborou um Projeto de Lei para a reforma total do sistema das Colônias, Federações e Conferência Nacional, dentro dos seguintes princípios:

- Liberdade de associação;
- Autonomia das Colônias;
- Independência do Poder Público;
- Assembleia Geral do órgão realmente soberano;
- Federações e Confederações como órgãos de apoio e não de fiscalização e intervenção.

Estes princípios também foram inseridos na nova Constituição do Brasil, assim “o grito de liberdade misturou-se com o grito de vitória”.

Como resultado de longas caminhadas no processo de organização dos pescadores, surgiram, além do MONAPE, várias organizações representativas de classe do setor pesqueiro, entre as quais podemos citar:

- **Pastoral dos Pescadores Regional Sul:** criada no ano de 1985, quando uma parte do grupo da CPP Nordeste, acabou se separando desta regional e começou a desenvolver um trabalho na região Sul do país, fundando assim a Pastoral dos Pescadores Regional Sul. Hoje essa Pastoral trabalha na assessoria às colônias em relação às legislações pesqueiras.
- **Associação de pescadores:** criada em 1987, a partir de uma dissidência das colônias. Possui como uma das suas principais “bandeiras de luta” a transparência nas entidades representativas. Porém não possui ainda uma representação nacional.
- **Movimento dos pescadores artesanais**
Criado em 2003, é vinculado ao MONAPE e trabalha principalmente na articulação junto às associações.
- **Articulação das mulheres pescadoras**
Movimento criado com o objetivo de lutar pelos interesses das mulheres pescadoras. Está mais localizada no Nordeste, sendo a sua sede em Pernambuco, motivo pelo qual ainda possui pouca articulação nacional.



Figura 4.4: Reunião de pescadores da Pastoral de Pescadores Regional Sul.

Fonte: Acervo pessoal de João Dias.

Analisando a história, podemos observar que a luta e as conquistas dos pescadores só foram possíveis quando os pescadores se uniram de forma autônoma, isto é, desvinculados da tutela do governo, e formaram suas próprias organizações. Somente assim “em coro”, a sua voz foi ouvida.

Mas nesta caminhada também percebemos desafios e contradições, como por exemplo: dificuldades de reunir os pescadores e fazer lutas coletivas, a presença de um forte sentimento de individualismo, a falta de compreensão da importância da luta econômica junto à luta política. Entre as dificuldades mais comuns observamos a dificuldade na organização de processos permanentes de formação e conscientização política dos pescadores como categoria e classe, a dificuldade de metodologias de trabalho adequadas para a mobilização do setor a nível estadual e nacional, assim como a dificuldade em se unir a outros setores da sociedade, visando ganhar visibilidade e força. Mas como enfrentar estas dificuldades? Este tema de essencial importância será abordado ao longo das próximas aulas, assim como em outras disciplinas do curso. Não perca!

Você sabia?

Uma história de luta: a Pastoral dos Pescadores Regional Sul

No Rio Grande do Sul os pescadores não tinham o hábito de reunir-se e construir soluções para seus entraves, e foram os debates e reuniões proporcionados pela Pastoral dos Pescadores da Regional Sul que deram início ao processo de construção de um espaço no qual aglutinava forças e debatia coletivamente as problemáticas enfrentadas.

Foi por iniciativa de pescadores militantes da Pastoral do Pescador de Rio Grande que, com voluntariado, percorreram a região do estuário da Lagoa dos Patos para convidar as colônias de pesca, associações, prefeituras, universidades, órgãos públicos e ONGs para se juntarem e fazerem um debate regionalmente. Isso resultou na constituição de um fórum hoje reconhecido não só no Brasil, mas em várias partes do mundo. Alguns membros deste fórum já foram convidados para apresentar essa iniciativa em várias partes das Américas, muitas reuniões foram feitas antes de consolidar este espaço, pois era necessário convencer o segmento que, ao reunir-se em grupo, a força se multiplicava. No início houve boicote por parte de algumas colônias, influenciadas por atravessadores, mas o apoio da Igreja Católica foi fundamental para

esta iniciativa. Teve um momento que não se tinha nem espaço para as reuniões, mas foi com a perseverança e o apoio da Cáritas Diocesana que foi oferecido espaço e dadas condições para seguir com a missão. Nesse esforço, destaca-se o apoio do bispo diocesano de Rio Grande, pois somente assim foi possível se dar continuidade ao trabalho.

Com a consolidação do fórum da Lagoa dos Patos e a ampliação da participação dos pescadores, o serviço da igreja foi ampliando-se e membros da Pastoral do Pescador foram atuar para a formação do movimento dos pescadores do Rio Grande do Sul. Foram abertos novos espaços de reuniões, como o litoral norte do estado, com pescadores do rio Uruguai. Muitas discussões foram feitas, o movimento começou a ter articulação com outros estados e se juntar ao movimento nacional do pescador (MONAPE), formando assim um grande grupo a nível nacional, para fazer a defesa dos pescadores artesanais.

Hoje muitas lideranças da Pastoral dos Pescadores, do movimento dos pescadores e de associações estão atuando em órgãos públicos ligados à atividade pesqueira com intenção de seguir lutando na defesa dos pescadores artesanais.

Resumo

Ao longo da década de 1980 acontecem muitas reuniões de pescadores por todo o Brasil. Os pescadores começam a construir sua própria história e a conquistar vitórias, como por exemplo, a **conquista da direção** de Colônias e Federações.

Como resultado de longas caminhadas no processo de organização dos pescadores, surgiram, além do MONAPE, várias organizações representativas de classe do setor pesqueiro, dentre as quais podemos citar:

- **Pastoral dos Pescadores Regional Sul**
- **Associação de pescadores**
- **Movimento dos pescadores artesanais**
- **Articulação das mulheres pescadoras**

Na aula de hoje percebemos o quanto é importante a união e a organização das pessoas que possuem objetivos comuns para obter conquistas, como melhorias econômicas e inclusive políticas. Também observamos que este processo é longo e nem sempre fácil, pois implica na superação de dificuldades.

Entre as dificuldades mais comuns observamos: a dificuldade na organização de processos permanentes de formação e conscientização política dos pescadores como categoria e classe, a dificuldade de metodologias de trabalho adequadas para a mobilização do setor a nível estadual e nacional, assim como a dificuldade se unir a outros setores da sociedade, visando ganhar visibilidade e força

Atividades de aprendizagem

- Escreva um texto contando alguma experiência que você conheça no qual um grupo de pessoas, se possível de pescadores, só conseguiram alcançar os seus objetivos quando resolveram trabalhar em conjunto. Descreva as dificuldades enfrentadas e discuta possíveis soluções.



Aula 5 – A nossa palavra de ordem é participação e organização

“Proletários do mundo, unam-se!”

Karl Marx

Nas aulas passadas observamos que foi somente após o despertar da consciência cidadã dos pescadores e do processo organizacional do setor que estes trabalhadores tiveram conquistas. Porém, prezado estudante, temos que ter consciência de que ainda há muito chão para percorrermos, e que conhecendo a história, sabemos que “uma andorinha só não faz verão”, os pescadores precisam estar unidos e, em especial, organizados *como uma categoria de classe*.

Na aula de hoje iremos conversar sobre algumas lições tiradas dos processos **de participação e organização dos pescadores artesanais na construção de melhores condições de vida**.

Para isso, vamos iniciar a leitura de um texto chamado “Ecoa o Grito de Liberdade”, retirado na íntegra da cartilha *Pescadores em luta*, elaborada pela Comissão Pastoral dos Pescadores:

“Passaram-se séculos de opressão, através do dízimo, do recrutamento forçado e de outras formas de exploração política e econômica. No início do século 20, a Marinha e o governo inventaram as Colônias de pescadores, as Federações e a Confederação Nacional, como sistema sutil para controlar, fiscalizar e tutelar as pescadoras e pescadores de todo o Brasil. Tratando-os como bonecos de fantoche e abafando todo o espírito de iniciativa e de luta dessa categoria de trabalhadores.

*Mas quase no fim do século 20, lá pelos anos de 70, pescadoras e pescadores do Nordeste e Norte **começaram a abrir os olhos e tomaram consciência de sua situação de opressão.***

Apesar de estarem ainda no regime militar, lançaram o grito da liberdade que, aos poucos foi ecoando por todo o Brasil.

*Cada vez mais as pescadoras e pescadores **conquistaram a direção** de Colônias e Federações, muitos deles sofrendo ameaças, agressões físicas e até prisão.*

Mas o grito de liberdade ecoou, também na Confederação que, em 1985, já na nova República, convocou a “Constituinte da Pesca”.

Esta reuniu-se quatro vezes, em dois anos, na Capital da República, e elaborou um Projeto de Lei para a reforma total do sistema das Colônias, Federações e Conferência Nacional, dentro dos seguintes princípios:

- Liberdade de associação;*
- Autonomia das Colônias;*
- Independência do Poder Público;*
- Assembleia Geral do órgão realmente soberano;*
- Federações e Confederações como órgãos de apoio e não de fiscalização e intervenção.*

Depois, conseguiram inserir estes princípios também na nova Constituição do Brasil.

O grito de liberdade misturou-se com o grito de vitória.

Mas resta muito a fazer.

Estudo, organização e lutas terão que continuar, para que a vitória alcançada não seja desperdiçada.

A grande massa de pescadoras e pescadores ainda sofre os efeitos da lavagem cerebral recebida durante tantos anos de tutela.

É preciso trabalhar, organizar e conscientizar as companheiras e companheiros para que se unam com um espírito de solidariedade e de luta, em órgão de legítima representação e defesa de seus direitos e interesses.

O Deus da liberdade, da justiça e fraternidade ilumine o nosso caminho.”

A leitura deste texto, assim como o conteúdo abordado nas aulas anteriores, nos ajuda a tirar várias lições importantes, a saber:

- a) Os pescadores obtiveram vitórias quando *somaram forças* e decidiram trabalhar em conjunto. Nesta sociedade uma das características das pessoas, e por tanto das organizações sociais, é sua tendência à atomização, à divisão. Esta característica não lhes permite enxergar que têm interesses em comum e que somente unidos podem lutar por eles. Por outro lado, cada pessoa e também cada movimento costuma acreditar que possui a verdade revelada e acaba lutado contra aqueles indivíduos ou organizações que possuem outras formas de pensar, perdendo a possibilidade de se unir e somar forças a partir das coincidências, dos interesses em comum. Essa divisão é alimentada por aqueles que têm interesses contrários aos dos trabalhadores, pois sabem que divididos não chegam a lugar nenhum, não são capazes de modificar a realidade a seu favor. Quando os pescadores descobrem que somente se unindo e se organizando como categoria é possível lutar por seus interesses, abrem a porta de muitas vitórias.
- b) A construção da autonomia organizacional dos pescadores é fundamental. Na medida em que os pescadores construíram suas próprias organizações e saíram “das asas” do governo, da tutela do Estado, avançaram também na construção da consciência. Construir uma organização significa achar meios próprios para se reunir, discutir, pensar, se posicionar, enfrentar e aprender a superar as contradições entre os próprios pescadores; construir uma organização e lutar significa crescer como indivíduo e categoria. Esse é o único caminho para se desenvolver como indivíduo e categoria, se tornar sujeito da sua história, interferir nela visando sua mudança, mas não qualquer mudança, e sim aquela que possa beneficiá-los.
- c) A consciência dos pescadores como categoria, aquela que os encoraja a lutar, surge da própria luta coletiva e da formação política. Ou seja, a consciência *se constrói*, ela não “é”, ela “torna-se”, por meio de um longo processo. Os indivíduos como categoria transitam de certas concepções de mundo até outras conforme descobrem como a sociedade funciona, em particular, as causas que explicam sua precária situação. Se a luta permite aos pescadores descobrir estas causas, sem dúvida abraçarão essa vivência como positiva, mesmo que a mesma seja difícil. Existem diferentes graus de consciência e por tanto de participação, cabe às organizações dos pescadores elevarem o nível de consciência de seus integrantes, interiorizarem novas concepções, valores e condutas, que lhes permitam se inserir na luta visando construir sua história.

- d) Durante o processo de organização dos pescadores, inúmeras dificuldades e vícios surgem, pois estes fazem parte dos valores e forma de funcionar da sociedade capitalista. Entre os vícios mais comuns encontramos o personalismo e o individualismo, muitas vezes representados na figura das lideranças que decidem sozinhas, a partir de seus interesses, ou às vezes a favor dos interesses dos trabalhadores, mas sem criar espaços de discussão que possibilitem a compreensão dos problemas e sua participação nos diversos momentos de articulação e luta. O avanço na sua superação é indispensável para o fortalecimento da luta, do amadurecimento das organizações dos trabalhadores e por tanto da conquista de vitórias. Neste sentido, a construção de coletivos para a discussão e tomada de decisões é o primeiro passo, pois permite a discussão de “que” fazer, “porque” e “como” fazer por parte dos interessados. Segundo, é importante que exista formação política específica para a superação dos vícios e dificuldades. Mas este conteúdo será aprofundado na disciplina de Economia, no item Socioeconomia. Não perca!

Precisamos sempre lembrar que nesta sociedade os pobres, os trabalhadores e os excluídos são a maioria, e se estiverem organizados, prontos para lutar quando necessário, descobrirão que sua força é grande e que é possível tornarem-se maiores e arrebentarem as amarras que o sistema lhes impõem.

Sendo assim, utilize todas estas lições e valiosos conhecimentos adquiridos, não só como conhecimentos acadêmicos, mas principalmente como conhecimentos para a vida, como munição para a luta diária que todo trabalhador precisa travar, visando a melhoria da sua vida e de seus filhos.

Você sabia?

Uma bela história de superação

“Cansado de ser massa de manobra, de ver as comunidades pesqueiras se desestruturarem, cansado de presenciar o empobrecimento das famílias de pescadores, de enxergar a necessidade de mudar o quadro em que o setor vivia, de combater a exploração na comercialização do pescado, garantir os poucos direitos que a atividade tinha, construir uma consciência de ajuda mútua. Atendendo à necessidade de formar uma rede de comunidades pesqueiras na construção coletiva, lutar por um meio ambiente mais saudável e limpo, resgatar a auto-estima dos pescadores, garantir a qualificação, combater os falsos líderes e estruturar a cadeia produtiva. Todas estas razões foram o que motivou a minha entrada em um processo novo de pescaria, tirando o pouco tempo que a pesca permitia, para convidar os amigos pescadores a pensarem que

juntos poderiam ter uma vida mais digna, começou a pescar gente nessa nova mentalidade nas comunidades de pescadores.

No início houve muitas dúvidas, muitas críticas, surgiam também algumas acusações como: “vai ser candidato político” ou “quer se promover”, mas com apoio da família e da Igreja Católica continuou a missão, aos poucos começava aparecer interessados em pelo menos ouvir, grupos foram sendo criados e uma rede ia se formando, conforme o tempo passava alguns problemas iam aparecendo: a falta de recursos financeiros, a falta de tempo para uma dedicação maior e as ameaças como “tu vai amanhecer com a boca cheia de formiga”, isto começava a assustar.

Conforme o tempo ia passando, os grupos iam se formando e a consciência de alguns dava a força moral de seguir com a missão. Muitas demandas começaram aparecer e bater à porta, a necessidade de agir e o pedido dos grupos que iam sendo formados não permitia parar.

Participar na elaboração da proposta de uma nova legislação pesqueira, participar da Constituinte da Pesca, reunir o setor por lutas reais de cada safra, levou a ter uma liderança na região, participar na constituição da pastoral da pesca, na constituição do fórum da Lagoa dos Patos, fazer parte da coordenação da pastoral da pesca nos estados do Sul do Brasil, ajudar a criar o movimento dos pescadores do estado do Rio Grande do Sul, participar das reuniões de colônias de pescadores, de associações comunitárias, ajudou a começar a ter uma militância a nível nacional na defesa do setor pesqueiro artesanal.

Com a mudança de projeto político no país foi convidado a fazer parte do governo estadual no RS, no início causou muitas dúvidas e desconfiança se deveria assumir essa missão. Depois de muitos apelos do setor assumiu uma tarefa regional, passando para um âmbito estadual e nacional, propiciando fazer diálogo e conhecimento de um setor que pouco teve dos órgãos públicos.

Com muita dedicação, responsabilidade e transparência e defendendo os direitos dos pescadores artesanais, continua à frente de um espaço no governo federal, com o objetivo de avançar em uma proposta de desenvolver o setor com responsabilidade ambiental, sem abrir mão da defesa das pessoas, essa é a busca diária.”

Autor: João Dais, pescador, integrante do MPA, atualmente trabalha na Direção de Ordenamento Planejamento da Pesca Artesanal.

Resumo

Na aula de hoje conversamos sobre algumas lições tiradas dos processos de participação e organização dos pescadores artesanais na construção de melhores condições de vida. Entre estas destacam-se:

- a) Os pescadores obtiveram vitórias quando somaram forças e decidiram trabalhar em conjunto, a partir das coincidências, dos interesses em comum, e não das diferenças. Lembre que a divisão é alimentada por aqueles que têm interesses contrários aos dos trabalhadores, pois sabem que divididos não chegam a lugar nenhum, não são capazes de modificar a realidade a seu favor.
- b) A construção da autonomia organizacional dos pescadores é fundamental. Na medida em que os pescadores construíram suas próprias organizações e saíram “das asas” do governo, da tutela do Estado, avançaram também na construção da consciência. Construir uma organização significa achar meios próprios para se reunir, discutir, pensar, se posicionar, enfrentar e aprender a superar as contradições entre os próprios pescadores; construir uma organização e lutar significa crescer como indivíduo e categoria.
- c) A consciência dos pescadores como categoria, aquela que os encoraja a lutar, surge da própria luta coletiva e da formação política. Ou seja, a consciência se *constrói*, ela não “é”, ela “torna-se”, por meio de um longo processo. Os indivíduos como categoria transitam de certas concepções de mundo até outras conforme descobrem como a sociedade funciona, em particular, as causas que explicam sua precária situação. Se a luta permite aos pescadores descobrir estas causas sem dúvida abraçarão esta vivência como positiva, mesmo que a mesma seja difícil.
- d) Durante o processo de organização dos pescadores inúmeras dificuldades e vícios surgem, pois estes fazem parte dos valores e forma de funcionar da sociedade capitalista. O avanço na sua superação é indispensável para o fortalecimento da luta, do amadurecimento das organizações dos trabalhadores e, portanto, da conquista de vitórias. Neste sentido a construção de coletivos para a discussão e tomada de decisões é o primeiro passo, pois permite a discussão de “que” fazer, “por que” e “como” fazer por parte dos interessados. Segundo, é importante que exista formação política específica para a superação dos vícios e dificuldades.



Atividades de aprendizagem

- Pesquise junto à organização dos pescadores da sua região quais são as dificuldades para organizar os pescadores. Discuta possíveis maneiras de superação das mesmas.

Aula 6 – A história hoje

No decorrer das primeiras aulas desta disciplina apreendemos sobre a história dos pescadores no Brasil desde o tempo dos índios, passando pela Colônia, Império, a República, até chegar aos dias atuais nos quais já podemos contar com as nossas próprias organizações. Nesta aula abordaremos a história recente dos pescadores e as políticas governamentais para o setor.

Em 2003, com a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), iniciou um período no qual foi incentivada a inclusão dos pescadores na definição de políticas públicas. Essa secretaria era um órgão federal, vinculado à Presidência da República e tinha como principal objetivo o fomento e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro.

Após a criação da SEAP/PR, seu secretário percorreu todo o País com objetivo de apresentar a SEAP e ouvir as reivindicações do setor. Para isto, entre outras iniciativas, foram organizadas as conferências estaduais. Posteriormente foram eleitos delegados representantes dos Estados para participarem da Conferência Nacional.

Para participar das Conferências Estaduais chegavam pescadores (as) de várias comunidades encravadas em municípios que jamais imaginavam que algum dia poderiam juntar-se com outros pescadores e participar da construção de uma nova realidade para o setor pesqueiro. Antes de iniciar as conferências era possível ver a alegria das pessoas integrantes das caravanas que iam chegando aos locais de realização deste evento, se respirava um ambiente alegre, era possível enxergar a vontade de participação estampada no semblante dos pescadores (as).

Pescadores artesanais, pescadores assalariados industriais e produtores de peixe juntos discutindo alternativas de pescarias, debatendo questões relacionadas ao licenciamento ambiental, aos petrechos de pesca, às novas embarcações, ao cultivo de peixe em lagos de hidrelétrica, entre outros grandes temas que geraram grandes debates. Pela primeira vez, os próprios trabalhadores de alguma maneira contribuíam na construção de uma política pública adequada para a categoria, conforme o entendimento e a realidade dos pescadores.



Figura 6.1: Pescadores em reunião de formação.

Fonte: Acervo pessoal de João Dias.

Também foram realizadas Conferências Nacionais visando discutir a problemática do setor pesqueiro e as alternativas de solução. Durante essas conferências, na Esplanada dos Ministérios, viam-se pescadores circulando, tudo era novidade.

Gente “da base” em Brasília, mudando e construindo as sua própria história. A participação nos debates, com discussões ferrenhas em defesa de ideias e propostas, e as votações por temas, fruto das discussões de grupos, foram uma grande experiência, e às vezes uma verdadeira guerra, no bom sentido, para ganhar as votações que definiam encaminhamentos.



Figura 6.2: 1ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca.

Fonte: Acervo pessoal do Sr. João Dias.

Na história de luta dos pescadores, teve relevância singular a organização das mulheres visando discutir sua problemática na Conferência das Mulheres Pescadoras, que iniciou com delegadas escolhidas por grupos organizados nos estados (nas pastorais, colônias, associações, cooperativas). Fruto dessa Conferência foi o **reconhecimento da mulher como trabalhadora na atividade pesqueira**.

Com a criação da Secretaria de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, muitos órgãos municipais e estaduais de pesca foram criados. Isso facilitou a realização de um debate sobre a pesca a nível nacional, abrindo espaços para a participação dos pescadores na definição de políticas públicas para o setor. A imprensa veicula grandes debates sobre a realidade e futuro do setor pesqueiro.

Percorrendo o país e visitando os locais mais longínquos do território Brasileiro, servidores integrantes da SEAP/PR, em particular seu Secretário, tiveram a certeza da necessidade de construir uma política pública voltada para atender o setor pesqueiro. No dia 29 de Junho de 2009, Dia do Pescador, o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.958, criando o atual Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA.

Atualmente as organizações setoriais pesqueiras, como o apoio do MPA, conseguem desenvolver um trabalho mais organizado. A criação deste Ministério, assim como as organizações dos pescadores, possibilitaram a articulação nacional da categoria, promovendo a interação e a busca de soluções para os problemas do setor. Uma importante forma de interação e articulação dos pescadores são as conferências promovidas por este Ministério, das quais saem importantes subsídios para a construção de planos que promovam a geração de emprego e renda no setor, num contexto de desenvolvimento sustentável que beneficie a toda a sociedade.

Resumo

Em 2003, com a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), iniciou um período no qual foi incentivada a inclusão dos pescadores na definição de políticas públicas. Essa secretaria era um órgão federal, vinculado à Presidência da República e tinha como principal objetivo o fomento e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro.

Com a criação da Secretaria de Aquicultura e Pesca da Presidência da República muitos órgãos municipais e estaduais de pesca foram criados. Isso facilitou a realização de debates sobre a pesca a nível nacional, abrindo espaços para a participação dos pescadores na definição de políticas públicas para o setor, exemplo disto foram as Conferências estaduais e nacionais.

No dia 29 de Junho de 2009, Dia do Pescador, o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.958, criando o atual Ministério da Pesca e Aquicultura –MPA.

Atualmente as organizações setoriais pesqueiras, como o apoio do MPA, conseguem desenvolver um trabalho mais organizado. A criação deste Ministério, assim como as organizações dos pescadores, possibilitaram a articulação nacional da categoria, promovendo a interação e a busca de soluções para os problemas do setor.



Atividades de aprendizagem

- Pesquise quais foram as principais propostas para o setor pesqueiro construídas durante as conferências estaduais e nacionais.

Aula 7 – Missão e objetivos do MPA

Como estudado na aula passada, no dia 29 de Junho de 2009, Dia do Pescador, o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.958, criando o atual Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA. Mas afinal, o que é o MPA? Qual a relevância deste Ministério para as atividades cotidianas dos pescadores e aquicultores? Para que serve? Na aula de hoje vamos conhecer a missão, objetivos e responsabilidade deste ministério.

Quando a SEAP/PR foi criada tinha como objetivo principal assessorar o governo nas questões relativas à pesca e aquicultura, visando a criação de emprego e renda para os envolvidos, assim como a geração de divisas para o País, num contexto de promoção do desenvolvimento sustentável. Assim sendo, a SEAP/PR precisava investir na pesca e aquicultura para desenvolver toda a cadeia produtiva do setor, isto é, o petrecho, a ração, o beneficiamento, a comercialização, etc. Para aumentar o consumo, e com isto a renda do setor, era necessário aumentar a produção do peixe, aproveitar o potencial Brasileiro, seja em áreas de cultivo ou da natureza.

Naquele momento, o principal desafio da SEAP/PR era articular os **atores** com as **ações** e fazer com que os programas de todos os Ministérios ou órgãos, direcionados para a população de pescadores e agricultores, chegassem de forma **articulada** e de fácil acesso à base. Para isso, era indispensável trabalhar conjuntamente entre os diversos Ministérios e órgãos de governo. De fundamental importância era a formação de parcerias junto aos seguintes órgão e Ministérios: Planejamento, Educação, Comunicações, Desenvolvimento Agrário, Embrapa, Desenvolvimento Social, Cultura, Trabalho e Emprego, Relações Exteriores, Marinha, Meio Ambiente, Agricultura, Cidades, Secretaria de Governo e das Mulheres. Também era indispensável o envolvimento de Estados e Municípios e o setor organizado.

Somente a partir destas parcerias seria possível desenvolver diversas ações que gerassem verdadeiramente impactos positivo na realidade das comunidades pesqueiras. Neste contexto, a SEAP teve por objetivos:

- Promover o crescimento sustentável, articulando atores e ações;
- Estimular a produção;
- Promover a inclusão;
- Contribuir para a segurança alimentar e o crescimento do Brasil.

Os pescadores, após verificar a atuação positiva do governo no setor pesqueiro, por meio da SEAP/PR, começam um movimento pelo Brasil reivindicando a transformação desta Secretaria em Ministério. O clamor dos pescadores chegou até o Congresso, sendo que alguns deputados abraçaram a causa. O Presidente da República apóia a iniciativa. Um grande mutirão composto por lideranças da pesca e dirigentes da SEAP participam da criação do Ministério da Pesca e Aquicultura.

A missão do Ministério é fazer do Brasil um país com a produção mais significativa de pescado. Isto significava que o governo precisaria investir pesado particularmente **no cultivo de peixe**, fazer com que os lagos de hidrelétricas, além de gerar energia para o País, se tornassem produtores de peixe. Era necessário fazer uma grande discussão e articulação para que os pescadores do entorno dos lagos formados pudessem ter no cultivo de peixes uma alternativa a mais no seu “ganha pão”; era necessário debater com os atingidos por barragens para achar uma alternativa de criar tanques escavados para cultivar peixes. Era necessário produzir dentro da legalidade, em tanques escavados devidamente licenciados. Era necessário fazer da maricultura a possibilidade dos pescadores continuarem no seu trabalho. Era necessário cuidar o meio ambiente para que essa iniciativa não o degradasse, possibilitando manter os pescadores na atividade, praticando também o cultivo como incentivo. Era preciso fazer com que os pescadores e aquicultores se organizaram ainda mais e também se profissionalizassem. Era necessário melhorar a vida de muitas famílias através do aumento da produção.



Acesse o site do MPA em www.mpa.gov.br e conheça melhor as políticas deste Ministério.

Ao passo que tudo isto ia acontecendo, a consolidação do MPA foi uma realidade, as políticas para o setor pesqueiro deixaram de ser uma iniciativa de um governo para tornar-se uma política de Estado, mais ainda falta muita estrada para andar.

Esta política de estado deve enxergar a produção e comercialização do pescado como uma grande possibilidade de desenvolvimento nacional e projeção internacional, sempre sob o “tripé” da sustentabilidade social, ambiental e econômica. Esse tripé precisa ser o carro chefe da política do Ministério, **mas para que isto realmente seja possível, os pescadores, os diretamente envolvidos e interessados, devem exercer o que chamamos de “controle social”, de forma a acompanhar o cumprimento das políticas públicas que os beneficiam, evitando desvios, organizando espaços de discussão junto ao governo, onde seus interesses sejam garantidos.**

Neste sentido temos que lembrar que para conquistar espaços de decisão (chamados também de espaços de poder) e políticas públicas que beneficiem os pescadores, estes tem que estar bem organizados e articulados, pois somente unidos e fortes podem ser escutados. Neste sentido, devem ser fortalecidas todas as organizações dos pescadores para poder reunir, articular e mobilizar os pescadores quando necessário. Nessa construção devem ser aproveitados diversos espaços públicos já existentes, como o Conselho Nacional dos Pescadores – CONAP, respeitando sempre a cultura, a história e as necessidades e diferenças locais e regionais.

Assim, o MPA passa a responder pela política de Estado para o setor pesqueiro, tendo a responsabilidade de toda a gestão da atividade, ocupando no cenário global posição de destaque ao fazer ordenamento, discussões sobre regimento, fóruns de pescadores e entidades afins (universidades, ambientalistas) envolvidas na atividade pesqueira, investindo em infraestrutura: terminais pesqueiros, unidades de beneficiamento, fábricas de gelo, pontos para a comercialização, entre outros, defendendo as águas e as espécies nacionais, investindo na capacitação, na pesquisa e na melhoria genética de espécies, ocupando espaços estratégicos a nível internacional.

Como já mencionado, para que todo isso aconteça é indispensável construir parcerias, articular os órgãos governamentais nos seus três níveis: municipal, estadual e federal. Mas para **concretizar as ações e políticas públicas dos três níveis de governo junto aos pescadores** é necessário pensar em um novo **serviço de assistência técnica e extensão, bem estruturado e qualificado**, que possibilite o acompanhamento, orientação técnica, organização e articulação junto às comunidades pesqueiras e aquícolas, atores principais do setor.

A assistência técnica e extensão pesqueira representam hoje os dois principais desafios para o processo de inserção socioeconômica das comunidades pesqueiras, particularmente porque demanda profissionais que atuem além das atividades pesqueiras e/ou agropecuárias, pois o processo de inclusão social exige fundamentalmente a mobilização e a participação dos atores locais excluídos em todas as etapas dos processos que possam conduzir à sua emancipação social e econômica. Para isto ser possível, o extensionista deve ter um “novo modo” de fazer que permita o envolvimento dos atores sociais, no nosso caso os pescadores, nos processos de desenvolvimento local, através do assessoramento de grupos e apoio ao planejamento participativo das comunidades.

Resumo

Os pescadores após verificar a atuação positiva do governo no setor pesqueiro, por meio da SEAP/PR, começam um movimento pelo Brasil reivindicando a transformação desta Secretaria em Ministério. O clamor dos pescadores chegou até o Congresso, sendo que alguns deputados abraçaram a causa. Em 2009, o Presidente da República cria o Ministério da Pesca e Aquicultura. Um grande mutirão composto por lideranças da pesca e dirigentes da SEAP participam da criação do Ministério da Pesca e Aquicultura.

A missão do Ministério é fazer do Brasil um país com a produção mais significativa de pescado. Esta política de estado deve enxergar a produção e comercialização do pescado como uma grande possibilidade de desenvolvimento nacional e projeção internacional, sempre sob o “tripé” da sustentabilidade social, ambiental e econômica.

Esse tripé precisa ser o carro chefe da política do Ministério, mas para que isto realmente seja possível os pescadores, os diretamente envolvidos e interessados, devem exercer o que chamamos de “controle social”, de forma a acompanhar o cumprimento das políticas públicas que os beneficiam, evitando desvios, organizando espaços de discussão junto ao governo, onde seus interesses sejam garantidos.



Atividades de aprendizagem

- Escreva um texto expondo as ações positivas que Ministério já realizou e as ações que, em sua opinião, ele ainda deveria realizar.

Aula 8 – A extensão pesqueira no Brasil

Como observado na aula anterior, a assistência técnica e extensão pesqueira representa hoje uns dois principais desafios para o processo de inserção socioeconômica das comunidades pesqueiras, particularmente porque demanda uma equipe profissionais bem articulados que atuem além das atividades pesqueiras e/ou agropecuárias, pois o processo de inclusão social exige fundamentalmente a mobilização e a participação dos atores locais excluídos em todas as etapas dos processos que possam conduzir à sua emancipação social e econômica.

Para compreender os desafios da nova extensão pesqueira, temos que voltar na história e perceber com ela foi construída. Nesta aula iniciaremos o estudo das características e objetivos da extensão pesqueira no Brasil. Para isso realizaremos uma breve exposição da sua história, abordando particularmente três momentos importantes da extensão pesqueira nacional, a saber:

- a) o início da extensão pesqueira na década de 1960;
- b) a crise do modelo baseado na ideia da difusão de tecnologias “modernas” de pesca;
- c) a nova política de extensão pesqueira desenvolvida a partir de 2003.

A criação e a estruturação de serviços governamentais de extensão rural no Brasil tiveram início em 1948. Segundo CAPORAL (2002), a extensão rural em nosso país nasceu com o apoio econômico de organizações públicas e privadas dos Estados Unidos de América – EUA, dentro dos programas de “ajuda” ao desenvolvimento do Terceiro Mundo. A partir de 1960, por exigência do modelo econômico desenvolvido no Brasil, a *extensão rural* oficial estava baseada na difusão de inovações geradas a partir da **Revolução Verde**, que objetivava o aumento da produção e produtividade da agricultura, especialmente dos produtos destinados à exportação. Esta iniciativa estava dirigida prioritariamente aos médios e grandes agricultores, apoiada numa política de crédito governamental. Metodologicamente, se caracterizou pela ausência de participação dos supostos beneficiários, tanto na elaboração como na execução de projetos.

Você sabia?

O termo **Revolução Verde** surge no período em que os países vencedores da 2ª Guerra Mundial, na década de 1940, e as grandes indústrias de armamento buscaram alternativas para manter os grandes lucros obtidos no período de conflito. Encontraram na agricultura uma maneira de empregar todos os serviços tecnológicos desenvolvidos na guerra para manter a atuação no mercado. As empresas de alimentação iniciaram o plano de atender aos interesses de grupos capitalistas com a produção voltada para o mercado externo e com o uso intensivo de insumos industriais. Com a Revolução Verde passou-se a aplicar na agricultura o conjunto de produtos utilizados nas guerras

(FONTE: <http://historiaemprojetos.blogspot.com/2009/01/impactos-da-revoluo-verde.html>).

Com a Revolução Verde surgiu a agricultura de alta produtividade, a chamada “agricultura industrial” com uso massivo de maquinaria, automação, adubos e pesticidas. Porém, o uso de equipamento pesado, com o tempo, resultou na compactação dos solos, dificultando a penetração da água e das raízes das plantas, o que baixou a produtividade. A massiva mecanização e automatização da agricultura resultaram também no aumento do desemprego rural.

O uso massivo de pesticidas resultou na migração de pragas e no desenvolvimento de resistência aos tratamentos. A aplicação de fertilizantes resultou na acumulação de nitratos e de metais pesados no solo e sua transferência para os alimentos e sistemas de abastecimento de água (Fonte: CONCEITO, PRINCÍPIOS E ESTRATÉGIA DE REVOLUÇÃO VERDE EM MOÇAMBIQUE, Ministério da Agricultura, República de Moçambique).

No modelo de desenvolvimento urbano-industrial implementado no Brasil na década de 1960, a agricultura tinha como função:

- a) prover mão-de-obra à nascente indústria;
- b) ser consumidora de serviços e produtos industrializados, como as máquinas, os equipamentos, as sementes híbridas ou melhoradas, os agrotóxicos e fertilizantes químicos sintéticos;
- c) contribuir com o superávit da balança comercial por meio das exportações.

Esse modelo desenvolvimento, do qual faz parte a Revolução Verde, orientou o tipo de ação extensionista. Segundo CAPORAL E RAMOS (2006), também foi responsável pela concentração da terra, pelo êxodo rural, pela baixa escolaridade no campo, pela redução da biodiversidade, pela poluição, pela contaminação dos alimentos, pela exclusão social, pela desvalorização do trabalho na agricultura, pelo empobrecimento no meio rural, entre outros problemas.

Segundo o Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola (2008), a política de *extensão pesqueira* no Brasil nasce na década de 60 do século passado, sob os argumentos da existência de uma imensa costa nacional, de abundantes recursos pesqueiros, assim como do quase abandono das comunidades pesqueiras artesanais. Assim como ocorreu no meio rural, a extensão pesqueira baseou-se na ideia da difusão de tecnologias “modernas” de pesca. Segundo esta concepção, a modernização do setor seria a melhor estratégia para se alcançar o desenvolvimento socioeconômico das comunidades pesqueiras. Segundo o Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola (2008) a herança deste período foi desastrosa:

*“Em 1967 o Governo Federal publica o Decreto nº 221 onde previa uma série de incentivos fiscais ao setor pesqueiro industrial, motivando assim, a implantação de uma grande quantidade de entrepostos e a ampliação da frota pesqueira. Esses investimentos ocorreram em um espaço curto de tempo e logo se tornaram **obsoletos** e mesmo altamente **lesivos** decorrentes da falta de planejamento sem levar em conta a sustentabilidade naqueles moldes de produção objetivados. Os efeitos dessa política de desenvolvimento equivocada nos estoques pesqueiros foi uma verdadeira sangria, impacto sentido mais dramaticamente pelos pescadores artesanais que assistiram impotentes o comprometimento dos recursos pesqueiros e a quase extinção de algumas de suas pescas tradicionais”*

Fonte: www.faser.org.br/anexos/planoatepa2.doc

A-Z

Obsoleto

Ultrapassado, desatualizado, fora de uso.

Lesivo

Que causa lesão; danoso, prejudicial; ofensivo.

Assim, a política de industrialização nacional implementada nas décadas de 1960/1970 relegou os produtores artesanais a meros fornecedores de matéria-prima, optando por impulsionar o setor pesqueiro industrial por meio de um conjunto de incentivos fiscais, entre outras medidas. Desde o ponto de vista social, os pescadores artesanais foram tratados como objeto

de programas sociais de caráter assistencialista. Dessa forma, após alguns anos, os resultados das políticas, tanto de extensão rural como pesqueira, se mostraram inadequadas para os pequenos agricultores e pescadores artesanais, pois ao invés de trazer desenvolvimento às comunidades agrícolas e pesqueiras, trouxeram forte diminuição da produção, degradação ambiental e empobrecimento.

Após a percepção dos resultados negativos desta política econômica para as comunidades de pesca artesanal, o Governo Federal, através da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), lança o Programa de Apoio à Pesca Artesanal (PESCART), com o objetivo de assistir os pescadores na solução de seus problemas socioeconômicos. No entanto, a SUDEPE e o PESCART não deram a devida consideração à necessidade de desenvolver um extensionismo fundado na participação dos protagonistas do setor – os pescadores –, pelo que os resultados alcançados não foram relevantes, nem permanentes. Em 1989, após a extinção do PESCART e da SUDEPE, a situação dos pescadores piorou ao ficarem sem nenhuma instituição de assistência técnica e extensão que atendesse as suas demandas, particularmente as derivadas da fragilidade social e histórica da categoria, principalmente pelo fato de sua reprodução social depender fortemente da preservação do meio ambiente.

Na década de 1990, como consequência do processo de globalização, a extensão rural deixou de ser tarefa central do Estado Brasileiro, para assentar-se em parcerias e outras formas de associação entre organizações governamentais, para governamentais e não governamentais, nas quais o Estado, por meio do governo, teria apenas o papel de coordenador. Com o progressivo desaparecimento das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) nos estados e a extinção das delegacias da SUDEPE, a década de 1990 caracterizou-se pela presença de uma crise sem precedentes na história do extensionismo rural e pesqueiro.

Passaram longos anos, para a pesca artesanal ter políticas públicas de fomento e desenvolvimento, visando a sustentabilidade e a inclusão social “... a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), em 2003, renovou as esperanças do setor, que passou a contar com políticas públicas específicas de fomento e desenvolvimento, numa perspectiva sempre pautada pela sustentabilidade e pela inclusão social” (fonte: Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola).

Assim, a partir de 2003, com a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), a atividade pesqueira e aquí-

cola recebe novamente a atenção do Estado. A SEAP/PR constrói políticas públicas visando o fortalecimento e a reestruturação do setor pesqueiro e aquícola, dentre as quais se destaca a Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEPA).

As políticas de fortalecimento do setor pesqueiro e aquícola culminaram, em 2008, no lançamento do Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola, o qual apresenta os princípios, objetivos e diretrizes para a prestação de serviços da ATEPA. Neste Plano, se entende por Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola o serviço de acompanhamento, orientação técnica, discussão, organização e articulação com as comunidades pesqueiras e aquícolas, objetivando seu desenvolvimento integral e melhoria da qualidade de vida, através da geração de trabalho e renda e construção da cidadania.

Diferenciando-se do modelo anterior de extensionismo, esta nova concepção tem como princípio o desenvolvimento da participação efetiva dos pescadores e aquicultores, considerando as diversidades culturais, a fim de fortalecer o desenvolvimento sustentável e o empoderamento das comunidades de pescadores artesanais e aquicultores familiares.

Segundo CALLOU (2006), a nova concepção de extensão pesqueira nasce para resolver os problemas de exclusão social gerados pelos processos de globalização. Na nova concepção de extensão rural, o Estado volta a intervir visando diminuir a pobreza e exclusão social, fazendo um chamamento para que as populações rurais participem de forma harmoniosa, e não conflitiva, nos processos de “concertação” através de associações, sindicatos, conselhos, fóruns, entre tantas outras formas de organização social, como estratégia de desenvolvimento local.

Segundo CALLOU (2006), a noção de participação dos agricultores, pescadores e aquicultores artesanais, detrás do chamamento atual do Estado não é aquela defendida pelos movimentos populares nos anos 1960 e finais dos anos 70. Nestas décadas a participação tinha um significado de conquista; hoje, parece ter um significado de consentimento.

Nestes termos, é de se perguntar se a ação participativa não está sendo moldada nos antigos padrões embraterianos e do desenvolvimento de comunidades, já criticados por pesquisadores dos anos 1970/80. Seja como for, esses aspectos contemporâneos da exclusão social representam desafios para a Extensão Rural e Pesqueira por fora e por dentro das organizações de desenvolvimento rural. (CALLOU, 2006)

A diferença da situação existente na década de 1960, momento em que os serviços de extensão oficial iniciaram sua atuação e existiam condições para o aumento de produção, é que atualmente muitas das capturas artesanais estão em declínio. Essa realidade demanda uma ênfase maior no manejo dos recursos naturais, visando seu melhor aproveitamento, assim como sua sustentabilidade.

Neste sentido, é importante mencionar que a viabilização econômica das comunidades de pescadores artesanais dificilmente acontecerá por meio do aumento de produção, sendo necessário para o técnico extensionista a criação de outras opções para o aumento de renda, como por exemplo, a agregação de valor à produção, assim como a reconversão para outras atividades.

Sem dúvida, os novos desafios colocados para as atividades para os extensionista exigem nova forma de pensar e fazer a extensão pesqueira e aquícola no Brasil: exige um novo perfil de extensionista, como mediador e animador de processos de inclusão social. Nessa nova concepção, a assistência técnica e extensão rural devem ser desenvolvidas com a participação efetiva dos pescadores e aquicultores, considerando as suas diversidades socioeconômicas e culturais, visando fundamentalmente empoderar as comunidades de pescadores artesanais e aquicultores familiares.

Resumo

A política de extensão pesqueira no Brasil nasce na década de 1960. Assim como ocorreu no meio rural, a extensão pesqueira baseou-se na ideia da difusão de tecnologias “modernas” de pesca. No entanto, após de alguns anos, os resultados das políticas tanto de extensão rural como pesqueira se mostraram inadequadas para os pequenos agricultores e pescadores artesanais, pois ao invés do desenvolvimento proposto, as comunidades agrícolas e pesqueiras apresentaram uma forte diminuição da produção, degradação ambiental e empobrecimento.

Após a percepção dos resultados negativos desta política econômica, o Governo Federal, através da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca, lança o Programa de Apoio à Pesca Artesanal, com o objetivo de assistir aos pescadores na solução de seus problemas socioeconômicos. No entanto, este programa novamente não deu a devida consideração à necessidade de desenvolver um extensionismo fundado na participação dos protagonistas do setor: os pescadores, pelo que os resultados alcançados não foram relevantes e permanentes.

Na década de noventa, como consequência do processo de globalização, a extensão rural deixou de ser uma tarefa central do Estado Brasileiro, para assentar-se em parcerias e outras formas de associação entre organizações governamentais, para governamentais e não governamentais, nas quais o Estado, por meio do governo, teria apenas o papel de coordenador. Com o progressivo desaparecimento das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) nos Estados e a extinção das delegacias da SUDEPE, a década de 1990 caracterizou-se pela vivência de uma crise sem precedentes na história do extensionismo rural e pesqueiro.

Em 2008, uma nova concepção de assistência técnica e extensão rural é estruturada com o lançamento do **Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola**, o qual apresenta os princípios, objetivos e diretrizes para a prestação de serviços de ATEPA. Nesta nova concepção, a assistência técnica e extensão rural devem ser desenvolvidas com a participação efetiva dos pescadores e aquicultores, considerando as diversidades culturais, a fim de fortalecer o desenvolvimento sustentável e o empoderamento das comunidades de pescadores artesanais e aquicultores familiares. A nova concepção de extensão pesqueira nasce para resolver os problemas de exclusão social gerados pelos processos de globalização.

Atividades de aprendizagem

- Em sua opinião, de que forma pode ser estimulada a participação dos pescadores nos espaços de representação política?



Aula 9 – Construindo uma nova forma de pensar e fazer a extensão pesqueira e aquícola no Brasil

Nesta aula abordaremos os novos objetivos que orientam as atuais políticas governamentais de extensão e assistência técnica junto os pescadores e aquicultores artesanais.

Historicamente os pescadores artesanais foram considerados ineficientes e improdutivos e, portanto, foram tratados como objeto de programas sociais de caráter assistencialista. No entanto, no início deste século, os objetivos das políticas econômicas, sociais e ambientais para este setor mudou após a compreensão e reconhecimento dos seguintes fatores:

- a) Potencial existente no setor pesqueiro;
- b) Importância social e características particulares deste segmento;
- c) Necessidade da conservação e recuperação dos recursos pesqueiros e a preservação dos ecossistemas e da biodiversidade para a continuidade das comunidades pesqueiras e aquícolas;
- d) Significado econômico da pesca artesanal, após a constatação estatística de que o desembarque da pesca artesanal é superior à pesca industrial (em termos de volume de produção atuando sobre recursos de alto valor de mercado).

Segundo o Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola, as comunidades ainda vivem uma realidade muito adversa de exclusão social, com altos índices de analfabetismo, dificuldades de acesso aos direitos sociais, agravado por um sistema representativo da categoria (os pescadores) muito frágil. Além disso, os pescadores artesanais estão expostos a uma série de conflitos com outras categorias e atividades como a própria pesca industrial, a pesca amadora e a especulação imobiliária, que muitas vezes os expulsa de seus espaços.

Diante desta realidade, no governo Lula, as políticas voltadas para a pesca e aquicultura artesanal deixaram de ser exclusivamente assistencialistas e passaram a incorporar novos princípios, entre os quais destacam-se:

- a) A viabilização econômica das comunidades e a melhora da sua qualidade de vida;

- b)** O desenvolvimento de processos educativos permanentes e continuados, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos pescadores e aquicultores para que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.
- c)** O estímulo à participação em espaços de representação política, fortalecendo a cidadania e o protagonismo de pescadores/as artesanais e aquícultores/as familiares;
- d)** A promoção do desenvolvimento sustentável por meio da gestão compartilhada e participativa do uso dos recursos naturais, com respeito e valorização da cultura das comunidades.

Para que estes novos princípios pudessem se concretizar e mudar a situação socioeconômica dos pescadores, o governo criou *novas Diretrizes para a assistência técnica e extensão pesqueira*. *Essas diretrizes visam possibilitar a implantação de um serviço bem estruturado e qualificado de assistência técnica e extensão que permita o acompanhamento, orientação técnica, discussão, organização e articulação com as comunidades pesqueiras aquícolas, visando o seu desenvolvimento integral e melhoria da qualidade de vida, através da geração de trabalho e renda*. Mas, quais são essas diretrizes? Em que consistem? Estas perguntas serão respondidas na próxima aula. Não perca!

Resumo

No governo Lula, as políticas voltadas para a pesca e aquicultura artesanal deixaram de ser exclusivamente assistencialistas e passaram a incorporar novos princípios de atuação. Para que estes novos princípios pudessem se concretizar e mudar a situação socioeconômica dos pescadores, o governo criou novas Diretrizes para a assistência técnica e extensão pesqueira, que visam possibilitar a implantação de um serviço bem estruturado e qualificado de assistência técnica e extensão.



Atividades de aprendizagem

- Quais são as principais competências e mudanças de atitudes a serem estimuladas na sua comunidade visando melhorar a sua qualidade de vida?

Aula 10 – Diretrizes do Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola

Em 2008, visando garantir a existência de um serviço bem estruturado e qualificado de assistência técnica e extensão, que possibilite a melhoria de vida das comunidades pesqueiras, o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, formulou as **Diretrizes do Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola**, as quais serão objeto de estudo desta aula.

O **Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola** tem por objetivo geral promover e apoiar iniciativas de desenvolvimento local sustentável e solidário, visando a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das comunidades pesqueiras e aquícolas, adotando os princípios da **agroecologia** como eixo orientador das ações.

As Diretrizes deste Plano tem por objetivo estabelecer as principais medidas a serem tomadas para alcançar o desenvolvimento sustentável das comunidades pesqueiras, cujos beneficiários são:

- Pescadores artesanais;
- Aquicultores familiares;
- Agricultores ribeirinhos e atingidos por barragens que pratiquem a pesca como alternativa de renda.

Agora vamos conhecer as Diretrizes do Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola, a saber:

1. Apoiar ações múltiplas e articuladas de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola, que viabilizem o desenvolvimento econômico equitativo, solidário e sustentável no nível local.
2. Garantir a oferta permanente e contínua de serviços de ATEPA, que sejam presentes e atuantes em todas as regiões pesqueiras e aquícolas, de modo a atender a demanda de todos os trabalhadores do segmento artesanal da pesca e da aquicultura familiar.



A **Agroecologia** é o campo de conhecimentos de caráter multidisciplinar, com princípios, conceitos e metodologias que permitem estudar, analisar, construir, orientar e avaliar agroecossistemas. O objetivo da agroecológica não é a maximização da produção de uma atividade particular, mas a otimização do agroecossistema como um todo. Para mais informação consulte CAPORAL e COSTABEBER (2002).



DIRETRIZ = META + MEDIDAS, ou seja, as MEDIDAS deverão ser tomadas ou seguidas PARA SE ALCANÇAR UMA META ESPECÍFICA. Assim, *uma diretriz consiste em uma meta e nas medidas prioritárias e suficientes para se atingir esta meta.*

3. Incorporar aos Conselhos ou Câmaras Técnicas de desenvolvimento rural a discussão da pesca e aquicultura, inclusive propondo a criação de câmaras e outras instâncias de discussão específica, nos âmbitos municipal, estadual e federal, de modo a fortalecer a participação paritária dos beneficiários e de representantes da sociedade civil nos processos de tomadas decisões e na qualificação das atividades de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola.
4. Desenvolver ações de capacitação de membros de Conselhos ou Câmaras Técnicas, apoiando e incentivando a formação e qualificação dos seus conselheiros e conselheiras.
5. Promover uma relação de participação e gestão compartilhada, pautada na corresponsabilidade entre todos os atores do processo de desenvolvimento, estabelecendo interações efetivas e permanentes com as comunidades pesqueiras e aquícolas.
6. Desenvolver ações que propiciem a conservação e recuperação dos recursos pesqueiros e a preservação dos ecossistemas e da biodiversidade.
7. Viabilizar serviços de ATEPA que promovam parcerias entre instituições federais, estaduais, municipais, organizações não-governamentais e organizações dos trabalhadores do setor, estimulando a elaboração de planos de desenvolvimento municipal e regional, assim como a formação de redes solidárias de cooperação interinstitucional.
8. Estimular a participação da ATEPA nos processos de geração de tecnologias e inovações organizacionais, em relação sistêmica com instituições de ensino e pesquisa, de modo a proporcionar um processo permanente e sustentável de aperfeiçoamento da pesca artesanal e aquicultura familiar.
9. Orientar estratégias que permitam a construção e valorização de mercados locais e a aproximação dos pescadores e aquicultores ao mercado consumidor, visando gerar novas fontes de renda.
10. Garantir que os planos e programas de ATEPA, adaptados aos diferentes territórios e realidades regionais, sejam construídos a partir do reconhecimento das diversidades e especificidades étnicas, de gênero, de geração e das condições socioeconômicas, culturais e ambientais presentes nos agroecossistemas.

11. Assegurar que as ações de ATEPA contemplem todas as fases das atividades econômicas, da produção à comercialização e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas.
12. Viabilizar ações de ATEPA dirigidas especificamente para a capacitação e orientação da juventude, visando estimular a permanência na pesca artesanal.
13. Apoiar ações específicas voltadas à construção de equidade social e valorização da cidadania, visando a superação da situação de exclusão social e discriminação em que se encontra parte da categoria.
14. Promover a discussão e a articulação junto ao governo federal, governos estaduais e municipais visando a aplicação de um currículo específico nas escolas das comunidades pesqueiras.
15. Fomentar e apoiar a organização de redes e arranjos institucionais, com o objetivo de ampliar e qualificar a oferta de serviços de ATEPA.

(FONTE: www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/Editais/2010/Edital%20ATEPA%20final%20-%20Plano-Nacional-de-Extensao-Pesqueira-e-Aquicola.pdf)

Como podemos observar, as Diretrizes deste Plano descansam particularmente no fortalecimento da cidadania, no incentivo à participação dos beneficiários nos processos de tomadas de decisão, na qualificação das atividades de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola, na geração de novas fontes de renda de produção, comercialização e abastecimento, na geração de tecnologias e inovações organizacionais sustentáveis e adequadas para o público alvo, visando a inclusão social.

Para a concretização destas Diretrizes, é necessário um novo perfil do técnico extensionista, que compreenda como contribuir com o desenvolvimento das comunidades pesqueiras e aquícolas, por meio de metodologias participativas adequadas para as demandas e particularidades socioeconômicas e culturais de seu público alvo. Mas, quais são as características e habilidades que os técnicos extensionistas devem ter para cumprir seu novo papel? Esse é o tema da próxima aula. Fique atento!

Resumo

Para garantir a existência de um serviço bem estruturado e qualificado de assistência técnica e extensão nas atividades pesqueira, o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, formulou as **Diretrizes do Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola**.

Os serviços de extensão devem incentivar a participação dos beneficiários nos processos de tomadas decisões, contribuir na geração de novas fontes de renda de produção, comercialização e abastecimento, assim como de tecnologias e inovações organizacionais sustentáveis e adequadas para o público alvo, visando a inclusão social. Os beneficiários destes serviços são:

- Pescadores artesanais;
- Aquicultores familiares;
- Agricultores ribeirinhos e atingidos por barragens que pratiquem a pesca como alternativa de renda.



Atividades de aprendizagem

- Após realizar a leitura das Diretrizes de **Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola**, discuta junto a seus companheiros o significado das mesmas para a sua comunidade.

Aula 11 – Perfil e desafios do técnico extensionista de pesca

Como observado nas aulas anteriores, para o Ministério da Pesca e Aquicultura, a Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEPA), é um serviço de acompanhamento, orientação técnica, discussão, organização e articulação com as comunidades pesqueiras e aquícolas, objetivando o seu desenvolvimento integral e melhoria da qualidade de vida, através da geração de trabalho e renda. Esta nova concepção exige do profissional extensionista tanto conhecimentos técnicos multidisciplinares, quanto metodologias participativas e habilidades para trabalhar junto aos pescadores artesanais e aquicultores familiares.

Nesta aula apresentaremos as principais características e desafios profissionais do técnico extensionista da pesca frente aos novos objetivos e diretrizes da assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola brasileira.

Novos desafios e novas formas de fazer

A crescente exclusão social vivida no espaço rural na década de 1990, assim como as mudanças das características sociais e culturais das comunidades do campo, colocaram novos desafios para extensão e assistência técnica rural e, em particular, à realizada junto às comunidades pesqueiras. Atualmente os órgãos governamentais identificam **a inclusão social como um dos principais desafios para a Extensão Rural e Pesqueira.**

Esse novo desafio faz com que a atuação profissional dos extensionistas seja mais complexa, pois não se reduz, como no passado, à difusão de técnicas e conhecimentos (na maioria das vezes inadequados para as condições específicas de exploração dos recursos pesqueiros) e sim à realização de diversas atividades que permitam inserirem as comunidades no processo desenvolvimento econômico, social e político.

O processo de inserção das comunidades pesqueiras demandam profissionais que atuem além das atividades pesqueiras e/ou agropecuárias, pois o processo de inclusão social exige fundamentalmente **a mobilização e a participação dos atores locais excluídos em todas as etapas dos processos que possam conduzir à sua emancipação social e econômica.** Para isto, o extensionista deve ter um “novo modo” de fazer que permita o envolvimento dos atores sociais, no nosso caso os pescadores, nos processos de desenvolvimento local, através do assessoramento de grupos e apoio

A-Z

Inclusão social

É o resultado de um processo de construção da cidadania capaz de recuperar a dignidade das pessoas e conseguir acesso a emprego e renda, à moradia decente, aos serviços sociais essenciais, como educação e saúde, além da participação nas instâncias decisórias.

ao planejamento participativo das comunidades. Para tanto, as atividades do extensionista devem partir das demandas dos pescadores, que são os sujeitos do processo, contribuindo na compreensão das suas causas e na construção de possíveis soluções.

Esse novo extensionista deve atuar como um **gestor de processos que desafiem a comunidade a ser sujeitos da sua história, arquitetos de seu destino**, por meio da busca de mecanismos e ferramentas - como por exemplo a criação de organizações comunitárias - que lhe permitam o avanço na suas demandas e/ou a concretização de políticas públicas que contribuam com seu desenvolvimento.

Uma característica a ser forjada no novo extensionista é a **capacidade de orientar os pescadores no processo de diagnóstico de seus problemas e demandas**. Nesse sentido é importante ter conhecimento de ferramentas como o Diagnóstico Rural Participativo - DRP, Diagnóstico Organizacional Participativo - DOP, Planejamento Participativo - PP, entre outras. Essa orientação deve ter caráter educativo, baseado em metodologias participativas que permitam aos pescadores o desenvolvimento de habilidades visando a busca, construção e sistematização de conhecimentos para entender e diagnosticar seus problemas e demandas para poder atuar conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar soluções mais adequadas e compatíveis com a sua realidade, isto é, com suas condições específicas.

As metodologias a serem utilizadas pelos extensionista também devem permitir aos pescadores a **criação de habilidades de negociação, assim como de ampliação da capacidade de decisão das comunidades sobre sua realidade**. Segundo CAPORAL E RAMOS (2006), a ação extensionista deve criar condições para ajudar no fortalecimento da cidadania, na efetiva participação dos atores nas decisões e na melhoria da qualidade de vida das populações.

No que se refere à construção de conhecimentos técnicos, o extensionista deve criar condições para a **troca de saberes empíricos, científicos e técnicos**, para que os pescadores possam elaborar um conhecimento que lhes permita **escolher o tipo de tecnologia que deseja adotar, por ser mais apropriada à sua realidade**. Aqui cabe mencionar que a adoção de tecnologias é determinada pela confiança do pescador no extensionista, pela cultura por ele vivenciada e por sua condição socioeconômica, entre outros fatores.

O profissional extensionista também deve possuir sólidos conhecimentos da trajetória socioeconômica, cultural e política das comunidades de pesca com as quais irá trabalhar. Esse conhecimento é importante na medida em que

Ihe permite compreender e **interpretar a realidade dos pescadores**, assim como **construir metodologias** mais adequadas às características e formas de ser de seu público alvo, assim como lidar com problemas humanos básicos, dificuldades no uso de tecnologias adequadas, até situações extremas de exclusão socioeconômica. Da mesma forma, deve contribuir na construção de metodologias que permitam a inserção das mulheres e jovens na atividade produtiva, permitindo às pescadoras seu envolvimento na tomada de decisões.

Dada a amplitude das atividades a serem desenvolvidas pelo técnico e extensionista da pesca, é indispensável a abordagem multidisciplinar e interdisciplinar na suas ações, a **integração na sua ação cotidiana de conhecimentos de diversas áreas**, tais como gestão, comunicação, pesca, psicologia social, história, agroecologia, educação, políticas públicas, associativismo, entre outros. Os extensionistas devem possuir sólidos conhecimentos técnicos que permitam **apoiar os pescadores na execução das atividades produtivas sustentáveis**, em particular dos **processos de beneficiamento focados na melhoria da qualidade e na diversificação dos produtos, assim como de atividades complementares**, como serviço e comércio, visando a geração de renda, através da capacitação e assessoria técnica específica.

O extensionista também deve ser capaz de **interagir com diversos profissionais e setores da sociedade, segundo os desafios colocados na sua intervenção**. A abordagem multidisciplinar e interdisciplinar das suas ações é indispensável na formação de novas competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos pescadores visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades e populações envolvidas.

Segundo CAPORAL E RAMOS (2006): "... o assessor técnico, passa a ser também o mediador e animador de processos de desenvolvimento. Nessa perspectiva, ele deve ter uma sólida formação técnica (agronômica, florestal, veterinária, sociológica, etc.) e complementar seus conhecimentos com conhecimentos de outros campos das ciências, de modo que possa ter uma visão e uma atuação sistêmica e holística. No entanto, isso não significa que ele deva ser expert em todas as disciplinas; mas ele deve, pelo menos, saber buscar parcerias com profissionais de outras áreas que possam complementar os conhecimentos necessários para o desenvolvimento de seu trabalho com qualidade".

Portanto, é preciso compreender que hoje os conhecimentos técnicos sozinhos são insuficientes para o novo enfoque extensionista. Deve ser adotada uma nova estratégia de ação, que alterne o "que fazer" e o "como fazer" da extensão.

Saiba mais sobre o novo papel do extensionista

Segundo o plano nacional de extensão pesqueira e aquícola frente à nova política de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola, aos conceitos de sustentabilidade e à nova realidade da aquicultura e pesca artesanal brasileira, orienta-se que o extensionista deva:

- Atuar como agente conciliador, mediando possíveis conflitos e estimulando experiências de manejo participativo dos recursos pesqueiros;
- Ser capaz de promover diagnósticos participativos da situação da aquicultura e pesca e das comunidades em determinada colônia ou região;
- Ter consciência ecológica, conhecendo e entendendo a dinâmica e biodiversidade dos ecossistemas aquáticos, para que assim possa intervir e atuar positivamente junto à comunidade, inclusive em campanhas de educação ambiental;
- Integrar-se à comunidade, atuando e participando propositivamente, respeitando e valorizando a cultura, a identidade e o saber do pescador e aquícultor;
- Estar atualizado e capaz de informar aos aquícultores familiares e pescadores artesanais sobre as várias legislações que afetam o setor (outorga, licenciamento ambiental, etc) facilitando a legalização dos seus empreendimentos;
- Estimular a troca de experiências em manejo de recursos naturais e pesqueiros entre colônias e associações de aquícultores e pescadores através de encontros, oficinas, publicações de sistematizações, entre outras;
- Ter clareza das diferenças culturais e peculiaridades entre pescador artesanal e aquícultor familiar para que, assim, possa assistir e intervir também de modo diferenciado;
- Estimular a inclusão das mulheres, jovens e populações tradicionais em programas de desenvolvimento da aquicultura e pesca;

- Orientar o acesso a políticas públicas e financiamentos apropriados às linhas de crédito existentes;
- Estimular e apoiar formas de organização das comunidades pesqueiras e aquícolas, seu funcionamento, sua representatividade e situação legal, visando à gestão compartilhada e o empoderamento das ações sócio-produtivas.

(FONTE: www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/Editais/2010/Edital%20ATEPA%20final%20-%20Plano-Nacional-de-Extensao-Pesqueira-e-Aquicola.pdf)

Resumo

O novo extensionista atua como um gestor de processos que encorajem à comunidade na busca de mecanismos de solução de seus problemas, sustentem a criação, no plano organizacional, de organizações comunitárias em parceria com outros autores locais, assim como sua articulação em instâncias de decisões que permitam às comunidades pesqueiras o avanço da suas demandas por meio da concretização de políticas públicas que contribuam com desenvolvimento local.

Outra característica fundamental do extensionista é a capacidade de orientar os pescadores no processo de diagnóstico de seus problemas e demandas. Neste sentido é importante ter conhecimento de ferramentas como Diagnóstico Rural Participativo - DRP, Diagnóstico Organizacional Participativo - DOP, Planejamento Participativo - PP, entre outros.

Dada a amplitude das atividades a serem desenvolvidas pelo técnico e extensionista da pesca, é indispensável a abordagem multidisciplinar e interdisciplinar na suas ações. Para atingir seus objetivos o técnico deverá integrar na sua ação cotidiana conhecimentos de diversas áreas, tais como, gestão, comunicação, pesca, psicologia social, história, ecologia, educação, políticas públicas, entre outros; deverá interagir com diversos profissionais e setores da sociedade, segundo os desafios colocados na sua intervenção. A abordagem multidisciplinar e interdisciplinar é indispensável à formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais para que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável das comunidades e populações envolvidas.

Aula 12 – Paulo Freire

Como observado na aula anterior, a nova extensão rural, sem dúvida nenhuma, deverá ter um sentido **altamente educativo**, induzindo os pescadores à mudança da sua realidade. Neste sentido, o técnico extensionista deve ser um educador freiriano, um educador que vise a construção de conhecimentos apropriados a cada realidade, a troca de saberes, a mobilização e a participação dos atores locais excluídos em todas as etapas dos processos, que possam conduzir à sua emancipação social e econômica.

Mas em que consiste a metodologia freiriana? Quais são seus fundamentos e características? Nesta aula, assim como nas aulas 13 e 14, faremos uma breve exposição sobre as características dessa prática pedagógica. Para isso, nesta aula conheceremos, de forma sucinta, a vida e pensamento de Paulo Freire, educador popular, cuja pedagogia abriu um novo horizonte para a ação extensionista na perspectiva da construção da cidadania. O conteúdo exposto nessa aula foi extraído do livro “Paulo Freire Vive! Hoje, dez anos depois”.

Quem é Paulo Freire?

Paulo Reglus Neves Freire, pernambucano, nasceu em Recife, em 19 de setembro de 1921. De família humilde, Paulo conheceu desde cedo a pobreza. Foi alfabetizado em casa, por seus pais, escrevendo com gravetos no chão de terra debaixo das mangueiras do quintal. Como gostava muito de estudar, assim que concluiu a escola secundária, tornou-se professor. Formou-se em Direito, mas não exerceu a profissão. Optou por se engajar na formação de jovens e adultos trabalhadores e atuar em projetos de alfabetização.

A partir dos anos 60, desenvolveu uma metodologia diferente de alfabetização, para além da mera aquisição da linguagem escrita, a partir da realidade vivida pelos estudantes (educandos) e do diálogo permanente. Busca-se a leitura e a compreensão crítica do mundo, para poder transformá-lo a favor dos trabalhadores, isto é, da gente do povo. Sua metodologia fazia com que os alunos, trabalhadores rurais e da cidade, se percebessem como sujeitos, isto é, como construtores de sua própria história.

Como consequência dessa atuação, foi preso (1964) e exilado. Durante o período de exílio, trabalhou no Chile com alfabetização de camponeses, nos Estados Unidos, ministrando aulas na Universidade de Harvard, como professor convidado, e depois se fixou em Genebra, na Suíça.

Lá, foi consultor especial do Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas, viajando e trabalhando em diferentes países, tornando-se mundialmente conhecido.

Em 1980, com a anistia, voltou ao Brasil. Por considerar ofensivas as regras impostas, recusou-se a pedir a reintegração a seu cargo na Universidade Federal de Pernambuco. Passou então a trabalhar como professor de Universidade de Campinas – UNICAMP, onde lecionou até o final de 1990. Em 1989, foi convidado pela Prefeita Luiza Erundina para ser Secretário de Educação do Município de São Paulo. Sua Gestão caracterizou-se por ampla discussão sobre condições de ensino e trabalho, investiu não só na formação permanente dos educadores, mas melhorou as condições de trabalho com uma nova jornada; promoveu a revisão curricular via projetos de interdisciplinaridade. Reconhecido até pelos adversários, desenvolveu o melhor projeto de formação de professores da cidade de São Paulo. O professor Paulo Freire morreu em 02 de maio de 1997, aos 75 anos, na cidade de São Paulo.

Paulo Freire possibilitou a um número expressivo de pessoas que pertenciam às camadas mais pobres enxergarem-se como agentes transformadores da sua realidade, deu-lhes a chance de escolher seu próprio caminho, em vez de ficarem sempre presos às alternativas impostas pelos governantes e poderosos para perpetuar sua dominação.

Uma característica do pensar e do agir, da maneira de se relacionar e aprender em Paulo Freire, diz respeito à forma como ele vê o outro. O aprender a ouvir, a valorização dos saberes que vêm da experiência e da cultura popular, a abertura para o diálogo com os diferentes são essenciais no processo educativo conduzido por Paulo Freire. O combate ao autoritarismo nas relações humanas e sociais e seu apelo à tolerância são outras marcas que vão dar consistência às suas ações educativas.

Freire trabalha de forma excepcional o caráter social da aprendizagem, combate com rigor a ideia do educador, no nosso caso o extensionista, como transferidor de conhecimento, ressalta a diferença entre o “falar com alguém e o falar para alguém”. Combate a ideologia de que o educando nada sabe, não aceita a lógica dominante de que “o centro sabe e fala e a perife-

ria do país escuta”. Paulo Freire denominava o modelo tradicional de educação de “educação bancária”, pois entendia que ela visava a mera transmissão passiva de conteúdos do educador, assumido como aquele que supostamente tudo sabe, para o aluno, que era assumido como aquele que nada sabe. Era como se o professor fosse preenchendo com seu saber a cabeça vazia de seus alunos; depositava conteúdos, como alguém que deposita dinheiro num banco. O educador seria um mero narrador. Nessa narração a realidade aparecia com algo imutável, incapaz de ser modificada, estática. Este tipo de metodologia tradicional era denominada por Freire como “prática de dominação”. A concepção emancipadora e problematizadora da educação, aparecem pela primeira vez no seu livro “Pedagogia do oprimido” escrito durante seu exílio no Chile (1967 – 1969).

Para Paulo, as relações entre aluno e professor devem ser estabelecidas a partir de um pacto democrático, em que um nunca sabe tudo e o outro nunca é tão ignorante que não possa contribuir com suas reflexões e práticas de vida.

Nessa concepção, não há mais o chefe ou líder “que manda”, porque tudo sabe, e este “saber” lhe dá poder, mas o “colega” de equipe, da luta, que coopera, que apóia e também pode e deve aprender a coordenar.

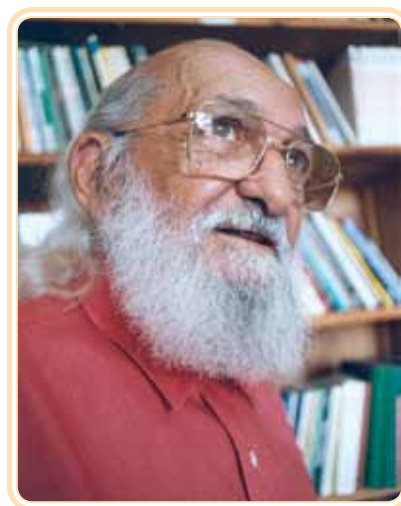


Figura 12.1: Paulo Freire

Fonte: <http://ghirdelli.pro.br>

Paulo Freire demonstra o potencial humano e a capacidade do povo de se apropriar do conhecimento e fazê-lo instrumento da construção de um novo sonho e de uma nova vida mais promissora.

Assim, Paulo Freire ensinou-nos que “estar no mundo e com o mundo” é não somente aprender a ler a realidade, mas propor-se a modificá-la, já que nos modificamos, nos reconstruímos na medida da alteração que provocamos.

As pessoas, antes de descobrirem-se sujeitos, isto é como arquitetos da sua própria história, “estão no mundo”, mas se comportam como se estivessem fora dele. Veem os problemas, mas se desviam deles. Aparentemente a fome, a falta de trabalho e de moradia, por exemplo, não têm causa, e onde não há causas não há lutas. Para Freire educar é buscar formas de modificar

as circunstâncias em que vivemos para modificar-nos junto. Separar os sujeitos das circunstâncias em que vivem, é descomprometê-los. E não pode haver jamais um movimento social de camponeses, operários ou pescadores sem comprometimento. Assim, estar no mundo é querê-lo e desejá-lo.

A persistência de Paulo Freire e sua profunda crença no povo, na capacidade de organizar-se e buscar as formas da própria libertação, fez dele uma grande referência para os movimentos sociais, em particular para aqueles que querem manter a esperança forte e aquecida, que não aceitam se curvar perante posições fatalistas que pregam que “nada podemos fazer” e nos imobilizam para reagir e lutar.



Assista aos vídeos Paulo “Freire em um minuto” e “Paulo Freire: Comunicação ou extensão?” nos *links* a seguir você poderá acessá-los:
<http://www.youtube.com/watch?v=wI4j95xfEGl>
<http://www.youtube.com/watch?v=wFqCrP0Z8GE>

Para concluir esta aula, faremos a leitura da poesia **Canção óbvia** escrita por Paulo Freire, em março de 1971, em Genebra.

Escolhi a sombra desta árvore para
Repousar do muito que farei,
Enquanto esperarei por ti,
Quem espera na pura espera
Vive um tempo de espera vã.
Por isto, enquanto te espero
Trabalharei os campos e conversarei com os homens
Suarei meu corpo, que o sol queimará;
Minhas mãos ficarão calejadas;
Meus pés aprenderão o mistério dos caminhos;
Meus ouvidos ouvirão mais,
Meus olhos verão o que antes não viam,
Enquanto esperarei por ti.

Não te esperarei na pura espera
Porque o meu tempo de espera é um
Tempo de que fazer.
Desconfiarei daqueles que virão dizer-me,
Em voz baixa e precavidos:
É perigoso agir
É perigoso falar
É perigoso andar
É perigoso esperar, na forma em que esperas,
Porque esses recusam a alegria de tua chegada.
Desconfiarei também daqueles que virão dizer-me,
Com palavras fáceis, que já chegaste,
Porque esses, ao anunciar-te ingenuamente,
Antes te denunciam.
Estarei preparando a tua chegada
Como o jardineiro prepara o jardim
Para a rosa que se abrirá na primavera.

Resumo

Freire trabalha de forma excepcional o caráter social da aprendizagem, combate com rigor a ideia do educador, no nosso caso o extensionista, como transferidor de conhecimento. Ressalta a diferença entre o “falar com alguém e o falar para alguém”. Combate a ideologia de que o educando nada sabe, não aceita a lógica dominante de que “o centro sabe e fala e a periferia do país escuta”.

Paulo Freire demonstra o potencial humano e a capacidade do povo de se apropriar do conhecimento e fazê-lo instrumento da construção de um novo sonho e de uma nova vida mais promissora.

Paulo Freire ensinou-nos que “estar no mundo e com o mundo” é não somente aprender a ler a realidade, mas propor-se a modificá-la, já que nos modificamos, nos reconstruímos na medida da alteração que provocamos.

A persistência de Paulo Freire e sua profunda crença no povo, na capacidade de organizar-se e buscar as formas da própria libertação, fez dele uma grande referência para os movimentos sociais, em particular para aqueles que querem manter a esperança forte e aquecida, que não aceitam se curvar perante posições fatalistas que pregam que “nada podemos fazer” e nos imobilizam para reagir e lutar.



Atividades de aprendizagem

- Em grupos faça a interpretação dos seguintes parágrafos escritos pelo Paulo Freire.
 - a) “O homem radical na sua opção, não nega o direito ao outro de optar. Não pretende impor sua opção. Dialoga sobre ela. Está convencido de seu acerto, mas respeita no outro o direito de também julgar-se certo.”

b) “Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.”

c) “A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica” .

Aula 13 – Pedagogia extensionista

“Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão.”

Paulo Freire

Na aula de hoje estudaremos a prática da pedagogia extensionista, o modo de se gerir a educação no universo em construção da extensão pesqueira.

O Dicionário Michaelis define pedagogia como sendo o estudo teórico ou prático das questões da educação. Define ainda como sendo a arte de instruir, ensinar ou educar as crianças. Pedagogia também pode ser definida como o conjunto das ideias de um educador prático ou teórico em educação, como por exemplo a pedagogia de Paulo Freire; a pedagogia de Anton Makarenko, Moisey Mikhaylovich Pistrak, entre outros.

No **livro Extensão ou comunicação (1992)**, Paulo Freire faz uma análise crítica da palavra extensão e conclui que no campo associativo, o termo extensão se encontra em relação significativa com transmissão, entrega, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação. Todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase “coisa”, o negam como um ser de transformação do mundo. Além de negar a formação e a constituição do conhecimento autêntico, além de negar a ação e a reflexão verdadeiras àquelas que são objetos de tais coisas. Desta análise se conclui que o conceito de extensão não corresponde a um que-fazer educativo libertador.

Educar e educar-se na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber, até a “sede da ignorância” para “salvar” com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. Em síntese, “ninguém sabe tudo, assim como ninguém é ignorante de tudo”

Para Paulo Freire, o homem não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo, uma vez que é um “ser-em-situação”, é também um ser do trabalho e da transformação do mundo. O homem é um ser da “práxis”, da ação e da reflexão. Atuando, transforma; transformando, cria uma realidade que, por sua vez, “envolvendo-o”, condiciona sua forma de atuar.

Educar na prática da liberdade é ser dialógico. É empenhar-se na transformação constante da realidade. O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o transformam, e transformando-o, o humanizam para a humanização de todos.

Encontramos na Wikipédia que diálogo significa o entendimento através da palavra, conversação, colóquio, comunicação. Ainda pode ser entendido como discussão ou troca de ideias, conceitos, opiniões, objetivando a solução de problemas e a harmonia.

A Pedagogia na extensão pesqueira pode ser compreendida como o exercício da práxis educativa libertadora, onde educador-educando dialogam, constroem conhecimentos e operam a transformação da realidade. Portanto a pedagogia da extensão pesqueira é comunicação, na medida em que não há transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.

Para Paulo Freire, a comunicação eficiente exige que os sujeitos interlocutores incidam sua “admiração” sobre o mesmo objeto, que o expressem através de signos linguísticos pertencentes ao universo comum a ambos, para que assim compreendam de maneira semelhante o objeto da comunicação.

Na comunicação que se faz por meio de palavras, não pode ser rompida a relação pensamento-linguagem-contexto ou realidade.

A compreensão significativa dos signos exige que os sujeitos da comunicação sejam capazes de reconstituir em si mesmos, de certo modo, o processo dinâmico em que se constitui a convicção expressa por ambos através dos signos linguísticos.

Exemplo: Pode-se entender a significação dos signos linguísticos de um camponês do Nordeste brasileiro que diz, com absoluta convicção, que trata as feridas infectadas de seu gado rezando sobre os rastros que este vai deixando no chão. Entretanto, a compreensão dos signos, como tampouco a compreensão do contexto, não são suficientes para que se possa compartilhar

de sua convicção. Ao não compartilhar da convicção do camponês, invalido o que há nela de “teoria” ou pseudociência, que envolve todo um conjunto de “conhecimentos técnicos”. Daí que a relação entre camponês e educador libertador não pode deixar de realizar-se numa situação gnosiológica, portanto, dialógica e comunicativa.

Através da educação bancária (antidialógica) e para todos os fins implícitos na opressão, os opressores se esforçam para matar nos homens a sua condição de “ad-miradores” do mundo. Como não podem consegui-lo, em termos totais, é preciso, então, mitificar o mundo.

Daí que os opressores desenvolvem uma série de recursos através dos quais propõem a “ad-miração” das massas conquistadas e oprimidas de um falso mundo. Um mundo de engodos que, alienando-as mais ainda, as mantenha passivas em face dele.

No livro *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido* (1999), Paulo Freire ilustra sua pedagogia com a seguinte história:

Durante uma reunião com camponeses na Zona da Mata de Pernambuco, depois de alguns momentos de bom debate com um grupo de camponeses, o silêncio caiu sobre nós e nos envolveu a todos. O discurso do camponês foi o mesmo. A tradução exata do discurso do camponês chileno que ouvira naquele fim de tarde.

– Muito bem – disse eu a eles, - Eu sei. Vocês não sabem. Mas por que eu sei e vocês não sabem?

Aceitando o seu discurso, preparei o terreno para minha intervenção. A vivacidade brilhava em todos. De repente a curiosidade se acendeu. A resposta não tardou.

– O senhor sabe porque é doutor. Nos, não.

– Exato, eu sou doutor. Vocês não. Mas por que eu sou doutor e vocês não?

– Por que foi a escola, tem leitura, tem estudo e nós, não.

– E porque fui à escola?

- Porque seu pai pode mandar o senhor à escola. O nosso, não.
- E por que os pais de vocês não puderam mandar vocês à escola?
- Porque eram camponeses como nós.
- E o que é ser camponês?
- É não ter educação, posses, trabalhar de sol a sol sem direitos, sem esperanças de um dia melhor.
- E porque ao camponês falta tudo isto?
- Porque Deus quer.
- E quem é Deus?
- É o pai de nós todos.
- E quem é pai aqui nesta reunião?

Quase todos de mão para cima, disseram que o eram.

Olhando o grupo todo em silêncio, me fixei num deles e lhe perguntei: – Quantos filhos você tem?

- Três.
- Você seria capaz de sacrificar dois deles, submetendo-os ao sofrimento para que o terceiro estudasse, com vida boa, no Recife? Você seria capaz de amar assim?
- Não!
- Se você – disse eu –, homem de carne e osso, não é capaz de fazer uma injustiça desta, como é possível entender que Deus o faça? Será mesmo que Deus é o fazedor dessas coisas?

Um silêncio diferente, completamente diferente do anterior, um silêncio no qual algo começava a ser partilhado. Em seguida:

– Não. Não é Deus o fazedor disso tudo. É o patrão.

Possivelmente aqueles camponeses estavam, pela primeira vez, tentando o esforço de superar a relação que chamei na Pedagogia do Oprimido de “aderência” do oprimido ao opressor para, “tomando distância dele”, localizá-lo “fora” de si, como diria Fanon.

A partir daí, teria sido possível também ir compreendendo o papel do patrão, inserido num certo sistema sócio-econômico e político, ir compreendendo as relações sociais de produção, os interesses de classe, etc., etc.

A falta total de sentido estaria se, após o silêncio que bruscamente interrompeu o nosso diálogo, eu tivesse feito um discurso tradicional, “sloganizador”, vazio, intolerante.

Fonte: http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/Pedagogia_do_Oprimido.pdf

Investigação de temas geradores e sua metodologia

O fato de que indivíduos de uma área não captem um tema gerador, só aparentemente oculto, ou o fato de captá-lo de forma destorcida, pode significar, já, a existência de uma “situação-limite” de opressão em que os homens se encontram mais imerso que emersos.

De modo geral, a consciência dominada, não só popular, que não capturou a “situação limite” em sua globalidade, fica na apreensão de suas manifestações periféricas às quais empresta a força inibidora que cabe, contudo, à “situação-limite”. Este é um fato de importância indiscutível para o investigador da temática do tema gerador.

A questão fundamental, neste caso, está em que, faltando aos homens uma compreensão crítica da totalidade em que estão, captando-a em pedaços nos quais não reconhecem a interação constituinte da mesma totalidade, não podem conhecê-la. E não o podem por que, para conhecê-la, seria necessário partir do ponto inverso. Isto é, lhes seria indispensável ter antes a visão da totalidade do contexto para, em seguida, separarem ou isolarem os elementos ou as parcialidades do contexto, através de cuja cisão voltariam com mais clareza à totalidade analisada.

Este é um esforço que cabe realizar, não apenas na metodologia da investigação temática que advogamos, mas, também, na educação problematizadora que defendemos. Na investigação temática se faz, assim, um esforço comum de consciência da realidade do processo educativo, ou cultural de caráter libertador. A investigação da temática, envolve a investigação do próprio pensar do povo. Pensar que não se dá fora dos homens, nem num homem só, nem no vazio, mas sim nos homens e entre os homens, e sempre referido à realidade. A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito de seu pensar. E se seu pensar é mágico ou ingênuo, será pensando o seu pensar, na ação, que ele mesmo se superará. E a superação não se faz no ato de consumir idéias, mas no de produzi-las e de transformá-las na ação e na comunicação.

Educação e investigação temática, na concepção problematizadora da educação, se tornam momentos de um mesmo processo.

A investigação temática pode ser dividida em três fases:

Na primeira fase da investigação, os investigadores chegam à apreensão mais ou menos aproximada do conjunto de contradições, entretanto, não os autoriza a pensar na estruturação do conteúdo programático da ação educativa. Até então, esta visão é deles ainda, e não a dos indivíduos em face da sua realidade.

A segunda fase da investigação começa precisamente quando os investigadores, com os dados que colhem, chegam à apreensão daquele conjunto de contradições. A partir deste momento, sempre em equipe, escolherão algumas destas contradições, com que serão elaboradas as codificações que vão servir à investigação temática. As codificações (pintadas ou fotografadas) são objeto que, mediatizando os sujeitos descodificadores, se dá a sua análise crítica. Sua preparação deve obedecer a certos princípios que são apenas os que norteiam a confecção das puras ajudas visuais.

Na terceira fase, são preparadas as codificações, estudados pela equipe interdisciplinar todos os possíveis ângulos temáticos nelas contidos. Voltam à área para inaugurar os diálogos descodificadores, nos **círculos de investigação temáticas**. Em cada "círculo de investigação" deve haver no máximo vinte pessoas, existindo tantos círculos quantos a soma de seus participantes atinja a da população da área ou da subárea em estudo.

A estas reuniões de descodificação nos “círculos de investigação temática”, além do investigador como coordenador auxiliar da descodificação, assistirão mais dois especialistas – um psicólogo e um sociólogo – cuja tarefa é registrar as reações mais significativas ou aparentemente pouco significativas dos sujeitos descodificadores.

Os partícipes do “círculo de investigação temática” vão extrojetando, pela força catártica (método de purificação mental que consiste em revocar à consciência os estados afetivos recalçados, para aliviar o doente dos desarranjos físicos e mentais oriundos do recalçamento, de acordo com o dicionário Michaelis) da metodologia, uma série de sentimentos, de opiniões, de si, do mundo e dos outros, que possivelmente não extrojetariam em circunstâncias diferentes.

Fonte: http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/Pedagogia_do_Oprimido.pdf

Resumo

Para Paulo Freire o conceito de extensão tradicional não corresponde a um que-fazer educativo libertador. Educar e educar-se na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber, até a “sede da ignorância” para “salvar” com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. Em síntese, “ninguém sabe tudo, assim como ninguém é ignorante de tudo”.

A Pedagogia na extensão pesqueira pode ser compreendida como o exercício da práxis educativa libertadora, onde educador-educando dialogam, constroem conhecimentos e operam a transformação da realidade. Portanto, a pedagogia da extensão pesqueira é comunicação, na medida em que não há transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.



Atividades de aprendizagem

- Depois do que vimos nesta aula e do que aprendemos com Paulo Freire, como você define “educação libertadora”?

Aula 14 – Extensão rural e desenvolvimento local

O novo extensionismo busca consolidar o significado da Extensão Rural no terreno da inclusão social dos pescadores nos processos de desenvolvimento local. O objetivo desta aula é compreender como a extensão pesqueira pode contribuir para o desenvolvimento local, num momento em que os laços que unem Extensão Rural ao Desenvolvimento Local estão em fase de construção, devido aos novos desafios colocados para o extensionismo contemporâneo.

Entendemos por Desenvolvimento Local o processo de criação, de valorização e de retenção das riquezas de um território, assim como o uso sustentável dos recursos disponíveis. Para isso, é preciso reorientar as práticas até hoje adotadas pelo extensionismo, que acabam reproduzindo os velhos modelos da Revolução Verde, assim como a construção de estratégias diferenciadas em sua forma de atuação junto ao público beneficiário.

Conforme analisamos nas aulas anteriores, a nova prática de Assistência Técnica e Extensão Rural deve contribuir para o enfrentamento da crise socioambiental resultante dos modelos de desenvolvimento e de agricultura convencionais, implementados nas últimas décadas. Na perspectiva do desenvolvimento local, a nova Extensão Rural, por meio da implementação de programas e projetos, deve **constituir-se num instrumento do Estado capaz de apoiar a reversão do quadro de crise socioeconômica e ambiental**, por meio do estímulo, apoio e construção de iniciativas que fortaleçam a qualidade de vida das comunidades pesqueiras.

Neste sentido, diferentes estudiosos da área de extensionismo reconhecem que para a Extensão Rural contribuir no âmbito do Desenvolvimento Local, precisa trabalhar minimamente em três direções, a saber:

- a) Na criação de alternativas econômicas concretas e adequadas à realidade econômica, social e cultural, que contribuam na viabilização da melhoria das condições de vida das comunidades e da sua renda. Estas atividades devem ser as mais diversas, podendo ou não estar ligadas às atividades pesqueiras. A agregação de valor, por meio do beneficiamento da produção, continua sendo um grande desafio, assim como a atuação nas áreas de comercialização, prestação de serviços e cooperativismo;

- b) No envolvimento das comunidades, visando sua participação real nas decisões que modificam sua forma de viver. As atitudes paternalistas e estritamente assistencialistas devem fazer parte do passado: o desafio é contribuir para a formação de cidadãos sujeitos da sua história, transformadores da sua realidade social;
- c) Na adoção de estratégias que assegurem a preservação ambiental, enfatizando a adoção dos princípios da agroecologia, de formatos tecnológicos sustentáveis, de práticas produtivas que respeitem mais a natureza e provoquem menos impactos.

Para trabalhar estas três dimensões o extensionista necessariamente deve criar espaços de educação informal permanentes e continuados, baseados em estratégias de educação popular e comunicação dialógicas freirianas.

Importante!

O enfoque agroecológico corresponde à aplicação de conceitos e princípios da Ecologia no manejo e no desenho de agroecossistemas sustentáveis, uma orientação cujas pretensões e contribuições vão além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas que incluem tanto as variáveis econômicas, sociais e ambientais, como as variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade (CAPORAL; COSTABEBER, 2000).

A Pedagogia paulofreiriana defende o diálogo como recurso indispensável no processo de educação, de forma que todos devem ter direito à fala em uma relação de mútuo respeito. O objetivo é contribuir para que indivíduos que vivem numa situação de opressão tenham maior facilidade de tornarem-se sujeitos ativos na busca dos direitos que lhes cabem na sociedade da qual fazem parte. A introdução de processos educativos populares permanentes implica também o abandono das ações de extensionismo centradas na assistência técnica individual.

Segundo CAPORAL e RAMOS (2006):

“Devem ser privilegiadas as formas de atuação que envolvam comunidades ou grupos de interesses, identificar jovens rurais e agricultores que possam ser qualificados para ajudar os demais a resolver problemas simples de manejo agropecuário, estimular os mutirões e fortalecer o intercâmbio de conhecimentos entre famílias de agricultores, promover estágios de agricultores em propriedades, realizar pesquisa participativa e estimular o estabelecimento de interações que possibil-

tem a disponibilização e a socialização de saberes na relação agricultor versus agricultor. Isso requer menos receitas e muito mais criatividade. Do ponto de vista quantitativo, os números mostram que é quase impossível realizar um trabalho de qualidade na atual relação entre técnico e família rural. Há que se estabelecer um número máximo de famílias com as quais os técnicos devem assumir um compromisso formal e realizar atividades de Extensão Rural”.

Outra mudança de extrema importância a ser implementada pelo extensionismo, na perspectiva da sua contribuição no desenvolvimento local, é a atuação interdisciplinar e a percepção da necessidade de aprender junto com as comunidades pesqueiras. Para CHAMBERS (1980), referindo-se à extensão rural, “é preciso aprender e apreciar no seu justo valor a apropriação de conhecimentos de outras disciplinas e especialmente a possibilidade de aprender de e com os pequenos agricultores”.

Aqui cabe ressaltar que a interdisciplinaridade não significa formar um “superprofissional” que agregue saberes e habilidades de uma diversidade de áreas, o que é impossível. A interdisciplinaridade significa pensar a realidade a partir de diferentes ângulos e intervir em diferentes dimensões de maneira integrada, para o qual é fundamental que o campo da extensão rural seja compartilhado por diversos profissionais. Assim, para atuar de forma interdisciplinar deve ser reconhecida a necessidade de se conjugar trabalhos em diferentes áreas relacionadas à promoção do desenvolvimento rural.

Resumo

Na perspectiva do desenvolvimento local, a nova Extensão Rural, por meio da implementação de programas e projetos, deve **constituir-se num instrumento do Estado capaz de apoiar a reversão do quadro de crise socioeconômica e ambiental. Para isto é necessário avançar em três direções:**

- a) No estímulo, apoio e construção de iniciativas que fortaleçam a qualidade de vida das comunidades pesqueiras, na criação de alternativas econômicas concretas e adequadas à realidade econômica, social e cultural;
- b) No envolvimento das comunidades, visando sua participação real nas decisões que modificam sua forma de viver;
- c) Na adoção de estratégias que assegurem a preservação ambiental, enfatizando a adoção dos princípios da agroecologia, de formatos tecnológicos sustentáveis, de práticas produtivas que respeitem mais a natureza e provoquem menos impactos.

Para trabalhar essas três dimensões o extensionista necessariamente deve criar espaços de educação informal permanente e continuada, baseados em estratégias de educação popular e comunicação dialógicas.



Atividades de aprendizagem

- Discuta junto a seus companheiros iniciativas que fortaleçam a qualidade de vida das comunidades pesqueiras. Identifique alternativas econômicas concretas e adequadas à realidade econômica, social e cultural.

Aula 15 – Diagnóstico participativo, o que é?

Para avançar na solução dos problemas que enfrentam as comunidades pesqueiras, temos em primeiro lugar que detectar e entender quais são estes problemas. Na aula de hoje iremos estudar como detectar, diagnosticar os nossos problemas da comunidade, de forma a escolher quais deles serão os primeiros a serem enfrentados.

As técnicas participativas só fazem sentido como parte de uma nova estratégia de Extensão Rural. Dentre os métodos participativos utilizados nas ações de extensão, destaca-se o Diagnóstico Rural Participativo – DRP, que permita a leitura da realidade pelas comunidades e pelos técnicos envolvidos, de modo que as decisões sobre o futuro destes coletivos possam ser tomadas de forma consciente. Nesta aula entenderemos o que é o DRP, seus objetivos, vantagens e princípios a partir do conteúdo exposto na publicação “Diagnóstico Rural Participativo, Guia Prático (2010), elaborado pela Secretaria de Agricultura Familiar, pertencente ao Ministério de Desenvolvimento Agrário. Na aula 16 serão abordados os passos de preparação do DRP, assim como suas técnicas de realização.

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o **seu próprio diagnóstico** sobre o estado dos seus recursos naturais, sua situação econômica e social e outros aspectos importantes para a comunidade, **avaliando os problemas e as oportunidades de solução, identificando os possíveis projetos de melhoria dos problemas mais destacados e, portanto, das condições de vida de homens e mulheres.**

No DRP não se pretende unicamente colher dados dos participantes, mas sim que estes iniciem um processo de autorreflexão sobre os seus próprios problemas e as possibilidades de solucioná-los. O DRP possibilita a seus participantes compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação, assim como a autoanálise e a autodeterminação de grupos comunitários. A obtenção direta de informação primária ou de “campo” na comunidade é conseguida por meio de grupos representativos de seus membros, até chegar a um auto-diagnóstico. Embora originariamente tenham sido concebidas para zonas rurais, muitas das técnicas do DRP podem ser utilizadas igualmente em comunidades urbanas.

A forma em que são coletados os dados procura, em primeiro lugar, permitir que as pessoas da comunidade **pensem sistematicamente em seus problemas, nas possíveis soluções**, e os compartilhem com os Agentes de ATEPA, mediadores do DRP; em segundo lugar, que estes **agentes compreendam as condições e circunstâncias locais; finalmente, procurem analisar os problemas e as possíveis opções para enfrentá-los em conjunto**.

O DRP é similar ao diagnóstico que faz um médico: ao nos sentirmos doentes, visitamos o médico e ele se encarrega de nos perguntar: o que estamos sentindo, o que está doendo, e depois procede a um exame geral do nosso corpo (os olhos, a boca, o coração, os ouvidos, a pressão, etc.). Esse processo de exame denomina-se diagnóstico, e, ao final, o médico sabe que medicamento vai nos receitar para curar a doença.

No caso do DRP os médicos são os integrantes da comunidade e os extensionistas. Os homens e as mulheres da comunidade devem agir como o médico: precisam analisar todos os elementos que formam o ambiente da comunidade para encontrar uma forma de solucionar os problemas, designando responsáveis locais e procurando apoio institucional.

Vantagens do diagnóstico rural participativo

O DRP põe em contato direto os que planejam, os Agentes do ATEPA, com as pessoas da comunidade e vice-versa; todos participam durante todo o processo do diagnóstico.

- Facilita o intercâmbio de informação e a verificação desta por todos os grupos da comunidade.
- O DRP, como metodologia, aponta a multidisciplinaridade. Ideal para estabelecer nexos entre setores, tais como: floresta, agricultura, saúde, educação e outros.
- As ferramentas do DRP se prestam muito bem para identificar aspectos específicos de gênero.
- Facilita a participação tanto de homens como de mulheres e dos diferentes grupos da comunidade.

Princípios básicos do diagnóstico rural participativo

- **Respeita a sabedoria e a cultura do grupo**

O respeito ao conhecimento cultural na gestão dos recursos naturais e humanos é o meio básico para se chegar à sustentabilidade do uso dos recursos e da organização social. A consideração da identidade cultural (valores, normas, visões, conhecimentos e costumes) no DRP é indispensável no processo de construção do desenvolvimento local.

Consequências práticas: os membros da equipe de moderação não devem agir como instrutores/as, mas sim como observadores interessados em aprender com os agricultores e obter conhecimentos técnicos e sociais. A função da equipe é escutar e não ensinar!

- **Analisa e entende as diferentes percepções**

Cada sujeito e cada cultura veem a realidade de forma subjetiva. Os membros das comunidades, os extensionista, muitas vezes veem e interpretam o mundo em que vivem de diferentes maneiras. Por meio de um processo de comunicação e de uma aprendizagem mútua, podem ser vistas as diferentes percepções, a tal ponto que os atores podem entender-se e agir conjuntamente.

Consequências práticas: antes de prejudicar as atividades dos agricultores, os extensionista deverão “tentar colocar-se no lugar deles” para poder entender a percepção de cada um. Além disso, a equipe deve esclarecer a percepção da comunidade e ser consciente de seu próprio ponto de vista.

Para isso é necessário um processo de aprendizagem mútua entre a comunidade e os extensionistas.

- É um processo de pesquisa e coleta de dados, que pretende incluir as perspectivas de todos os grupos de interesse integrados pelos homens e pelas mulheres rurais.
- Impulsiona uma mudança nos papéis tradicionais do pesquisador e dos pesquisados, já que ambos participam da determinação de quais e como coletar os dados; é um processo de dupla via.
- Reconhece o valor dos conhecimentos dos/as comunitários/as.
- Funciona como meio de comunicação entre aqueles que estão unidos por problemas comuns. Esta comunicação coletiva chega a ser uma ferramenta útil para identificar soluções.

- **Visualização**

Quando se faz uma pesquisa utilizando questionários, quem pesquisa aponta o que o entrevistado disse no seu questionário e se apropria das palavras. Desta forma, a informação dada não está mais sob controle do entrevistado. De acordo com a perspectiva central do DRP, “de baixo para cima”, tenta-se utilizar de meios que não se baseiam principalmente em explicações verbais e escritas, e, sim, na visualização de um assunto, utilizando com preferência materiais locais. Geralmente são elaborados em conjunto mapas, diagramas ou modelos que refletem os assuntos e as discussões. Desta maneira, todos/as têm a oportunidade de se envolver ativamente no processo: elaborar os seus próprios critérios, mudar o desenho e colocar ênfase em certos campos problemáticos. Já se sabe: uma imagem vale mais do que mil palavras!

- **Triangulação**

É uma forma de confrontar ou complementar a informação obtida. Para a coleta de dados, devem ser utilizados diferentes métodos de pesquisa e diferentes fontes de informação, como por exemplo, membros de diferentes comunidades, grupos sociais, homens e mulheres, etc. A equipe de facilitadores (extensionistas, agentes de ATEPA) deve ser composta de membros de diferentes disciplinas, homens e mulheres; pessoas que conheçam bem as comunidades, e também por gente de fora delas. Este procedimento assegura que cada fenômeno seja tratado a partir de diferentes pontos de vista e que exista uma imagem mais ampla da realidade.

- **Ignorância ótima**

Ignorância ótima significa que a equipe de extensionistas evita incluir uma quantidade excessiva de detalhes na coleta dos dados. Para cada campo de pesquisa, devem-se definir anteriormente o tipo de informação que se precisa, o objetivo de se pesquisar este campo e se o grau de exatidão é adequado. Com este estilo de trabalho se evita um acúmulo exagerado de dados e podemos prestar atenção às questões mais importantes, já que o tempo disponível no campo é, normalmente, limitado. É como quando queremos preparar um bom cozido: não é necessário ler todas as receitas, mas, somente as que se referem ao cozido. Também não precisamos utilizar todas as especiarias da cozinha, e sim as carnes e os temperos adequados.

- **Análise e apresentação na comunidade**

O trabalho do DRP é realizado no campo, ou seja, tanto as técnicas como as reuniões de equipe do DRP são feitas no lugar em que é realizado o diagnóstico. De forma idônea, pelo menos parte do relatório é redigido igualmente no campo, já que o DRP implica num estilo de trabalho paulatino, ou seja, num processo de aprender passo a passo. Por isso a equipe constantemente revisa e analisa a informação obtida, para determinar em qual direção deve-se proceder nos dias seguintes. Desta maneira se aprofunda o entendimento dos problemas, a equipe inteira acumula conhecimentos, e se consegue precisar o enfoque da pesquisa.

Resumo

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o **seu próprio diagnóstico** sobre o estado dos seus recursos naturais, sua situação econômica e social e outros aspectos importantes para a comunidade, **avaliando os problemas e as oportunidades de solução, identificando os possíveis projetos de melhoria dos problemas mais destacados e, portanto, das condições de vida de homens e mulheres.**

Para a realização adequada dos DRP é necessário considerar os seguintes PRINCÍPIOS BÁSICOS:

- Respeita a sabedoria e a cultura do grupo;
- Analisa e entende as diferentes percepções;
- Visualização;
- Triangulação;
- Ignorância ótima;
- Análise e apresentação na comunidade.

Atividades de aprendizagem

- Quais são as principais diferenças entre o DRP e os diagnósticos convencionais?



Aula 16 – Como elaborar um diagnóstico participativo

Na aula anterior estudamos o que é o Diagnóstico Participativo, assim como a sua importância. Na aula de hoje iremos aprender como se elabora este diagnóstico.

Sabemos que diagnóstico participativo é o processo que permite identificar e explicar a problemática que afeta determinado grupo de pessoas. Para a elaboração do diagnóstico é necessário seguir os seguintes passos:

- Identificação dos problemas;
- Hierarquização dos problemas, isto é, enumerar os problemas em ordem de importância conforme sua **magnitude, gravidade, capacidade de solução, benefícios a serem usufruídos após o problema ser solucionado;**
- Identificação das causas e efeitos das problemáticas identificadas;
- Definição de objetivos para a solução dos problemas identificados;
- Eleição das medidas a serem adotadas para a solução das problemáticas;
- Levantamento dos recursos humanos e materiais necessários para a solução dos problemas.
- Orçamento. Isto é, quantidade de recursos monetários envolvidos na viabilização das ações. Neste item é importante lembrar a necessidade de envolver outros atores com os quais seja possível fazer parcerias e diminuir custos.
- Cronograma de execução e responsáveis pelas ações.
- Análise das ações, visando identificar a viabilidade das ações. Este análise deve ser realizada de preferência em formato de planilha, conforme modelo abaixo:

AÇÕES	TAREFAS	RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CRONOGRAMA	ORÇAMENTO	RESPONSÁVEIS
-------	---------	------------------	--------------------	------------	-----------	--------------

- Finalmente, identificadas as problemáticas e as possíveis soluções, cabe à comunidade ou extensionista, aos atores envolvidos na problemática, conjuntamente elaborarem um plano para a execução das ações a serem seguidas para a eliminação dos problemas detectados.

Você sabia?

Para Silva (2000), o técnico extensionista ou articulador do processo de elaboração do diagnóstico deve reconhecer o momento, a fase em que se encontram os participantes envolvidos na sua elaboração. Esse conhecimento permitirá ao extensionista saber os cuidados e riscos do processo, assim como o que fazer para orientar da melhor forma o processo de elaboração do diagnóstico. Neste sentido, observe o seguinte quadro.

Tabela 16.1: Cuidados e riscos das etapas do processo de diagnóstico

Fase	O que é importante nesta etapa?	O que ela pode gerar nas pessoas?	O que pode por tudo a perder?
Organização	Iniciativa e coragem Checar como cada um está Acordos, consenso Prazos, realismo	Co-responsabilidade	Precipitação Impor regras Rigidez teórica Ignorar conflitos Excesso de otimismo
Orientação	Fazer perguntas Examinar situações Formular problemas Ouvir ideias de todos Checar se houve entendimento Ter experiências de fora	Clareza	Basear-se em preconceitos Informações duvidosas Ficar só no que já se sabe Basear-se no senso comum Reprimir ideias
Direcionamento	Estabelecer critérios Ter referenciais comuns Discutir baseado em argumentos Ordenar, sintetizar Registrar Esclarecer dúvidas Focar no essencial	Confiança	Ignorar sentimentos Evitar questões polêmicas Adiar escolhas indefinidamente Excessiva pressão de tempo Ambiente dispersivo
Plano de ação	Ouvir quem está na prática Quantificar prazos Nomear responsáveis Pesquisar preços Estimar custos Comparar planos Colocar síntese no papel	Compromisso	Basear-se em hipóteses Barganhas Medo de assumir Resistência a orçamentos Deixar buracos abertos Planos genéricos demais Dar a quem não entende
Avaliação	Informações disponíveis Encontro entre as pessoas Focar com perguntas Abertura Pensar novas formas de fazer Examinar causas e consequências	Consciência, aprendizado	Dedicar tempo demais Dedicar tempo de "menos" Só fazer críticas Desviar de assuntos delicados Punir erros Misturar poder e aprendizagem

Fonte: SILVA (2000), p. 55

Segundo o texto “Guia prático para o diagnóstico rural participativo”, de Miguel Expósito Verdejo, publicado pela Secretaria da Agricultura Familiar, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, os projetos podem ter diferentes níveis de participação. Observe abaixo a escada da participação.

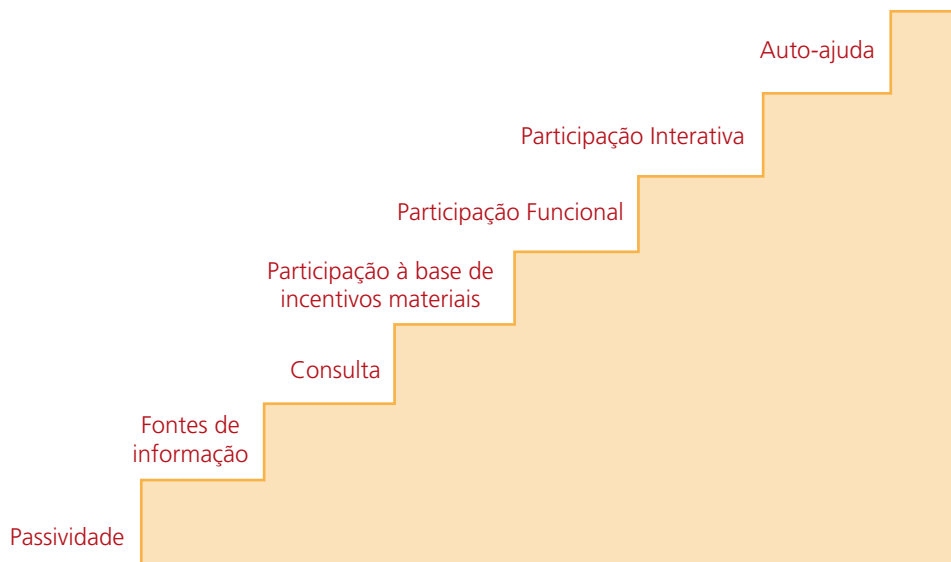


Figura 16.1: Escada da Participação

Vejamos em que consiste esta escada de participação.

Passividade: o projeto fixa os objetivos e decide sobre as atividades. A informação necessária é gerada sem se consultar os beneficiários.

Fonte de informação: a equipe de pesquisa pergunta ao beneficiário, porém não o deixa decidir nem sobre o tipo de perguntas nem sobre as atividades posteriores.

Consulta: leva-se em consideração a opinião do beneficiário; integram-se as opiniões no enfoque da pesquisa, mas o grupo-meta não tem poder de decisão.

Participação à base de incentivos materiais: propõe-se, por exemplo, a participação em troca de insumos de produção ou de colocar à disposição terras com fins de exibição (“unidade demonstrativa”), mas a possibilidade de intervir nas decisões é muito limitada.

Participação funcional: o beneficiário se divide em grupos que perseguem objetivos fixados anteriormente pelo projeto. Na fase de execução participa da tomada de decisões e se torna independente no transcurso do projeto.

Participação Interativa: o beneficiário é incluído do ponto de vista da fase de análise e definição do projeto. Participa plenamente do planejamento e execução.

Autoajuda: a comunidade toma a iniciativa e age independentemente.

Resumo

Na aula de hoje aprendemos como elaborar o Diagnóstico Participativo.



Atividades de aprendizagem

- Em parceria com os seus colegas, identifique um problema na sua comunidade e elabore um diagnóstico participativo.

Aula 17 – Cooperação

Você já escutou falar sobre cooperação? Com certeza já escutou, mas talvez ainda não saiba que esta é uma importante ferramenta para a superação de dificuldades, é uma forma de facilitar a nossa ação, seja na área produtiva ou não produtiva. Nesta aula entenderemos o significado e a importância da “cooperação” como forma de facilitar as nossas ações.

A cooperação **é uma forma de juntar ou somar os esforços individuais**, no nosso caso de cada pescador, para fazer coisas em conjunto e facilitar sua realização. Por exemplo comprar ferramentas, petrechos, maquinaria, gelo, comercializar, produzir, assim como para a realização de atividades de lazer e cultura.

A cooperação é um meio, o objetivo final é facilitar e aprimorar a realização de processos produtivos ou não produtivos que melhorem as condições de vida dos participantes, seja por meio do aumento da renda, seja pela satisfação de necessidades de diversa natureza.

Assim, a cooperação pode ser **produtiva** e **não produtiva**. A cooperação produtiva é aquela que organizamos em volta da produção; já a não produtiva é aquela que organizamos para a prestação de serviços, a comercialização, e inclusive em torno de atividades recreativas e culturais.

A cooperação pode ser organizada de formas diferentes, tais como,

- Grupos de ajuda;
- Associações;
- Mutirões;
- Redes;
- Cooperativas.

Para Rosemeire Aparecida Scopinho:

“no âmbito das relações de trabalho, a cooperação significa, por um lado, a ampliação da capacidade de sobrevivência econômica através da obtenção de renda monetária, direta e/ou indireta, maior (gerada, principalmente, pelo aumento da produtividade do trabalho e da redução dos custos de produção), o aprendizado de formas solidárias de trabalhar, a possibilidade de ampliar e de dinamizar as formas e as redes de convivência social para obter melhorias de infraestrutura na comunidade, também pode significar a continuidade do movimento político de luta por melhores condições de vida, a possibilidade de enraizamento”.

Para ter sucesso na cooperação é indispensável adotar as formas de cooperação que estejam de acordo a vivência de seus atores. A escolha deve ser coerente com o desenvolvimento social, econômico e político dos interessados. Outro ingrediente importante no sucesso da cooperação é iniciar sempre pelos processos mais simples, como por exemplo, os grupos de autoajuda, assim como se capacitar para fazer a gestão dos processos cooperados. No caso dos processos produtivos, a cooperação deve ajudar sempre a aumentar a produtividade do trabalho e reduzir os custos de produção, pois estes são mecanismos indispensáveis para o aumento da renda de todos os cooperados.

A cooperação também é uma forma de **resistir** como categoria, pois a melhoria nos processos de produção e comercialização contribuem para o aumento da renda, e com isto na permanência das pessoas na atividade pesqueira. Por outro lado, os processos de cooperação (associação, cooperativas, grupos, redes, etc) possibilitam uma maior convivência social, trazendo vantagens para a formação e mobilização dos pescadores. Uma maior convivência social implica em maior troca de ideias, de informações; em participação, discussão, tomada de posições e decisões; implica em lidar com diferentes posições e possibilita aprender a respeitá-las. Assim a cooperação, além de cumprir o papel de organizar os trabalhadores em torno da produção e comercialização, cumpre um **papel educativo**. Nesse sentido a cooperação também pode ser um espaço para **engajar-se na sociedade, fazer luta econômica e social, inclusive política**.

Sem dúvida, um dos objetivos das organizações dos pescadores e das ações extensionistas é criar condições que façam com que os pescadores se interessem por participar de forma cooperada. Para isso os processos de cooperação devem ser planejados e organizados de forma que o indivíduo perceba

que é melhor fazer parte que estar fora. Se o pescador não vê perspectivas em participar de processos cooperativados, não sentirá necessidade de fazer parte dos mesmos.

Muitos trabalhadores pensam que a cooperação não funciona e somente cria mais problemas. A crise nos processos de cooperação não representa o esgotamento desta proposta e sim dificuldade de escolher e implementar iniciativas adequadas ao nível de desenvolvimento socioeconômico dos cooperados, dificuldades na condução e gestão dos processos, falta de políticas públicas que facilitem os processos de cooperação, assim como dificuldade em perceber os limites que a economia capitalista coloca ao desenvolvimento das iniciativas coletivas, em particular da pequena produção.

É importante destacar que cooperação e cooperativismo, são **conceitos distintos**, sendo que o cooperativismo – a organização dos trabalhadores em cooperativas – é uma forma de cooperação. O fracasso da cooperação está ligada à ideia de que a melhor forma de cooperação era o cooperativismo. Assim, deixou-se de lado a pluralidade de formas de cooperação e caminhou-se para uma única forma: a cooperativa, que era instituída de forma abrupta, sem condições materiais, sem a existência de habilidades, condutas e valores necessárias para este grau de cooperação, o que levou, na maioria das vezes, ao insucesso destas iniciativas. Para Rosemeire Aparecida Scopinho:

...Evidencia-se, cada vez mais, uma forte tendência existente entre os assentados para refutar a cooperativa como modelo organizacional, mas valorizar a cooperação como modo de organização da vida econômica e societária. Ocorre a fuga da institucionalização do trabalho, sob a alegação de que isto burocratiza e retira a autonomia, e uma retomada das tradicionais formas de organização do trabalho baseadas na cooperação espontânea, porque, de fato, cooperar é imprescindível para a sobrevivência desses trabalhadores.

... a cooperação entre os produtores não se dá no plano do processo de trabalho, mas da prestação de serviços necessários para produzir (assistência técnica, repasse de crédito, beneficiamento, comercialização).

Fonte: http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso06/conf3_scopinho.pdf

As experiências de cooperação junto às mulheres revelam o grande potencial para empreender processos cooperados em torno da moradia e criam, por forças das suas circunstâncias de vida, redes de troca e de solidariedade que garante a manutenção das famílias. A ação das mulheres, informal, pequena e surda, cada vez mais ganha importância.

Por último, gostaríamos de mencionar que o desenvolvimento dos processos de cooperação junto aos trabalhadores não depende apenas de assessorar a criação de estruturas (cooperativas, associações, etc) ou desenvolver e treinar habilidades para promover a solidariedade entre os sujeitos. Isso não basta, porque as relações de cooperação são mediadas por um conjunto de condicionantes estruturais (acesso à estrada, educação, transporte, acesso a mercados, etc) que são dados especialmente através da relação com o Estado por meio de seus governos. Cabe aos movimentos dos pescadores e aos técnicos extensionistas comprometidos com a melhoria das condições de vida dos pescadores pressionar o Estado para que cumpra com seu papel de co-ator nas iniciativas de cooperação.

Resumo

A cooperação **é uma forma de juntar ou somar os esforços individuais**, no nosso caso de cada pescador, para fazer coisas em conjunto e facilitar sua realização. Por exemplo comprar ferramentas, petrechos, maquinaria, gelo, comercializar, produzir, assim como para a realização de atividades de lazer e cultura.

A cooperação é um meio, o objetivo final é facilitar e aprimorar a realização de processos produtivos ou não produtivos que melhorem as condições de vida dos participantes, seja por meio do aumento da renda, seja pela satisfação de necessidades de diversa natureza.

A cooperação também é uma forma de **resistir** como categoria, pois a melhoria nos processos de produção e comercialização contribuem para o aumento da renda, e com isto na permanência das pessoas na atividade pesqueira. Por outro lado, os processos de cooperação (associação, cooperativas, grupos, redes, etc) possibilitam uma maior convivência social, trazendo vantagens para a formação e mobilização dos pescadores. Uma maior convivência social implica em maior troca de ideias, de informações, em participação, discussão, tomada de posições e decisões; implica em lidar com diferentes posições e possibilita aprender a respeitá-las. Assim a cooperação, além de cumprir o papel de organizar os trabalhadores em torno da produção e comercialização, cumpre um **papel educativo**. Nesse sentido a cooperação também pode ser um espaço para **engajar-se na sociedade, fazer luta econômica e social, inclusive política**.

Atividades de aprendizagem



- Faça a leitura e a reflexão dos pontos centrais do artigo “Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais” de Rosemeire Aparecida Scopinho, disponível na internet no endereço: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea12.pdf>.

Aula 18 – Associativismo

Na aula anterior estudamos sobre a cooperação, hoje iremos estudar uma das formas da cooperação: o associativismo. Para isto, vamos iniciar apresentando o conceito de Associativismo.

A expressão associativismo designa uma prática social da criação e gestão das associações, visando o alcance de objetivos de interesse de seus sócios. O associativismo é uma forma de organização que tem como finalidade conseguir benefícios comuns para seus associados por meio de ações coletivas sem fins lucrativos.

Segundo o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, (cartilha de associativismo e cooperativismo), as associações podem perseguir objetivos tais como:

- Fortalecer os laços de amizade e solidariedade;
- Reunir esforços para reivindicar melhorias em sua comunidade;
- Defender os interesses dos associados;
- Desenvolver trabalhos coletivos;
- Produzir e comercializar de forma coletiva;
- Melhorar a qualidade de vida;
- Participar do desenvolvimento da região na qual a associação está inserida.

O principal ingrediente no ASSOCIATIVISMO é o capital humano, em particular, a força dos indivíduos trabalhando em conjunto, de forma organizada. A seguir algumas regras básicas para a boa prática do Associativismo segundo o SEBRAE:

Fatores que influenciam no sucesso do associativismo

Dependendo do modelo da associação, certas regras podem ser utilizadas para diminuir os riscos.

Uma associação comercial pode seguir o modelo tradicional, com grande número de associados, ou constituir um associativismo menor, de pequenos grupos. Cada modelo possui certas regras que ajudam a garantir o sucesso e a atingir os objetivos. No associativismo tradicional, com grande número de associados, há dificuldade em se estabelecerem objetivos comuns. Muitos participantes têm interesses diferentes e até contrários. Por isso, deve-se eleger uma diretoria que centralize as decisões, pensando no bem maior. Nesse caso, como há um baixo nível de comprometimento dos associados, a responsabilidade do sucesso é da diretoria, que precisa ter a visão de que é difícil realizar a maioria das idéias. As ações são implementadas lentamente. É comum que aconteça a perpetuação de alguns líderes, que conseguem agrupar grande número de associados com interesses parecidos. A tendência é que surjam disputas políticas para a formação da diretoria. Esse modelo aumenta a importância na formalização da associação, já que o grande número de associados e a tomada de decisões centralizada em uma diretoria prejudicam a relação de confiança e transparência. No associativismo em pequenos grupos, por causa do pequeno número de associados (geralmente de 5 a 25 pessoas), torna-se mais fácil estabelecer objetivos comuns. As decisões podem ser descentralizadas, tomadas pela decisão comum dos associados. Disso resulta uma rotatividade de lideranças, de acordo com o tipo de ação executada em determinado momento. Como a responsabilidade pelo sucesso é de todos os associados, eleva-se o grau de comprometimento. Por isso, é preciso dar muita importância ao planejamento e às ações. A maioria das idéias é fácil de ser realizada. As ações são implementadas rapidamente. Os participantes têm praticamente os mesmos interesses. Existe uma relação de transparência.

FONTE: SEBRAE. Disponível em http://www.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial/temas-relacionados/associativismo-e-cooperativismo/integra_bia/ident_unico/215

O técnico extensionista deve ser um agente facilitador na implementação do associativismo, em particular, como forma de abreviação da distância e/ou aproximação no diálogo e ações entre a população e o poder público, como por exemplo, as prefeituras.

Para José de Almeida Cesário, o associativismo é expressão e exercício de liberdade e exemplo de vida democrática. É uma escola de vida coletiva,

de cooperação, de solidariedade, de generosidade, de independência de humanismo e cidadania. Concilia valor coletivo e individual. Pelo que, defender, reforçar, apoiar e promover o desenvolvimento do movimento associativo é defender e reforçar a democracia e a participação dos cidadãos na vida social.

Você sabia?

O associativismo viabiliza maior participação e cria espaços de diálogo entre a sociedade organizada e o poder público.

O associativismo pode partir da criação de um programa municipal de incentivo a entidades associativas, com assistência técnica, administrativa e tecnológica. Alguns exemplos:

- Incubadora de cooperativas populares;
- Assistência administrativa em parceria com entidades do cooperativismo;
- Cursos e palestras para capacitação dos associados.

Tipos de organizações associativas que podem ser estimuladas pela administração municipal:

- **Redes de empresas:** são formadas por grupos de organizações com interesses comuns que se unem para a melhoria da competitividade de um determinado setor ou segmento. Esta forma de associação busca parcerias que proporcionam: competitividade, mais renda, mais lucro, agilidade, investimento acessível, informações, estudos e pesquisas, tecnologia e certificação de qualidade das empresas;
- **Cooperativas:** são sociedades compostas por, no mínimo, 20 pessoas físicas que se unem voluntariamente para satisfazer necessidades, aspirações e interesses econômicos comuns. Atuam por intermédio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida, com o objetivo de prestar serviços aos seus sócios, sem fins lucrativos;

- **Associações:** são sociedades civis sem fins lucrativos, que funcionam como organização permanente e democrática, por meio da qual um grupo de pessoas ou de entidades busca determinados interesses comuns, sejam eles econômicos, sociais, filantrópicos, científicos, políticos ou culturais;
- **Grupos formalmente organizados:** são constituídos por pessoas que se organizam para construir uma nova forma de trabalhar e ter remuneração. Defendem uma economia centrada na busca de condições de satisfação das necessidades humanas, na perspectiva do bem-estar para todos;
- **Grupos informalmente organizados:** pessoas com os mesmos interesses, que iniciam uma ação coletiva, sem nenhuma formalização, para viabilizar melhores resultados que não conseguiriam alcançar individualmente. Defendem também o mesmo modelo de economia, voltada para o bem-estar de todos;
- **Empresas de Participação Comunitária (EPC):** surgiram como uma alternativa de investimento. A renda dessas empresas é gerada e revertida para a própria comunidade, ou seja, a comunidade investe na EPC e recebe de volta os benefícios, incentivando a economia da região;
- **Consórcios:** a ideia básica do consórcio de empresas é a mesma do associativismo. A empresa pequena não precisa lutar para se tornar grande, pois mesmo assim ela possui uma grande capacidade competitiva. O consórcio é um instrumento de integração, do qual participam: instituições de pesquisa, cooperativas de crédito, centro de catalisadores de tecnologia, observatórios econômicos, bancos, grandes, pequenas e médias empresas; governo e fórum local de desenvolvimento.

Uma estratégia prevista na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) é a criação de consórcios para a compra e venda de produtos pelas empresas de pequeno porte. O objetivo é fazer com que as MPEs aumentem a competitividade e se insiram em novos mercados, por meio de ganhos de escala e redução de custos operacionais.

Fonte: Guia Prático do Prefeito Empreendedor-SEBRAE NACIONAL.

Resumo

Na aula de hoje conhecemos o conceito de Associativismo.

Atividades de aprendizagem

- Pesquise uma experiência de sucesso de associações de trabalhadores da pesca e relate-a a seguir.



Aula 19 – Políticas públicas para o setor da pesca

Na aula de hoje vamos estudar diversas iniciativas do Ministério de Pesca e Aquicultura, para que vocês, alunos pescadores, conheçam e usufruam das mesmas, em particular das relacionadas ao fortalecimento da cadeia produtiva, do processo de comercialização, assim como o desenvolvimento social, técnico e profissional dos atores envolvidos no setor pesqueiro. Para isso, vamos iniciar apresentando a infraestrutura e o aparelhamento ofertado por esse Ministério, visando o fortalecimento da cadeia produtiva.

- **Terminais pesqueiros:** Tem por objetivo melhorar a logística de descarga e recebimento do pescado, e também de abastecer os barcos pesqueiros (alimentação, combustível...).
- **Caminhões frigoríficos:** possibilita e facilita a logística entre os pescadores e as centrais de abastecimento, encurtando a distância entre os pescadores e a comunidades.
- **Caminhões feira:** objetiva levar o pescado até as comunidades dentro dos municípios, a fim de baratear o produto e também permitir um ganho maior para quem pesca e um preço menor para quem compra (consome).
- **Despolpadeira:** permite incluir o peixe na merenda escolar, aumentando o consumo e proporcionar uma alimentação mais saudável de crianças nas escolas (ômegas).
- **Kits feiras:** possibilita o comércio de peixe em feiras livres, relação direta do pescador com o consumidor, eliminando assim o conhecido “atravesador”.
- **Cozinhas comunitárias:** possibilita o beneficiamento do peixe na própria comunidade, agregando valor: criando receitas e vendendo produtos prontos.
- **Acampamentos de pescadores:** Barracas com energia elétrica através de gerador de energia, permitindo manter o peixe fresco através de freezers, e também um pouco mais de conforto para os trabalhadores quando saem para suas pescarias.

- **Kits marisqueira:** Permite uma qualidade maior do marisco, e melhores condições de trabalho para os envolvidos nesta atividade.
- **Veículos utilitários:** Confere uma maior rapidez à logística de transporte do pescado entre uma comunidade e outra.
- **Fábricas de gelo:** objetiva a conservação, eliminando a dependência de atravessadores.
- **Assistência técnica:** Objetiva oferecer assessoria técnica, passando conhecimento na elaboração de projetos a fim de qualificar a atividade.

Dentro das ações de fortalecimento da cadeia produtiva, o MPA teve que colocar esforços no aprimoramento da descarga e do armazenamento do peixe. Para isto foi necessário, entre outras ações, manter o subsídio do óleo diesel, ajustar a administração de alguns terminais pesqueiros na costa brasileira. Esta ação permitiu que a pesca industrial tivesse aporte para desembarque e reposição de suprimentos. Para a pesca artesanal foram construídos entrepostos (convênios), fábricas de gelo, caminhões frigoríficos, caminhões feira (cedidos através permissão de uso) todos selecionados através de Edital Público.

Também foi necessário apoiar empreendimentos para estruturar as comunidades, a fim de agregar valor à comercialização ao pescado. O MPA, através de convênios, consolidou algumas estruturas de cooperativas. Resultando no aumento da cadeia do pescado, onde o consumo passa de 6 Kg per capita ano para 9 Kg, contribuindo para a segurança alimentar no país. Como exemplo pode ser citada a introdução do pescado na merenda escolar.

Na área social e educacional, o MPA impulsiona as seguintes ações:

- **Habitação:** Financiar reformas ou construção de novas casas para os pescadores.
- **Seguro defeso:** Garantir a sobrevivência dos pescadores e suas famílias em período de piracema para restabelecer o ciclo das espécies, liberando o valor de um salário mínimo para cada pescador registrado.
- **Educação: Brasil Alfabetizado.** O programa já existia, mas precisava ser adequado para pescadores e aquicultores. Para tanto, foi criada uma forma diferenciada da tradicional, levando em conta a atividade, seu tempo, sua maré e seu conhecimento. Assim sendo, foi criado o programa

PESCANDO LETRAS. Ação direcionada para a realidade dos pescadores e coordenada pela SEAP. Nos primeiros quatro anos foram alfabetizados mais de cem mil pescadores e pescadoras.

Cursos de nível superior. São realizados por meio de articuladores, através da SEEC no MEC. Em 2010 foram mais de 60 cursos com este direcionamento.

Cursos Técnicos a Distância. Atualmente estão em andamento os cursos técnicos em Pesca e Técnico em aquicultura, dos quais você aluno faz parte. É fruto de uma parceria entre o atual MPA e o MEC, por meio do Instituto Federal do Paraná. Estes cursos foram construídos com o objetivo de profissionalizar os pescadores e ofertar o Ensino Médio.

Inclusão digital. Através do Ministério das Comunicações, o MPA articulou a ação de INCLUSÃO DIGITAL, criando o TELE CENTRO MARÉ. Através deste projeto é entregue para as comunidades pesqueiras um kit de equipamentos que permite o acesso à internet e ao universo da informática, possibilitando a inclusão dos pescadores ao mundo digital, facilitando o conhecimento e troca de experiências com outras comunidades localizadas nos diversos cantos do país. Juntamente com a criação dos Tele Centros Maré, o MPA articulou com a EMBRAPA e o MDA a disponibilização da chamada biblioteca “Arca das letras” e a biblioteca da EMBRAPA, transformando cada tele centro em um ponto de formação e cultura da comunidade.

Ainda entre as políticas públicas na área social, vale lembrar que o governo teve um olhar especial para as mulheres pescadoras, permitindo a liberação de recursos para entidades de mulheres nas áreas de suas atuações.

Na aquicultura destacam-se as ações visando a produção em lagos e reservatórios. Para isso, em primeiro lugar foi necessária a legalização dos processos de produção. Após toda uma demarcação dentro dos lagos, o MPA priorizou as iniciativas que tinham menor potencial de investimento. Foram criados os Parques Aquícolas e investido na maricultura. Desta forma, o MPA acabou com o marasmo de anos, aumentando a produção do cultivo nos primeiros quatro anos.

Como podemos ver, a implantação destes projetos não seria possível sem as parcerias entre o MPA e os diversos órgãos de governo. A seguir, a descrição de importantes parcerias com diversos Ministérios.

- Com o Ministério de Desenvolvimento Agrário o MPA articulou o programa de assistência técnica que, como estudamos nas diferentes aulas deste livro, é uma ferramenta de suma importância. Entre outros serviços, a assistência técnica possibilita o acesso ao crédito, ferramenta que permite a aquisição de petrechos, frota, entre outros.
- Com o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, visando o recebimento de cestas básicas para minimizar as dificuldades em momento de catástrofes ambientais.
- Com o Ministério da Cultura, visando a recuperação da cultura milenar da atividade pesqueira. Nesta iniciativa foi resgatando modelo de embarcações que haviam se perdido com o tempo.
- Com o Ministério do Trabalho e Emprego, visando o seguro defeso, contribuindo na recuperação dos estoques. O seguro defeso possibilitou a participação dos pescadores em cursos profissionalizantes da cadeia produtiva do pescado.
- Junto à Previdência Social, foram realizadas palestras nas comunidades para divulgar conhecimento dos direitos previdenciários do setor.
- Com o Ministério das Relações Exteriores, a parceria tem como objetivo melhorar as articulações nas áreas de fronteira, com propostas de harmonização das legislações e troca de experiências. Também foi possível a ajuda aos países africanos.
- Com o Ministério da Marinha, para aproveitar as ações deste Ministério relacionadas às águas brasileiras, também possibilitou ações na área de navegação.
- Com o Ministério do Meio Ambiente no que se refere às discussões sobre as regras, leis, acordos e ações em conjunto visando a preservação e recuperação ambiental.
- Com o Ministério da Agricultura, que disponibilizou seus servidores no processo burocrático necessário até a SEAP se organizar e consolidar. Atualmente as parcerias envolvem o Projeto de Assistência Alimentar – PAA, através da CONABE, chegando até os pescadores, dando incentivo,

liberando recursos para formação de estoques. Assim, o governo adquira o peixe por um preço justo, os pescadores aumentam sua renda, e a comunidade escolar tem uma merenda de qualidade.

- Com o Ministério das Cidades a parceria visa a oferta de habitação ou a reforma das casas dos pescadores.
- Na área ambiental destaca a mudança da forma de atuação em algumas pescarias, como por exemplo, da lagosta. Nos tempos de atuação da SEAP, em parceria com outros Ministérios, foram desenvolvidas diversas ações visando reduzindo o número de petrechos e embarcações inadequadas: o governo comprou o petrecho predatório, dando assim condições para os envolvidos adquirirem os petrechos permitidos. Os pescadores que ficaram de fora da atividade produtiva foram capacitados para outra atividade.

Resumo

Na aula de hoje conhecemos algumas iniciativas desenvolvidas pelo MPA voltadas para o fortalecimento da cadeia produtiva, a melhoria socioeconômica e inclusão social dos pescadores. Pudemos ver o quanto é importante a articulação e parceria entre diversos Ministérios e os trabalhadores.

Atividades de aprendizagem

- Elabore uma proposta de projeto que você considere necessário e útil para o desenvolvimento socioeconômico da sua comunidade.



Aula 20 – Recapitulando

Nesta aula faremos a recapitulação dos principais conteúdos abordados nesta disciplina.

Tecendo a história dos pescadores

Na história dos pescadores brasileiros, desde a época da Colônia até o século XX, destacam-se as diversas formas utilizadas pelo governo para controlar o setor pesqueiro e criar uma cultura de submissão e dependência, por meio de políticas paternalistas e assistencialistas.

No século XX o Ministério da Agricultura cria um novo Estatuto para as Colônias, Federações e Confederação, definindo-as como organizações da Sociedade Civil de Classe. No entanto, sabemos que nenhuma verdadeira organização de classe nasce e se desenvolve a partir de uma iniciativa externa, e menos do governo.

Na metade da década de 1960 é criada a Superintendência da Pesca – SUDEPE, que tem o objetivo de desenvolver a atividade pesqueira por meio de incentivos para a pesca em alto Mar. Neste período, o governo impulsionou pescarias com foco no aumento da produção, particularmente na atividade pesqueira industrial. Esta iniciativa, por não ter nenhum cuidado na preservação do meio ambiente, derivou numa importante queda do estoque pesqueiro.

Neste período, os empresários investiram na atividade pesqueira, estimulados pelos grandes incentivos do governo federal. De maneira paralela, os pescadores artesanais, devido à falta histórica de equipamentos e infraestrutura, assim como de políticas públicas adequadas para este setor, começaram a enfrentar problemas devido a falta de pescado, decorrente da grave diminuição dos estoques pesqueiros.

O governo “muda o rumo” e adota no setor pesqueiro a “preocupação ambiental” como foco. Neste momento o setor pesqueiro passa a ser responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente – MMA, junto ao recém criado Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA.

Na década de 1970, após muitos anos, em meio de uma profunda crise, começou um forte movimento dos pescadores puxado pela região do nordeste brasileiro. Esse movimento é organizado a partir da Igreja Católica, que elege a pesca como uma prioridade dentro das suas ações, criando a Comissão Pastoral dos Pescadores – CPP. Esta comissão tinha o objetivo de organizar e conscientizar a categoria na busca de seus direitos e de uma vida digna.

Ao longo da década de 1980 acontecem muitas reuniões de pescadores por todo o Brasil. Os pescadores começaram a tecer sua própria história e a conquistar vitórias, como por exemplo, a **direção** de Colônias e Federações.

Como resultado de longas caminhadas no processo de organização dos pescadores, surgiram, além do MONAPE, várias organizações representativas de classe do setor pesqueiro, entre as quais podemos citar:

- **Pastoral dos Pescadores Regional Sul**
- **Associação de pescadores**
- **Movimento dos pescadores artesanais**
- **Articulação das mulheres pescadoras**

Algumas lições podem ser tiradas dos processos de participação e organização dos pescadores artesanais na construção de melhores condições de vida. Entre estas destacam-se:

- a) Os pescadores obtiveram vitórias quando somaram forças e decidiram trabalhar em conjunto, a partir das coincidências, dos interesses em comum, e não das diferenças. Lembre que a divisão é alimentada por aqueles que têm interesses contrários aos dos trabalhadores, pois sabem que divididos não chegam a lugar nenhum, não são capazes de modificar a realidade no seu favor.
- b) A construção da autonomia organizacional dos pescadores é fundamental. Na medida em que os pescadores construíram suas próprias organizações e saíram “das asas” do governo, da tutela do Estado, avançaram também na construção da consciência. Construir uma organização significa achar meios próprios para se reunir, discutir, pensar, se posicionar, enfrentar e aprender a superar as contradições entre os próprios pescadores; construir uma organização e lutar significa crescer como indivíduo e categoria.

- c) A consciência dos pescadores como categoria, aquela que os encoraja a lutar, surge da própria luta coletiva e da formação política. Ou seja, a consciência se *constrói*, ela não “é”, ela “torna-se”, por meio de um longo processo. Os indivíduos como categoria transitam de certas concepções de mundo até outras conforme descobrem como a sociedade funciona, em particular, as causas que explicam sua precária situação. Se a luta permite aos pescadores descobrir estas causas, sem dúvida abraçarão esta vivência como positiva, mesmo que a mesma seja difícil.
- d) Durante o processo de organização dos pescadores, inúmeras dificuldades e vícios surgem, pois estes fazem parte dos valores e forma de funcionar da sociedade capitalista. O avanço na sua superação é indispensável para o fortalecimento da luta, para o amadurecimento das organizações dos trabalhadores e, portanto, para a conquista de vitórias. Neste sentido a construção de coletivos para a discussão e tomada de decisões é o primeiro passo, pois permite a discussão de “que” fazer, “por que” e “como” fazer por parte dos interessados. Segundo, é importante que exista formação política específica para a superação dos vícios e dificuldades.

A criação da SEAP/PR e o MPA

Em 2003, com a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), iniciou um período no qual foi incentivada a inclusão dos pescadores na definição de políticas públicas. Esta secretaria era um órgão federal, vinculado à Presidência da República e tinha como principal objetivo o fomento e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro.

Com a criação da Secretaria de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, muitos órgãos municipais e estaduais de pesca foram criados. Isso facilitou a realização de debates sobre a pesca a nível nacional, abrindo espaços para a participação dos pescadores na definição de políticas públicas para o setor, exemplo disto foram as Conferências estaduais e nacionais.

No dia 29 de Junho de 2009, Dia do Pescador, o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.958, criando o atual Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA.

Atualmente as organizações setoriais pesqueiras, com o apoio do MPA, conseguem desenvolver um trabalho mais organizado. A criação deste Ministério, bem como a articulação das organizações dos pescadores, possibilitaram a articulação nacional da categoria, promovendo a interação e a busca de soluções para os problemas do setor.

Os pescadores, após verificar a atuação positiva do governo no setor pesqueiro, por meio da SEAP/PR, começam um movimento pelo Brasil reivindicando a transformação desta Secretaria em Ministério. O clamor dos pescadores chegou até o Congresso, sendo que alguns deputados abraçaram a causa. Em 2009, o Presidente da República cria o Ministério da Pesca e Aquicultura. Um grande mutirão composto por lideranças da pesca e dirigentes da SEAP participam da criação do Ministério da Pesca e Aquicultura.

A missão do Ministério é fazer do Brasil um país com uma produção mais significativa de pescado. Esta política de estado deve enxergar a produção e comercialização do pescado como uma grande possibilidade de desenvolvimento nacional e projeção internacional, sempre sob o “tripé” da sustentabilidade social, ambiental e econômica.

Esse tripé precisa ser o carro-chefe da política do Ministério, mas para que isto realmente seja possível, os pescadores, os diretamente envolvidos e interessados, devem exercer o que chamamos de “controle social”, de forma a acompanhar o cumprimento das políticas públicas que os beneficiam, evitando desvios, organizando espaços de discussão junto ao governo, onde seus interesses sejam garantidos.

História da extensão pesqueira

A política de *extensão pesqueira* no Brasil nasce na década de 1960. Assim como ocorreu no meio rural, a extensão pesqueira baseou-se na ideia da difusão de tecnologias “modernas” de pesca. No entanto, após de alguns anos, os resultados das políticas tanto de extensão rural como pesqueira se mostraram inadequadas para os pequenos agricultores e pescadores artesanais, pois ao invés do desenvolvimento proposto, as comunidades agrícolas e pesqueiras apresentaram uma forte diminuição da produção, degradação ambiental e empobrecimento.

Após a percepção dos resultados negativos desta política econômica, o Governo Federal, através da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca, lança o Programa de Apoio à Pesca Artesanal, com o objetivo de assistir os pescadores na solução de seus problemas socioeconômicos. No entanto, este programa novamente não deu a devida consideração à necessidade de desenvolver um extensionismo fundado na participação dos protagonistas do setor – os pescadores –, pelo que os resultados alcançados não foram relevantes e permanentes.

Na década de 1990, como consequência do processo de globalização, a extensão rural deixou de ser uma tarefa central do Estado Brasileiro para assentar-se em parcerias e outras formas de associação entre organizações governamentais, paragovernamentais e não governamentais, nas quais o Estado, por meio do governo, teria apenas o papel de coordenador. Com o progressivo desaparecimento das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) nos estados e a extinção das delegacias da SUDEPE, a década de 1990 caracterizou-se pela vivência de uma crise sem precedentes na história do extensionismo rural e pesqueiro.

Em 2008, uma nova concepção de assistência técnica e extensão rural é estruturada com o lançamento do **Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola**, o qual apresenta os princípios, objetivos e diretrizes para a prestação de serviços de ATEPA. Nesta nova concepção, a assistência técnica e extensão rural devem ser desenvolvidas com a participação efetiva dos pescadores e aquicultores, considerando as diversidades culturais, a fim de fortalecer o desenvolvimento sustentável e o empoderamento das comunidades de pescadores artesanais e aquicultores familiares. A nova concepção de extensão pesqueira nasce para resolver os problemas de exclusão social gerados pelos processos de globalização.

No governo Lula, as políticas voltadas para a pesca e aquicultura artesanal deixaram de ser exclusivamente assistencialistas e passaram a incorporar novos princípios de atuação. Para que estes novos princípios pudessem se concretizar e mudar a situação socioeconômica dos pescadores, o governo criou novas Diretrizes para a assistência técnica e extensão pesqueira. Estas diretrizes visam possibilitar a implantação de um serviço bem estruturado e qualificado de assistência técnica e extensão.

Para garantir a existência de um serviço bem estruturado e qualificado de assistência técnica e extensão nas atividades pesqueira, o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, formulou as **Diretrizes do Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola**.

O novo extensionismo

Os serviços de extensão devem incentivar a participação dos beneficiários nos processos de tomadas de decisões, contribuir na geração de novas fontes de renda de produção, comercialização e abastecimento, assim como de tecnologias e inovações organizacionais sustentáveis e adequadas para o público alvo, visando a inclusão social. Os beneficiários destes serviços são:

- Pescadores artesanais;
- Aquicultores familiares;
- Agricultores ribeirinhos e atingidos por barragens que pratiquem a pesca como alternativa de renda.

O novo extensionista atua como um gestor de processos que encorajem à comunidade na busca de mecanismos de solução de seus problemas, sustentem a criação, no plano organizacional, de organizações comunitárias em parceria com outros autores locais, assim como sua articulação em instâncias de decisões, que permitam às comunidades pesqueiras o avanço da suas demandas por meio da concretização de políticas públicas que contribuam com desenvolvimento local.

Outra característica fundamental do extensionista é a capacidade de orientar os pescadores no processo de diagnóstico de seus problemas e demandas. Neste sentido é importante ter conhecimento de ferramentas como Diagnóstico Rural Participativo – DRP, Diagnóstico Organizacional Participativo – DOP, Planejamento Participativo – PP, entre outros.

Dada a amplitude das atividades a serem desenvolvidas pelo técnico e extensionista da pesca, é indispensável a abordagem multidisciplinar e interdisciplinar na suas ações. Para atingir seus objetivos o técnico deverá integrar na sua ação cotidiana conhecimentos de diversas áreas, tais como gestão, comunicação, pesca, psicologia social, história, ecologia, educação, políticas públicas, entre outros; deverá interagir com diversos profissionais e setores da sociedade, segundo os desafios colocados na sua intervenção. A abordagem multidisciplinar e interdisciplinar é indispensável à formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais para que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável das comunidades e populações envolvidas.

Na perspectiva do desenvolvimento local, a nova Extensão Rural, por meio da implementação de programas e projetos, deve **constituir-se num instrumento do Estado capaz de apoiar a reversão do quadro de crise socioeconômica e ambiental. Para isso é necessário avançar em três direções:**

- a) No estímulo, apoio e construção de iniciativas que fortaleçam a qualidade de vida das comunidades pesqueiras, na criação de alternativas econômicas concretas e adequadas à realidade econômica, social e cultural;

- b) No envolvimento das comunidades, visando sua participação real nas decisões que modificam sua forma de viver;
- c) Na adoção de estratégias que assegurem a preservação ambiental, enfatizando a adoção dos princípios da agroecologia, de formatos tecnológicos sustentáveis, de práticas produtivas que respeitem mais a natureza e provoquem menos impactos.

Para trabalhar essas três dimensões o extensionista necessariamente deve criar espaços de educação informal, permanentes e continuados, baseados em estratégias de educação popular e comunicação dialógicas.

A Pedagogia de Paulo Freire

Freire trabalha de forma excepcional o caráter social da aprendizagem, combate com rigor a ideia do educador, no nosso caso o extensionista, como transferidor de conhecimento. Ressalta a diferença entre o “falar com alguém e o falar para alguém”. Combate a ideologia de que o educando nada sabe, não aceita a lógica dominante de que “o centro sabe e fala e a periferia do país escuta”.

Paulo Freire demonstra o potencial humano e a capacidade do povo de se apropriar do conhecimento e fazê-lo instrumento da construção de um novo sonho e de uma nova vida mais promissora.

Paulo Freire ensinou-nos que “estar no mundo e com o mundo” é não somente aprender a ler a realidade, mas propor-se a modificá-la, já que nos modificamos, nos reconstruímos na medida da alteração que provocamos.

A persistência de Paulo Freire e sua profunda crença no povo, na capacidade de organizar-se e buscar as formas da própria libertação, fez dele uma grande referência para os movimentos sociais, em particular para aqueles que querem manter a esperança forte e aquecida, que não aceitam se curvar perante posições fatalistas que pregam que “nada podemos fazer” e nos imobilizam para reagir e lutar.

Diagnóstico Rural Participativo e a Cooperação

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o **seu próprio diagnóstico** sobre o estado dos seus recursos naturais, sua situação econômica e social e outros aspectos importantes para a comunidade, **avaliando os problemas e as oportunidades de solução, identificando os possíveis projetos de melhoria dos problemas mais destacados e portanto das condições de vida de homens e mulheres.**

A cooperação **é uma forma de juntar ou somar os esforços individuais**, no nosso caso de cada pescador, para fazer coisas em conjunto e facilitar sua realização. Por exemplo, comprar ferramentas, petrechos, maquinaria, gelo, comercializar, produzir, assim como para a realização de atividades de lazer e cultura.

A cooperação é um meio, o objetivo final é facilitar e aprimorar a realização de processos produtivos ou não produtivos que melhorem as condições de vida dos participantes, seja por meio do aumento da renda, seja pela satisfação de necessidades de diversa natureza.

A cooperação também é uma forma de **resistir** como categoria, pois a melhoria nos processos de produção e comercialização contribui para o aumento da renda, e para a permanência das pessoas na atividade pesqueira. Por outro lado, os processos de cooperação (associação, cooperativas, grupos, redes, etc) possibilitam uma maior convivência social, trazendo vantagens para a formação e mobilização dos pescadores. Uma maior convivência social implica em maior troca de ideias, de informações, em participação, discussão, tomada de posições e decisões; implica em lidar com diferentes posições e possibilita aprender a respeitá-las. Assim, a cooperação, além de cumprir o papel de organizar os trabalhadores em torno da produção e comercialização, cumpre um **papel educativo**. Nesse sentido a cooperação também pode ser um espaço para **engajar-se na sociedade, fazer luta econômica e social, inclusive política**.

Anotações

Referências

A EVOLUÇÃO DA CONCEPÇÃO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA DO MST (1989 – 1999). Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda., São Paulo, Ago. 1999.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Extensão rural e desenvolvimento local: significados contemporâneos**. UNlrevista - Vol. 1, nº 3, jul. 2006.

_____. **Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil**. Ciência e Cultura, vol. 62, nº3, São Paulo.

CAPORAL, Francisco Roberto. **A Extensão Rural no Rio Grande do Sul: da tradição “Made in USA” ao Paradigma Agroecológico**. 2002. Disponível em: www.emater.tche.br

_____; RAMOS, Ladjane de Fátima. **Da Extensão Rural Convencional à Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável: Enfrentar Desafios para Romper a Inércia**. 2006.

_____; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia - Enfoque científico e estratégico**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2002.

CARTILHA PESCADORES EM LUTA - Comissão Pastoral dos Pescadores. http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/dht/cartilha_pastoral_social.pdf

COSTA, Adriane Lobo. **Nas redes da pesca artesanal** - IBAMA. Brasília, 2007.

GOVERNO FEDERAL. Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola – Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca. 2008. Disponível em:

www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/Editais/2010/Edital%20ATEPA%20final%20-%20Plano-Nacional-de-Extensao-Pesqueira-e-Aquicola.pdf

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. 2007.

SCOPINHO. Rosemeire Aparecida. **Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais**. Disponível em: http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso06/conf3_scopinho.pdf

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo, um guia prático**. Secretaria da Agricultura Familiar – MDA. 2010.

Atividades autoinstrutivas

1. Como era chamada a contribuição obrigatória a qual os pescadores eram obrigados a entregar para "a coroa"?

- a) Mensalidade.
- b) Dízimo.
- c) Mesada.
- d) Cesta.
- e) Contribuição.

2. Qual o nome da Instituição criada pelos governantes, na era colonial, para obter um maior "controle" dos pescadores?

- a) Colônias.
- b) Confederação.
- c) Federação.
- d) Associação.
- e) Grêmio.

3. Qual o nome do órgão governamental, criado no século XIX, voltado para o setor pesqueiro?

- a) Secretaria da Pesca.
- b) Ministério da Pesca.
- c) Diretoria da Pesca.
- d) Colônias da Pesca.
- e) Sindicato Pesqueiro.

- 4. Assinale a alternativa que apresenta a palavra que completa a frase a seguir:**

“A _____ obrigava os pescadores a entregarem toda a produção para as cooperativas, que eram controladas pelo governo.”

- a) Comissão Executiva da Pesca (CEP).
 - b) Comissão Pastoral da Terra.
 - c) Comissão executiva dos homens do mar.
 - d) Comissão executiva das colônias de pescadores.
 - e) Comissão executiva dos agricultores.
- 5. Qual o nome do movimento dos pescadores, criado na década de 1970 e liderado pela Igreja Católica?**

- a) Pescadores em movimento.
- b) Pescadores Cristão.
- c) Comissão Pastoral dos Pescadores.
- d) Comissão artesanal.
- e) Comissão de pescadores católicos.

- 6. Assinale a alternativa que apresente os termos que completam o sentido da frase a seguir:**

“Assim, fomentado pela CPP e outros grupos organizados, os pescadores começam a articular-se em um nível mais abrangente e começam a intervir na _____, para o qual criam _____. Neste período, as colônias se equiparam aos _____, possibilitando a luta pelos interesses econômicos dos pescadores artesanais.”

- a) Constituinte da colônia, Constituinte da República, Sindicatos.
- b) Sindicatos, Constituinte da República, Colônia.
- c) Constituinte da República, Constituinte da República e Federação.
- d) Colônia, Colônia, Federação .
- e) Constituinte da República, constituinte da República, sindicatos.

7. Aonde estavam localizadas as primeiras Sedes da CPP no Sul do Brasil?

- a) Porto Alegre e Forianópolis.
- b) Santos, Registro e Cananeia.
- c) Curitiba, Santos e Porto Alegre.
- d) Registro, Cananeia e Curitiba.
- e) Cananeia, Porto Alegre e Curitiba.

8. Qual o nome do padre nomeado, pela Igreja Católica do Sul do Brasil, para liderar e acompanhar a articulação dos pescadores?

- a) Antônio da Silveira.
- b) Jose Cafarati.
- c) José Ferreira.
- d) Antônio Marinho.
- e) João da Silva.

9. Assinale a alternativa que apresenta os termos que completam a frase a seguir:

“Enquanto isso, no município de Rio Grande, um grupo de pescadores de várias comunidades iniciaram um debate para melhorar a sua participação na comercialização do pescado com a ajuda da _____, lideranças de outras pastorais e alguns ve-readores de esquerda.”

- a) Cáritas municipal.
- b) Irmãs Carmelitas.
- c) Congregação Franciscana.
- d) Cáritas diocesana.
- e) Congregação Marista.

10. Assinale a alternativa que apresente os principais movimentos de organização setorial dos pescadores:

- a) Sindicato dos Pescadores, MONAPE, Associação dos marisqueiros, Pastoral dos Pescadores industriais.
- b) Central única dos pescadores, Associação das esposas dos pescadores, MONAPE.
- c) Sindicato dos Pescadores, Central única dos pescadores, Articulação das mulheres pescadoras.
- d) MONAPE, Pastoral dos Pescadores Regional Sul, Associação de pescadores, Movimento dos pescadores artesanais, Articulação das mulheres pescadoras.
- e) Pastoral dos Pescadores Regional Sul, Central única dos Pescadores, Associação dos pescadores.

11. Em 1985, a Constituinte da pesca reuniu-se e elaborou o um Projeto de Lei para a reforma total do sistema das Colônias, Federações e Conferência Nacional. Assinale a alternativa que indique os princípios utilizados como base para esta lei.

- a) Liberdade de associação, Autonomia das Colônia, Independência do Poder Público, Assembleia Geral do órgão realmente soberano, Federações e Confederações como órgãos de apoio e não de fiscalização e intervenção.
- b) Liberdade de associação, Autonomia das Federações , dependência ao Poder Público, Federações e Confederações como órgãos de fiscalização e intervenção.
- c) Veto à associação, Federação como órgão de intervenção e Confederação como órgão de fiscalização.
- d) Dependência ao poder Público, Liberdade de Associação, Confederação como órgão de fiscalização.
- e) Independência do Poder Público, Veto à associação e Federação e Confederação como órgãos de apoio.

- 12.** Baseado no nosso livro didático, assinale a alternativa que apresente os termos que completa as lacunas da frase abaixo:

“Durante o processo de organização dos pescadores inúmeras dificuldades e vícios surgem, pois estes fazem parte dos valores e forma de funcionar da _____ Entre os vícios mais comuns encontramos o _____ e o _____, muitas vezes representados na figura das lideranças que decidem sozinhas, a partir de seus interesses, ou as vezes a favor dos interesses dos trabalhadores mas sem criar espaços de discussão que possibilitem a compreensão dos problemas e sua participação nos diversos momentos de articulação e luta.”

- a) Sociedade socialista, coletivismo, popularismo e luta.
- b) Sociedade capitalista, pluralismo, coletivismo e guerra.
- c) Sociedade socialista, personalismo, coletivismo e guerra.
- d) Sociedade Capitalista, pluralismo, individualismo e luta.
- e) Sociedade capitalista, personalismo, individualismo, luta.

- 13.** Qual o significado da sigla SEAP?

- a) Secretaria Especial de Agricultura e Pecuária.
- b) Secretaria Especial de Aquicultura e Pecuária.
- c) Secretária Especial de Aquicultura e Pesca.
- d) Secretária Especial de Agricultura e Pesca.
- e) Secretária Especial das Águas e pesca.

- 14.** Assinale a alternativa que apresente os termos que completam as lacunas na frase abaixo:

“Na história de luta dos pescadores, teve relevância singular a organização das _____ visando discutir sua problemática na _____ das Mulheres Pescadoras, que iniciou com delegadas escolhidas por grupos organizados nos estados (nas pastorais, colônias, associações, cooperativas).”

- a) Marisqueiras, conferências e delegadas.
- b) Mulheres, reunião e xerifes.
- c) Mulheres, Conferência e delegadas.
- d) Filhas de pescadores, conselho e delegadas.
- e) Mulheres, reunião e xerifes.

15. Qual o número da Lei sancionada pelo ex-presidente Lula no dia 29 de Junho de 2009, que criou o MPA?

- a) Lei n. 11.958.
- b) Lei n. 12.958.
- c) Lei n. 11.985.
- d) Lei n. 11.948.
- e) Lei n. 11.754.

16. Qual o significado da sigla MPA?

- a) Ministério da Pecuária e Abastecimento.
- b) Ministério da Pesca e Águas.
- c) Ministério da Pesca e Aquicultura.
- d) Ministério da Pescaria e Aquicultura.
- e) Ministério da Pescaria e Aquicultura.

17. Qual era o principal objetivo do Governo Federal quando criou a SEAP?

- a) Cadastramento dos pescadores e aquicultores em atividade em todo o território nacional.
- b) Controle da produção e extração do pescado.
- c) Assessorar o Governo nas questões relativas a pesca e aquicultura, visando a criação de emprego e renda para os envolvidos, assim como a geração de divisas para o País.
- d) Controle das atividades profissionais exercidas nas águas do território brasileiro.
- e) Assessorar o Governo nas questões relativas à pesca e aquicultura, visando o controle da produção do pescado.

18. No momento da criação da SEAP, qual era o principal desafio para se desenvolver o trabalho com o setor pesqueiro?

- a) Determinar o número real de profissionais nas atividades pesqueira e aquícola.
- b) Articular os atores com as ações e fazer com que os programas de todos os Ministérios ou órgãos, direcionados para a população de pescadores e agricultores, chegassem de forma articulada e foram de fácil acesso à base.
- c) Levantar numericamente os valores da produção nacional de pescado.
- d) Controlar a pesca predatória.
- e) Regularizar a classe dos pescadores e aquicultores

19. Na política de cooperação entre os Ministérios do Governo Federal, o MPA conseguiu obter um maior sucesso na aplicação das políticas públicas para o setor pesqueiro e aquícola. Sendo assim, foi possível atingir-se os objetivos deste Ministério. Assinale a alternativa que indica estes objetivos:

- a) Promover o crescimento sustentável, articulando atores e ações/Estimular a produção/ Promover a inclusão/ Contribuir com a segurança alimentar e o crescimento do Brasil.
- b) Promover o crescimento desregrado, estimular a produção, reduzir o consumo do pescado.
- c) Restringir o crescimento sustentável coibindo a atuação dos atores, estimular a produção e contribuir para o aumento do consumo do pescado.
- d) Promover o crescimento sustentável articulando atores e ações, coibir a produção e incentivar o consumo do pescado.
- e) Restringir o crescimento sustentável coibindo a atuação dos atores e suas ações,estimular a produção e promover a marginalização do setor.

20. Assinale a alternativa que complete as lacunas na frase abaixo, sobre a biografia de Paulo Freire:

“Paulo Reglus Neves Freire, _____, nasceu em Recife, em 19 de setembro de 1921. De família humilde, Paulo conheceu desde cedo a pobreza. Foi alfabetizado _____, por seus pais, escrevendo com gravetos, no chão de terra debaixo das mangueiras do quintal. Como gostava muito de estudar, assim que concluiu a escola secundária, tornou-se _____. Formou-se em _____, mas não exerceu a profissão. Optou por se engajar na formação de _____ trabalhadores e por atuar em projetos de _____.”

- a)** Gaúcho, no internato, professor, Engenharia mecânica, jovens e adultos e inclusão.
- b)** Pernambucano, em casa, professor, Direito, jovens e adultos e alfabetização.
- c)** Pernambuco, no internato, professor, Medicina, crianças alfabetização.
- d)** Paulista, em casa, médico, Direito, crianças e inclusão.
- e)** Pernambuco, no internato, professor, Medicina e alfabetização.

21. Segundo o nosso estudo sobre o como realizar o Diagnóstico Participativo, assinale a alternativa que indique os pontos a serem levantados na análise de ações:

- a)** Ações, tarefas, recursos humanos, recursos materiais, cronograma, orçamento e responsáveis.
- b)** Histórico da região, número populacional e Plano de ação.
- c)** Histórico da região, nível de escolaridade, cronograma e recursos materiais.
- d)** Ações, tarefas, recursos materiais e cronograma.
- e)** Número populacional, nível de escolaridade e responsáveis.

22. Ainda sobre o diagnóstico participativo, assinale a alternativa que apresente os componentes da “Escada da participação”:

- a) Ações, fonte de informação, responsáveis e auto-ajuda.
- b) Passividade, consulta, materiais e cronograma.
- c) Passividade, Fonte de informação, Consulta, participação à base de incentivos materiais, participação funcional, participação interativa e auto-ajuda.
- d) Fonte de informação, ações, tarefas, cronograma e participação à base de incentivos.
- e) Passividade, fonte de informação. Participação funcional e auto-ajuda.

23. Segundo o que estudamos sobre a COOPERAÇÃO, assinale a alternativa que indique os termos que preenche as lacunas da frase abaixo:

“A cooperação é um meio, o objetivo final é _____ e _____ a realização de _____ ou não produtivos que melhorem as condições de vida dos participantes, seja por meio do aumento _____, seja pela satisfação de necessidades de diversa natureza.”

- a) Facilitar, aprimorar, processos produtivos, e da renda.
- b) Dificultar, aprimorar, cadeia produtiva e da produção.
- c) Facilitar, modificar, cadeia produtiva e da renda.
- d) Dificultar, aprimorar, processos produtivos e da produção.
- e) Facilitar, modificar, cadeia produtiva e da renda.

24. Ainda sobre a cooperação, esta pode ser?

- a) Do bem e do mal.
- b) Comercial e sem fins lucrativos.
- c) Produtiva e não produtiva.
- d) Socialista e capitalista.
- e) Estatal ou privada.

25. Assinale a alternativa que indique formas de cooperação:

- a) Grupos de estudo, comércios, associações, redes, cooperativas.
- b) Grupos de ajuda, associações, mutirões, redes, cooperativas.
- c) Grupos de ajuda, associações e comércios.
- d) Grupos de estudo, associações, comércio e redes.
- e) Grupos de ajuda, comércio, associações e redes.

26. Segundo os nossos estudos sobre o ASSOCIATIVISMO, assinale a alternativa que apresente os termos que preenchem as lacunas da seguinte frase:

“A expressão ASSOCIATIVISMO designa uma _____ da criação e _____ das associações, visando o alcance de objetivos de interesse de seus socios. O Associativismo é uma forma de organização que tem como finalidade conseguir _____ para seus associados por meio de ações coletivas sem fins lucrativos.”

- a) Forma de trabalho, gestão e lucros.
- b) Prática social, administração e lucros.
- c) Forma de trabalho, administração e benefícios comuns.
- d) Prática social, administração e lucros.
- e) Prática social, gestão e benefícios comuns.

27. Ainda segundo os nossos estudos sobre o ASSOCIATIVISMO, bem como segundo o nosso livro didático, o principal “ingrediente” deste é?

- a) Capital humano.
- b) Capital monetário.
- c) Números de produção.
- d) Margens de lucro.
- e) Capital financeiro.

28. Assinale a alternativa que apresente aqueles Tipos de organizações associativas que podem ser estimuladas pela administração municipal, segundo o SEBRAE:

- a) Redes de escolas, cooperativas, grupos informalmente organizados, empresas de participação privada.
- b) Redes de empresas, Cooperativas, Associações, Grupos formalmente organizados, Grupos informalmente organizados, Empresas de Participação Comunitária (EPC) e Consórcios.
- c) Redes de empresas, micro-comércios, Consórcios e Empresas de participação estatal.
- d) Redes de escolas, cooperativas, grupos de estudos, empresas de participação privada.
- e) Redes de empresas, comércios, Grupos formalmente formados, Empresas de participação estatal.

29. No que diz respeito às Políticas Públicas criadas pelo MPA visando a consolidação da infraestrutura e o aparelhamento para um melhor desenvolvimento no setor pesqueiro, assinale a alternativa que apresente as principais políticas:

- a) Terminais de embarque, caminhões caçamba, feiras populares, cozinhas industriais, acampamento de pescadores, kits catadeiras, veículos de passeio, assistência elétrica.
- b) Terminais pesqueiros, caminhões caçamba, kits feiras, cozinhas industriais, kits catadeiras, assistência técnica.
- c) Terminais pesqueiros, Caminhões frigoríficos, Caminhões feira, Despoldadeira, Kits feira, cozinhas comunitárias, acampamentos de pescadores, kits marisqueira, veículos utilitários, fábricas de gelo, assistência técnica.
- d) Terminais de descarga, caminhões caçamba, feiras populares, despoldadeira, veículos de passeio e fábricas de gelo.
- e) Terminais pesqueiros, caminhões caçamba, kits catadeiras, kits descasadeiras, veículos de passeio e assistência técnica.

30. Assinale a alternativa que apresenta as principais ações do MPA na área social e educacional:

- a) Habitação, seguro piracema, projetos de inclusão escolar (Tele curso 2000).
- b) Habitação, seguro defeso, projetos de inclusão escolar (Brasil alfabetizado, cursos de nível superior e técnicos a distância) e digital (Tele centro maré).
- c) Transporte de pessoas, seguro defeso e projetos de inclusão escolar (Tele curso 2000).
- d) Transporte de cargas e seguro defeso.
- e) Apenas Seguro defeso.

31. Qual órgão foi criado pelo governo na metade da década de 1960 com o objetivo de desenvolver a atividade pesqueira por meio de incentivos para a pesca em alto mar.

- a) Superintendência dos pescadores – SUDP.
- b) Superintendência das Águas – SUA.
- c) Superintendência da Pesca – SUDEPE.
- d) Superintendência dos navegadores – SUNA.
- e) Superintendência dos aquicultores – SUA.

32. Assinale a alternativa que apresente os termos que completem o sentido da frase preenchendo as lacunas na frase abaixo:

“A missão do Ministério é fazer do Brasil um país com _____ mais significativa de pescado. Esta política de estado deve enxergar a produção e _____ do pescado como uma grande possibilidade de desenvolvimento nacional e projeção internacional, sempre sob o “tripé” da sustentabilidade social, ambiental e econômica.”

- a) A extração, distribuição gratuita e política.
- b) A produção, distribuição e ambiental.
- c) A extração, comercialização e política.
- d) A produção, comercialização e política.
- e) A produção, comercialização e ambiental.

33. Em 2008, uma nova concepção de assistência técnica e extensão rural é estruturada com o lançamento de um plano, o qual apresenta os princípios, objetivos e diretrizes para a prestação de serviços de ATEPA. Que plano foi este?

- a) Plano Nacional de integração dos pescadores e aquicultores.
- b) Plano Nacional de inclusão de pescadores e aquicultores.
- c) Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola.
- d) Plano regional de extensão da pesca e da aquicultura.
- e) Plano Nacional da pesca.

34. Segundo Gioconda, apesar da existência de distinções na vida dos pescadores artesanais do litoral brasileiro, verifica-se “que existem elementos culturais e sociais comuns a todo ele”, devido aos seguintes fatores:

- a) Mesmas influências portuguesa, indígena e africana que contribuíram para sedimentar as primitivas bases culturais da vida litorânea .
- b) Mesmo tipo de pescarias e condições naturais.
- c) Mesmo nível educativo.
- d) Todas as alternativas são verdadeiras.
- e) Nenhuma alternativa é verdadeira.

35. A costa brasileira se caracterizou, e ainda se caracteriza, por um tipo de ocupação com trechos de denso povoamento ao lado de outros apenas escassamente ou nunca povoados. Em relação a esta afirmação, assinale a resposta CORRETA:

- a) É em função da costa brasileira ser muito extensa.
- b) É em função da ocupação das áreas economicamente mais promissoras, voltadas para produtos de valor comercial no exterior. Assim, a colonização resultou num “aproveitamento intensivo” de pequenas áreas costeiras.
- c) É devido aos portugueses que preferiam morar em áreas litorâneas similares às do país de origem.
- d) Devido à necessidade de preservação do meio ambiente.
- e) Somente as alternativas B e C são corretas.

36. Desde o ponto de vista sociocultural, os pescadores artesanais são atores importantes para enfrentar os problemas de ordem ambiental em função dos seguintes fatores:

- a) Devido à importância econômica da atividade pesqueira.
- b) Devido à intimidade muito pronunciada entre o pescador e seu habitat devido a relação deste com a sua sobrevivência.
- c) Devido à tecnologia utilizada nas pescarias e na exploração dos recursos naturais.
- d) Todas as alternativas são corretas.
- e) Nenhuma alternativa é correta.

37. A atividade pesqueira artesanal permaneceu quase inalterada em seus aspectos social, cultural e tecnológico, devido aos seguintes fatores:

- a) Os pescadores se caracterizam por ter dificuldades na mudança de seus costumes devido ao seu afastamento das costumes cosmopolitas.
- b) Não ter significação histórica na economia brasileira durante séculos, até o surgimento de intervenção pública para seu desenvolvimento, possibilitando a preservação da suas características originais.
- c) A falta de uma educação básica nas comunidades da pesca, no passado e no presente.
- d) Todas as alternativas são corretas.
- e) Nenhuma alternativa é correta.

38. A assistência técnica e extensão pesqueira representam hoje uns dos principais desafios para o processo de inserção socioeconômica das comunidades. Assinale a alternativa correta e mais completa em relação aos fatores que explicam esta afirmativa:

- a) A falta de equipes profissionais bem articulados que atuem além das atividades pesqueiras e/ou agropecuária capazes de mobilizar a participação dos pescadores em todas as etapas dos processos que possam conduzir à sua emancipação social e econômica.
- b) Devido ao tipo de ação extensionista desenvolvida durante décadas, permeada pela ideia da difusão de um padrão de tecnologias “modernas” de pesca, inadequadas para as características da pesca artesanal, assim como de metodologias que não previam a participação dos pescadores como atores sociais.

- c) A alternativa A e B explicam de forma verdadeira e mais completa a afirmação inicial.
- d) A e B são falsas.
- e) Ainda não foram esclarecidos os fatores relacionados à afirmação inicial.

39. Em relação à extensão pesqueira na década de 1990, qual(is) das seguintes afirmações são verdadeiras:

- I. Como consequência do processo de globalização, a extensão rural deixou de ser tarefa central do Estado brasileiro.
- II. Com o progressivo desaparecimento das empresas de assistência técnica e extensão rural nos estados e a extinção das delegacias da SU-DEPE, a década de 1990 caracterizou-se pela vivência de uma crise sem precedentes na história do extensionismo rural e pesqueiro.
- III. Inexistência de políticas públicas de fomento e desenvolvimento do setor pesqueiro.
- IV. A implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão social e sustentabilidade ambiental.
- V. A criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República.

- a) I e V.
- b) I, II, e III.
- c) I, II, V.
- d) I, II, III.
- e) I, II, III e IV.

40. Em 2003 com a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) renovaram-se as esperanças do setor pesqueiro. Assinale os fatores que explicam esta atitude:

- a) A presença de políticas públicas específicas de fomento e desenvolvimento para o setor pesqueiro, baseadas no fortalecimento e reestruturação do setor, na inclusão social e a sustentabilidade.
- b) A implementação do Plano Nacional de Extensão Pesqueira, cuja característica principal foi o incentivo a pesca industrial e aos produtos de exportação.

- c) A existência de um corpo de extensionistas bem estruturado e com experiência no uso de metodologias adequadas à pesca artesanal.
- d) Todas as alternativas são corretas.
- e) Nenhuma alternativa é correta.

41. Para Callou, a nova concepção de extensão pesqueira presente no Plano de Extensão Pesqueira e Aquícola lançado em 2008 pelo governo federal, tem como principal motivação:

- a) Esclarecer para a população as políticas econômicas voltadas para o setor pesqueiro.
- b) Promover o aumento da produção por meio do crescimento da pesca artesanal, em particular da pesca marinha.
- c) A preservação do meio ambiente, haja vista a diminuição dos estoques pesqueiros.
- d) Resolver os problemas de exclusão social gerados pelos processos de globalização, por meio da intervenção do Estado, por meio da participação harmoniosa e não conflitiva dos pescadores e suas organizações sociais.
- e) Todas as alternativas são verdadeiras.

42. Na década de 1960, momento em que os serviços de extensão oficial iniciaram sua atuação, existiam condições para o aumento de produção. Atualmente muitas das capturas artesanais estão em declínio, assim, podemos afirmar que:

- a) O pescador artesanal deve ter como objetivo principal o acesso às políticas assistencialistas, haja vista que não tem como aumentar sua produção no curto prazo.
- b) O governo precisa investir na pesca industrial, pois dela depende o aumento da produção pesqueira.
- c) A viabilização econômica das comunidades de pescadores artesanais dificilmente acontecerá por meio do aumento de produção, sendo necessário para o técnico extensionista a criação de outras opções para o aumento de renda, como por exemplo, a agregação de valor à produção, assim como a reconversão para outras atividades.
- d) Nada de importante aconteceu na década de 1960.
- e) todas as alternativas são falsas.

43. No governo Lula, as políticas voltadas para a pesca e aquicultura artesanal deixaram de ser exclusivamente assistencialista e passaram a incorporar novos princípios, entre os quais destaca-se:

- a) A viabilização econômica das comunidades por meio da sua inserção na atividade pesqueira industrial.
- b) O desenvolvimento de processos educativos permanentes e continuados, visando à formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos pescadores e aquicultores visando o desenvolvimento sustentável.
- c) O estímulo à participação em espaços de representação política, fortalecendo a relação de dependência entre governo e pescadores.
- d) A promoção do desenvolvimento sustentável por meio da gestão compartilhada e participativa do uso dos recursos naturais, sem considerar as particularidades dos valores e cultura das comunidades pesqueiras.
- e) O governo Lula nada aconteceu ligado ao assunto.

44. As diretrizes para a assistência técnica e extensão pesqueira criadas no governo Lula tem por objetivo:

- a) o desenvolvimento de um setor pesqueiro com foco na exportação de produtos com alto valor agregado.
- b) a difusão tecnologias congruentes com a Revolução Verde, de forma a contribuir com a preservação do meio ambiente.
- c) a implantação de um serviço bem estruturado e qualificado de assistência técnica e extensão que permita o acompanhamento, orientação técnica, discussão, organização e articulação com as comunidades pesqueiras aquícolas, visando o seu desenvolvimento integral e melhoria da qualidade de vida, através da geração de trabalho e renda.
- d) A e C são alternativas corretas.
- e) todas as alternativas são falsas.

45. Em 2008, o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, formulou as Diretrizes do Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola. Qual (quais) o(os) objetivo(s) destas Diretrizes?

- a) Promover o desenvolvimento das comunidades quilombolas, ribeirinhas e assentadas.
- b) A implantação de programas de assistência social para as comunidades de aquicultores familiares, agricultores ribeirinhos e pescadores.
- c) A implantação de metas e medidas prioritárias suficientes para o aumento da renda dos pescadores de todo o litoral do Brasil.
- d) estabelecer as principais medidas a serem tomadas para alcançar o desenvolvimento sustentável das comunidades pesqueiras.
- e) todas as alternativas são corretas.

46. O Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola tem por objetivo:

- a) a capacitação de um corpo de técnicos extensionistas que difundam tecnologias que permitam o aumento da produção pesqueira.
- b) a implantação de políticas públicas que incentivem a participação das comunidades pesqueiras visando a reconversão para atividades agrícolas, devido a diminuição dos estoques pesqueiros acessíveis à pesca artesanal.
- c) promover e apoiar iniciativas de desenvolvimento local sustentável e solidário, visando a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das comunidades pesqueiras e aquícolas, adotando os princípios da agroecologia, como eixo orientador das ações.
- d) todas as respostas são corretas.
- e) somente A e B são corretas.

47. Segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura, a Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEP pode ser definida como “um serviço de acompanhamento, orientação técnica, discussão, organização e articulação com as comunidades pesqueiras e aquícolas, objetivando o seu desenvolvimento integral e melhoria da qualidade de vida, através da inclusão social e da geração de trabalho e renda”. Entre os principais desafios da nova extensão pesqueira encontramos:

- a) A realização de diagnósticos participativos que permitam aos pescadores o desenvolvimento de habilidades empresariais, visando o aumento de renda, particularmente nas áreas de turismo pesqueiro e processamento do pescado.
- b) Construir novas metodologias que garantam a mobilização e a participação dos atores locais excluídos em todas as etapas dos processos que possam conduzir à sua emancipação social e econômica.
- c) A troca de saberes empíricos, científicos e técnicos, para que os pescadores possam elaborar um conhecimento que lhes permita escolher sua profissão.
- d) B e C são alternativas corretas.
- e) Todas as alternativas são corretas.

48. Quais das seguintes habilidades/conhecimentos devem ser criadas ou fortalecidas nas ações de extensão na pesca e aquicultura:

- I. Habilidades para modificar sua cultura de forma a possibilitar a modernização de tecnologia, particularmente no que se refere às artes da pesca.
- II. Habilidades que possibilitem a construção e sistematização de conhecimentos para entender e diagnosticar seus problemas e demandas para poder atuar conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar soluções mais adequadas e compatíveis com a sua realidade.
- III. Habilidades de negociação, assim como a ampliação da capacidade de decisão das comunidades sobre sua realidade
- IV. Conhecimentos que permitam ao pescador escolher o tipo de tecnologia que deseja adotar, por ser mais apropriada à sua realidade.
- V. Conhecimentos que lhes permitam a reconversão para novas atividades produtivas, em particular aquelas relacionadas com a agroindustrialização.

- a) I, IV, V.
- b) I, V, III.
- c) I, II, III.
- d) V, II, IV
- e) II, III, IV,

49. A partir dos novos conceitos de extensão pesqueira deve ser adotada uma nova estratégia de ação, que altere o “que fazer” e o “como fazer” da extensão. Marque verdadeiro(V) ou falso(F) para as afirmações abaixo e assinale a alternativa que contemple a sequência encontrada:

- () As orientações dos extensionistas devem ter caráter educativo, baseado em metodologias participativas que permitam aos pescadores o desenvolvimento de habilidades.
- () Os extensionistas devem ter uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar na suas ações, que lhe permitam a integração, na sua ação cotidiana, de conhecimentos de diversas áreas, tais como, gestão, comunicação, pesca, psicologia social, história, agroecologia, educação, políticas públicas, associativismo, entre outros.
- () Os extensionistas devem possuir sólidos conhecimentos técnicos que permitam apoiar os pescadores na execução das atividades produtivas sustentáveis, em particular dos processos de beneficiamento focado na melhoria da qualidade e na diversificação dos produtos, assim como de atividades complementares, como serviço e comércio, visando a geração de renda, através da capacitação e assessoria técnica específica.
- () As orientações do extensionista devem considerar que o pescador não possui conhecimentos suficientes para entender sua realidade, sendo de fundamental importância a determinação das ações a seguir por parte dos pescadores.

a) V, V, F, F.

b) V, F, V, V.

c) V, V, V, F.

d) F, V, V, V.

e) V, V, V, V.

50. Marque verdadeiro ou falso para as afirmações a seguir:

- () O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico sobre o estado dos seus recursos naturais, sua situação econômica e social e outros aspectos importantes para a comunidade, avaliando os problemas e as oportunidades de solução, identificando os possíveis projetos de melhoria dos problemas mais destacados e por tanto das condições de vida de homens e mulheres.

- () Para a realização adequada dos DRP é necessário considerar os seguintes princípios básicos: respeito à sabedoria e a cultura do grupo, Análise e compreensão das diferentes percepções, Visualização, Triangulação, Ignorância ótima, Análise e Apresentação na comunidade.

- () O trabalho do DRP é realizado no campo, ou seja, tanto as técnicas como as reuniões de equipe do DRP são feitas no lugar em que é realizado o diagnóstico. De forma idônea, pelo menos parte do relatório é redigido igualmente no campo, já que o DRP implica num estilo de trabalho paulatino, ou seja, o processo de aprender passo a passo. Por isto a equipe constantemente revisa e analisa a informação obtida, para determinar em qual direção deve-se proceder nos dias seguintes.

Qual a sequência encontrada?

- a)** F, V, F.
- b)** V, F, V.
- c)** F, F, F.
- d)** V, V, F.
- e)** V, V, V.

Currículo dos professores-autores

João Dias

Possui ensino médio completo. Foi pescador artesanal profissional até o ano de 1.999. Durante a sua trajetória atuou em movimentos populares e religiosos relacionados ao setor pesqueiro, foi membro da Coordenação da CEBs Diocesana de Rio Grande/RS e integrante da CDV(Comissão de Defesa das Vilas) do mesmo município. - Fundador e o cooperado da 1ª cooperativa de Pesca de Rio Grande. Foi voluntário no COMITÊ DE CIDADANIA CONTRA A FOME E A MISÉRIA. Foi também o fundador (1º Presidente) da Associação de Moradores Vila São Miguel, Rio Grande RS aonde foi membro da URAB (União Riograndina de Associação dos Bairros). Especificamente no setor pesqueiro, foi fundador (1º coordenador) da Pastoral dos Pescadores no Rio Grande do Sul. Membro da Coordenação (Pastoral Pescador) Regional Sul do Brasil "7 Estados". Neste mesmo seguimento foi membro fundador do MPPA/RS (Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais) . Fundou também o Fórum da Lagoa dos Patos. É membro associado e militante da Colônia Z1-Rio Grande/RS.

Na esfera pública, atuou como Assessor Especial na Pesca no Governo do Estado RS no período entre os anos de 1999 e 2002. Foi chefe de escritório da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República no estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2003 e 2007. Ainda na mesma secretaria, foi Coordenador Geral da Pesca artesanal em Brasília (CO-GPAR) entre os anos de 2007 e 2009. Atualmente (Desde 2009) é Diretor de Ordenamento e Planejamento da Pesca Artesanal do Ministério da Pesca e Aquicultura (DPOPA).

Geraldo Batista Martins

Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal do PR - UFPR, mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Estadual de Londrina – UEL.

Participou como Professor da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, da Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneguel – FFALMM, assim como da Universidade Estadual de Londrina, atuando como professor de cooperativismo e associativismo.

Possui ampla experiência como extensionista rural, devido a sua atuação na Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater); na Associação Nacional de Cooperação Agrícola dos estados de PR, SE e MS; na Associação de Apoio às Comunidades do Campo – AACC / RN e no Programa LUMIAR.

Também possui experiência na área ambiental, como educador e assessor em educação ambiental. Foi pesquisador convidado do Departamento Sindical de Estudos Sócio-Econômicos – DESER e prestou assessoria para diversas instituições na área de agricultura orgânica. Atualmente é Chefe Substituto da Divisão de Obtenção de Terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do estado do Paraná (INCRA/PR).

Patrícia de Souza Machado

Especialista em Educação Inclusiva pela Universidade Castelo Branco(RJ/2007), licenciada em LETRAS-português pela Universidade Federal do Rio Grande (RS/2006).

Atuou como coordenadora pedagógica da escola INDAC em Brasília/DF, atuando em cursos preparatórios para concurso e Educação de Jovens e Adultos na modalidade EaD. Foi professora tutora do Curso tecnólogo em Gestão Pública, modalidade EAD, no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Paraná. Atualmente atua na equipe pedagógica do Curso Técnico em Pesca -PROEJA/EAD no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Paraná, onde exerce também a função de professora conferencista e professora web, bem como corretora orotográfica de livros didáticos.

Marisela García Hernández

Graduada em Economia pela Universidade Autônoma do México (UNAM). Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Lecionou nos cursos técnicos em agroecologia na Escola Técnica da UFPR. Atualmente leciona nos cursos de pós-graduação em gestão ambiental do Instituto Tecnológico e Educacional - ITECNE. Adicionalmente foi analista de projetos científicos e tecnológicos da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; pesquisadora convidada do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER); asseguradora de planejamento e controle do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Estado do Paraná (INCRA/PR). Atualmente é vice-coordenadora do Curso Técnico em Pesca, modalidades Educação a Distância e Educação de Jovens e Adultos, do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica.